

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Jéssica Cantele de Freitas

**CORRUPÇÃO NA LAVA JATO: DESVIO INDIVIDUAL OU MAL
SOCIAL? UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES PELA MÍDIA
NA PERSPECTIVA DA LSF**

Santa Maria, RS
2017

Jéssica Cantele de Freitas

**CORRUPÇÃO NA LAVA JATO: DESVIO INDIVIDUAL OU MAL SOCIAL? UMA
ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES PELA MÍDIA NA PERSPECTIVA DA LSF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Sara Regina Scotta Cabral

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Freitas, Jéssica Cantele de
Corrupção na Lava Jato: desvio individual ou mal social? Uma análise das representações pela mídia na perspectiva da LSF / Jéssica Cantele de Freitas.- 2017.
174 p.; 30 cm

Orientadora: Sara Regina Scotta Cabral
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2017

1. Linguística Sistêmico-Funcional 2. Representações 3. Corrupção 4. Lava Jato I. Cabral, Sara Regina Scotta II. Título.

Jéssica Cantele de Freitas

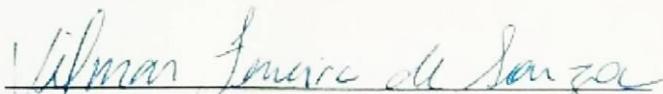
CORRUPÇÃO NA LAVA JATO: DESVIO INDIVIDUAL OU MAL SOCIAL? UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES PELA MÍDIA NA PERSPECTIVA DA LSF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

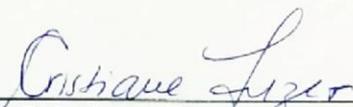
Aprovado em 13 de dezembro de 2017:



Sara Regina Scotta Cabral, Dr.^a (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Vilmãr Ferreira de Souza (IFCE) - Videoconferência



Cristiane Fuzer, Dr.^a (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

RESUMO

CORRUPÇÃO NA LAVA JATO: DESVIO INDIVIDUAL OU MAL SOCIAL? UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES PELA MÍDIA NA PERSPECTIVA DA LSF

AUTORA: Jéssica Cantele de Freitas
ORIENTADORA: Sara Regina Scotta Cabral

Este trabalho tem como propósito investigar as representações do termo corrupção no contexto da Operação Lava Jato, por meio de análise contextual, léxico-gramatical e semântico-discursiva. Para isso, toma-se por base os preceitos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional, mais especificamente do sistema de transitividade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), do sistema de avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005) e da representação dos atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997). O *corpus* da pesquisa é constituído por 20 textos, que têm como temática a Operação Lava Jato e apresentam o termo “corrupção” ao menos quatro vezes. Os textos, veiculados na página *Observatório da Imprensa*, foram publicados durante o período de março de 2014 a agosto de 2016 e foram produzidos por autores variados. O percurso metodológico adotado desenvolve-se em duas etapas: análise contextual e análise linguística. A primeira etapa consistiu em identificar o contexto de cultura e as variáveis contextuais que perpassam os textos. A segunda etapa referiu-se à análise linguística, com o intuito de constatar as representações para o termo “corrupção”, desenvolvida nos seguintes passos: a) seleção das orações que contêm o termo “corrupção” e seus referentes; b) análise do sistema de transitividade, a fim de constatar a representação do papel exercido pelo termo “corrupção”; c) análise do sistema de avaliatividade para identificar as representações avaliativas; d) análise das representações dos atores sociais, a fim de identificar se o termo é representado ativa ou passivamente; e) sistematização e categorização semântica dos resultados. Os resultados evidenciaram as representações para a corrupção agrupadas em 10 categorias semânticas: ela é; ações relacionadas a ela; consequências; envolvidos; afetados; origem; sensações que causa; ações acarretadas sobre ela; atitudes para seu fim; e motivo. Com os resultados, conclui-se que a corrupção é abordada de forma variada, entretanto, no que concerne ao caráter dos envolvidos, predomina a representação de que o fenômeno da corrupção não é nem individual, nem social; ele é de caráter institucional e está entranhado no sistema político.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional. Sistema de transitividade. Representação dos atores sociais. Sistema de avaliatividade. Corrupção.

ABSTRACT

CORRUPTION IN OPERATION LAVA JATO: INDIVIDUAL DEVIATION OR SOCIAL ILLNESS?? AN ANALYSIS OF REPRESENTATIONS BY THE MEDIA THROUGH SFL

AUTHOR: Jéssica Cantele de Freitas
ADVISOR: Sara Regina Scotta Cabral

This paper aims to investigate the representations of the term “corruption” in Operation Lava Jato contexts, using a contextual, lexicogrammar and semantic-discursive perspectives. To do such, theoretical principles of Systemic Functional Linguistics were used, specifically, the transitivity system (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), Appraisal (MARTIN; WHITE, 2005) and as well as the representation of social actors (VAN LEEUWEN, 1997). The *corpus* of this research is composed of twenty (20) texts, whose main topic is the Operation Lava Jato and that present the term “corruption” at least four times. Such texts, available at *Observatório da Imprensa*, were published between March 2014 to August 2016 and were written by various authors. The methodology adopted is comprised of two stages: contextual analysis and linguistic analysis. The former consists of identifying the context of culture and the context variables of each text. The latter regards the linguistic analysis, unfolded as it follows: a) selection of clauses that present the term “corruption” and its referents; b) transitivity system analysis, in order to prove the representation of the role played by the term “corruption”; c) analysis of Appraisal to identify the evaluative representations; d) representations of social actors analysis, so that one can identify if the term is represented actively or passively; e) semantic systematization and categorization of the results. Such results showed representations to “corruption” that can be grouped into ten (10) semantic categories: it is; actions related to it; consequences; those involved; those affected; origin; feelings triggered by it; actions as consequences of it; attitudes to its end; and motive. One can conclude that “corruption” is approached in many ways. However, as to the character of those involved, the majority of the representations related to the phenomenon of corruption is neither individual nor social, it is of institutional character and it is intrinsic to the political system.

Keywords: Systemic Functional Linguistics. Transitivity system. Representation of social actors. Appraisal. Corruption.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Linguagem como sistema de estratos	45
Figura 2 – Estratos do sistema de linguagem	48
Figura 3 - Variáveis do contexto de situação	49
Figura 4 - Elementos da estrutura oracional pelo sistema de transitividade	53
Figura 5 - Tipos de processos	54
Figura 6 - Tipos de processos e seus participantes.....	61
Figura 7 - Categorias de Exclusão dos Atores Sociais	70
Figura 8 - Categorias de Inclusão dos Atores Sociais	72
Figura 9 – <i>Wordlist</i>	82
Figura 10 – <i>Collocates</i>	82
Figura 11 - Processos predominantes nas orações com “corrupção” como núcleo	111
Figura 12 - Processos predominantes nas orações com “corrupção” como periférico	112
Figura 13 - Esquema final de categorização da corrupção.....	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Metafunções	51
Quadro 2 - Tipos de circunstâncias	62
Quadro 3 - Autores e número de textos	79
Quadro 4 - Identificação dos textos que constituem o <i>corpus</i>	80
Quadro 5 - Ocorrências das expressões delimitadas para análise nos textos....	83
Quadro 6 - Partidos políticos registrados no TSE	89
Quadro 7 - Fases da Operação Lava Jato	91
Quadro 8 - Relação temporal entre textos do <i>corpus</i> e fases da Lava Jato	95
Quadro 9 - Análise da variável campo	97
Quadro 10 - Veículos da imprensa citados no <i>corpus</i> e função no texto	103
Quadro 11 - Análise da variável relações	106
Quadro 12 - Participantes desempenhados por “corrupção” como núcleo	112
Quadro 13 - Participantes desempenhados por “corrupção” como periférico ...	113
Quadro 14 - “Corrupção” como elemento núcleo em circunstâncias	114
Quadro 15 - “Corrupção” como elemento periférico em circunstâncias	114
Quadro 16 - Categorização da “corrupção” como Portador	115
Quadro 17 - Categorização da “corrupção” como Meta	117
Quadro 18 - Corrupção como elemento periférico	118
Quadro 19 - Corrupção como circunstância de localização/lugar	119
Quadro 20 - Corrupção como parte de Meta	120
Quadro 21 – Apreciação	122
Quadro 22 – Julgamento	122
Quadro 23 – Afeto.....	123
Quadro 24 - Avaliações por apreciação composição.....	124
Quadro 25 – Avaliações por julgamento, sanção social propriedade	125
Quadro 26 – Avaliações por afeto in/satisfação.....	126
Quadro 27 – Avaliações por afeto in/segurança	126
Quadro 28 - Classificação dos atores sociais “que corrompem” pela categoria exclusão.....	128
Quadro 29 - Classificação dos atores sociais que corrompem pela categoria inclusão.....	129
Quadro 30 - Atores sociais corruptos representados por circunstancialização. 130	
Quadro 31 - Atores sociais corruptos representados por participação	131
Quadro 32 - Classificação dos atores sociais que são afetados – inclusão.....	132
Quadro 33 - Atores sociais que são afetados pelo processo de corromper – participação	133
Quadro 34 - Classificação dos atores sociais que agem sobre a corrupção – inclusão.....	135
Quadro 35 - Atores sociais que agem sobre a corrupção – participação.....	135
Quadro 36 - Categorização final	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, CORRUPÇÃO E DISCURSO POLÍTICO	21
1.1 DEMOCRACIA	21
1.2. A CORRUPÇÃO EM DIFERENTES PERSPECTIVAS	28
1.2.1 A corrupção e a lei	28
1.2.2. O fenômeno da corrupção sob uma ótica filosófica	29
1.2.3. Visões sociológicas para a corrupção	30
1.2.4. A corrupção política no Brasil	34
1.3. DISCURSO POLÍTICO NA MÍDIA.....	36
2 LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL	43
2.1 LINGUAGEM, CONTEXTO E METAFUNÇÕES	43
2.2 METAFUNÇÃO IDEACIONAL EXPERIENCIAL E REPRESENTAÇÃO ...	51
2.3 SISTEMA DE AVALIATIVIDADE.....	62
2.4 ATORES SOCIAIS	69
3 METODOLOGIA	77
3.1 UNIVERSO DE ANÁLISE.....	77
3.2 SELEÇÃO DO <i>CORPUS</i>	79
3.3 PASSOS DE ANÁLISE.....	83
3.3.1 Descrição contextual	84
3.3.2 Análise das representações	85
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	87
4.1 ANÁLISE DE CONTEXTO	87
4.1.1 Contexto de Cultura	87
4.1.2 Contexto de Situação.....	94
4.2. ANÁLISE DE REPRESENTAÇÃO DA CORRUPÇÃO	109
4.2.1 Análise do sistema de transitividade.....	110
4.2.1.1 Análise do termo corrupção enquanto elemento núcleo.....	115
4.2.1.2 Análise de corrupção enquanto elemento periférico	118
4.2.2 Análise do sistema de avaliatividade	121
4.2.2.1 Análise de avaliações por apreciação	123
4.2.2.2 Análise de avaliações por julgamento	125
4.2.2.3 Análise de avaliações por afeto.....	126
4.2.3 Análise da representação dos atores sociais	128
4.2.3.1 Identificação de quem corrompe	128
4.2.3.2 Identificação de quem é afetado pelo ato de corromper	132
4.2.3.3 Identificação de quem age sobre a corrupção.....	134
4.2.4 Categorização dos resultados obtidos.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICE A – ATRIBUTOS PARA CORRUPÇÃO	161
APÊNDICE B – CORRUPÇÃO COMO META	162
APÊNDICE C – CORRUPÇÃO COMO PARTE DE CIRCUNSTÂNCIA	163
APÊNDICE D – CORRUPÇÃO COMO PARTE DE META	164
APÊNDICE E – AVALIAÇÕES DE APRECIAÇÃO COMPOSIÇÃO	165

APÊNDICE F – AVALIAÇÕES DE JULGAMENTO POR SANÇÃO SOCIAL PROPRIEDADE	167
APÊNDICE G- AVALIAÇÕES POR AFETO IN/SEGURANÇA	168
APÊNDICE H – AVALIAÇÕES POR AFETO IN/SATISFAÇÃO	169
APÊNDICE I – ATORES QUE CORROMPEM REPRESENTADOS POR CIRCUNSTANCIALIZAÇÃO	170
APÊNDICE J – ATORES SOCIAIS QUE CORROMPEM REPRESENTADOS POR PARTICIPAÇÃO	172
APÊNDICE K - ATORES SOCIAIS AFETADOS PELO PROCESSO DE CORROMPER REPRESENTADOS POR PARTICIPAÇÃO.....	173
APÊNDICE L - ATORES SOCIAIS QUE AGEM SOBRE A CORRUPÇÃO REPRESENTADOS POR PARTICIPAÇÃO	174

INTRODUÇÃO

A corrupção é uma das formas mais agressivas de comportamento porque está no campo público e no campo privado, sendo, portanto, algo da esfera da vida (CORTELLA, BARROS FILHO, 2014, p. 63).

A linguagem, compreendida como fenômeno social, dá conta de construções de significados em contexto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). A forma como ela se organiza permite, entre outras coisas, verificar opiniões e posicionamentos expressos por produtores de variados tipos de textos, bem como identificar representações construídas por falantes/escritores sobre determinado evento social. Um exemplo de evento social bastante em voga na sociedade atual diz respeito à corrupção, que vem sendo discutida através das mais diversas formas de manifestações linguísticas, tornando-se ponto de inúmeras construções de significados.

Tomando por base o trecho de Cortella e Barros Filho (2014), que serve de epígrafe a esta dissertação, compreende-se que a corrupção é um fenômeno do comportamento que está entranhado na sociedade, fazendo parte de todos os meios. Esse fenômeno, compreendido como um desvio de comportamento, vem obtendo destaque em todos os veículos de comunicação, devido ao atual cenário político brasileiro, que passa por grandes turbulências, ao desvendar, frequentemente, escândalos de corrupção envolvendo, entre outros personagens, governantes do nosso país.

Nesse cenário, grandes operações são criadas com o intuito de investigar e punir os corruptores. Atualmente, ganha destaque a Operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014, que inicialmente tinha por propósito apenas desfazer um esquema de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo, principalmente, a Petrobras, grande empresa estatal brasileira, mas que tomou novos rumos e segue investigando diversos casos de corrupção política. A operação possui grande impacto, o que faz com que o país se concentre no propósito de combate à corrupção (NETTO, 2016).

Essa problemática de ordem social e judiciária que afeta, direta ou indiretamente, toda a população brasileira, uma vez que envolve diversos setores e pessoas, acarretou um grande envolvimento da mídia na cobertura e divulgação dos desdobramentos do caso, gerando grande interesse de toda a sociedade. A

esfera jornalística divulga, cotidianamente, textos sobre o assunto, tanto com o intuito de apenas informar o leitor dos acontecimentos quanto com o objetivo de manifestar opiniões frente a algum aspecto dos casos. A ampla publicação de textos sobre essa temática implica diversas construções de significados para o fenômeno da corrupção nesse contexto.

Partindo desse cenário, objetiva-se, com esta pesquisa, compreender como o fenômeno da corrupção é representado no cenário social, político e midiático em que o Brasil vive, fazendo uso de textos reais em circulação. Para isso, este trabalho está organizado de modo a aplicar conceitos teóricos em Linguística a um *corpus* que compreende uma temática recorrente na sociedade vigente, constituído de textos que estão em situação real de uso da língua.

A esfera midiática ganha destaque na veiculação de textos dessa temática, abordando-a de formas variadas, e, por isso, optou-se pela seleção de textos desse ambiente para análise. Além disso, optou-se por analisar textos que estivessem veiculados em meio eletrônico devido à frequente atualização e novas publicações que acompanham o ritmo e o avanço dos acontecimentos, bem como a grande abrangência que o meio possui, pois é de fácil acesso pela população.

Nessa perspectiva, selecionou-se como veículo para coleta do *corpus* o *Observatório da Imprensa*¹, em sua versão *online*, que consiste em um ambiente em que autores publicam artigos relacionados a assuntos veiculados em outros ambientes midiáticos, de modo que funciona como um fórum de opiniões. É um meio fundamental na difusão de informações referentes a temáticas sociais, além de possuir um forte caráter cultural, pois se preocupa com o caráter significativo das formas simbólicas e sua contextualização social, ou seja, aquilo que é colocado em circulação através dos meios comunicativos faz sentido tanto aos sujeitos que os produzem quanto aos que os recebem (THOMPSON, 1998).

Com base na temática e no ambiente de circulação dos textos que constituem o *corpus*, esta pesquisa parte da seguinte questão norteadora: Qual(is) representação(ões) para o fenômeno corrupção é (são) construída(s) por jornalistas em textos argumentativos sobre a Operação Lava Jato, disponíveis no *Observatório da Imprensa*?

¹ <http://observatoriodaimprensa.com.br/>.

Com o intuito de responder a essa questão, o objetivo geral da pesquisa consiste em investigar, com base no sistema de transitividade da metafunção ideacional experiencial, no subsistema atitude do sistema de avaliatividade e nas categorias de exclusão e inclusão dos atores sociais, representações para a corrupção em textos sobre o tema Operação Lava Jato, veiculados no *Observatório da Imprensa*, a fim de verificar se esse fenômeno é tratado como um problema de caráter social ou individual.

Para a realização desse objetivo, adotam-se os preceitos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional, que compreende a linguagem em uma perspectiva social, mais especificamente pelo seu sistema de transitividade, o qual permite a representação de experiências no mundo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), pelos preceitos do sistema de avaliatividade, que permite realizar avaliações (MARTIN; WHITE, 2005) e pela representação dos atores sociais, que diz respeito a estrutura linguística utilizada para representar experiências (VAN LEEUWEN, 1997).

Do objetivo geral, depreendem-se os seguintes objetivos específicos:

- Descrever o contexto de cultura pertinente a esta pesquisa;
- Descrever as variáveis do contexto situacional dos textos que constituem o *corpus*;
- Analisar as funções léxico-gramaticais do sistema de transitividade e as funções semântico-discursivas das categorias de inclusão e exclusão dos atores sociais, desempenhadas pelos itens lexicais que se referem ao campo semântico de corrupção, a fim de verificar as representações para esse fenômeno;
- Investigar ocorrências de avaliatividade nos textos, especificamente do subsistema atitude, para compreender representações avaliativas dos autores frente ao fenômeno corrupção;
- Categorizar as representações para corrupção encontradas no *corpus* a partir da descrição do contexto, da análise linguística e também semântico-discursiva.

A escolha do tema se justifica pelo fato de a operação Lava Jato, além de ter longa duração, ser ainda inacabada e estar mudando o rumo histórico do país. Além disso, o fundamento desta pesquisa consiste no estereótipo, principalmente por parte de estrangeiros, de que o brasileiro é, entre outras coisas, um povo corrupto (SCHEYER; SIQUEIRA, 2008). Investigar se os autores dos textos tratam a corrupção como um problema que é específico dos indivíduos envolvidos nos

escândalos apresentados, ou se ele é abordado de uma maneira geral, englobado como um problema social que envolve a todos, permite compreender como o brasileiro formador de opinião representa tal estereótipo.

Esta dissertação, intitulada *Corrupção na Lava Jato: desvio individual ou mal social? uma análise das representações pela mídia na perspectiva da LSF*, desenvolve o projeto *Corrupção: desvio individual ou mal social? Uma análise das representações na perspectiva da LSF* (FREITAS, 2016, GAP/CAL 042682), vinculado ao projeto guarda-chuva *Mídia, discurso político e Gramática Sistêmico-Funcional* (CABRAL, 2016, GAP/CAL 034712), inserido na linha de pesquisa Linguagem no Contexto Social, da Universidade Federal de Santa Maria. Também está articulada aos estudos do grupo de pesquisa *Núcleo de estudos em Língua Portuguesa – NELP/Fase II* (CABRAL, 2016, GAP/CAL 044631), que reúne pesquisadores com interesse na Linguística Sistêmico-Funcional.

Busca-se contribuir com os estudos linguísticos de cunho sistemicista, na medida em que se propõe a investigar representações dadas a uma temática de interesse social e coletivo. Quanto a estudos recentes da Linguística Sistêmico-Funcional, citam-se como exemplos alguns trabalhos de integrantes do grupo de estudos NELP. Sobre aqueles que tiveram como foco discursos da esfera política, cita-se Bochetti (2015), que investigou o uso de modalidade em audiências públicas, e Callegaro (2015), que analisou o uso do marcador *não* em discursos do ex-presidente Lula.

Quanto ao estudo de identificação de gêneros veiculados em contexto midiático, toma-se como exemplo a pesquisa de Farencena (2016), que também analisou textos publicados no *Observatório da Imprensa*, com o intuito de verificar textos que instanciavam gênero sobre a temática Novo Código Florestal Brasileiro com base nas relações lógico-semânticas. Sobre estudos de representação, toma-se como exemplo Lima (2015), que investigou representações para a mulher em crônicas de Martha Medeiros, e Rossi (2015), que também pesquisou representações para as mulheres, mas em textos bíblicos como *corpus*.

No âmbito do projeto SAL (Systemics Across Languages), coordenado por Christian M. I. M. Matthiessen, Kazuhiro Teruya (The Hong-Kong Polytechnic University) e Leila Bárbara (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), o qual tem a intenção de reunir pesquisadores nacionais e internacionais (MATTHIESSEN; BARBARA, 2010), destacam-se diversos estudos de

investigação da relação entre gramática e discurso na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional.

Destaca-se, no domínio de representação, o estudo de Fuzer (2008) sobre a representação de atores sociais por operadores do direito nos autos de um processo penal e o estudo de Rodrigues-Junior (2006) sobre a representação de personagens gays em contos. No domínio da avaliatividade, destaca-se o estudo de Cabral (2007) sobre uso de recursos de valoração em textos da mídia sobre o ex-presidente da República e os estudos de Vian Junior, Souza e Almeida (2010) sobre a avaliatividade em língua portuguesa.

Vale destacar pesquisadores sobre corrupção que embasam esta pesquisa, como Cortella e Barros Filho (2014) para a concepção filosófica e Brei (1996a, 1996b) para a concepção sociológica, além do documento Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1998) para a concepção jurídica. A concepção de discurso político é fundamentada, aqui, em consonância, principalmente, com o estudo de Bayley (2008), que engloba o discurso da mídia entre os tipos de discurso político.

Além desta introdução, que tem por intuito contextualizar o tema da pesquisa, os objetivos, a justificativa, os preceitos teóricos a serem adotados e estudos prévios que conversam com a abordagem adotada aqui, esta dissertação está organizada em mais quatro capítulos, seguidos pela seção de Considerações Finais.

No capítulo 1, são abordadas perspectivas teóricas que fundamentam o tema da pesquisa, organizadas em três seções. A primeira seção abrange a concepção de democracia, para situar o sistema político em que se insere o país. Posteriormente, a segunda seção explora definições para o termo corrupção, abordado em uma ótica jurídica, filosófica e sociológica, seguida por uma apresentação de estudos sobre a corrupção no Brasil. Por fim, a terceira seção apresenta um panorama sobre discurso político, com foco no discurso sobre o político, no qual o *corpus* está centrado.

O capítulo 2 destina-se a apresentar os preceitos teóricos adotados para a análise dos textos, organizado em quatro seções. A primeira seção apresenta uma contextualização da Linguística Sistêmico-Funcional, com foco na concepção de linguagem e metafunções (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). A segunda seção expõe as funções do sistema de transitividade, que serve de base para a análise das representações (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; FUZER; CABRAL, 2014).

A terceira seção destina-se a apresentar o sistema de avaliatividade, com foco no subsistema atitude (MARTIN; WHITE, 2005), utilizado para identificar representações avaliativas dos autores frente ao tema. Por fim, a quarta seção apresenta a noção de representação dos atores sociais, especificamente as categorias de exclusão e inclusão (VAN LEEUWEN, 1997).

O capítulo 3 é destinado à apresentação da metodologia adotada aqui, constituído de três seções: a primeira realiza uma contextualização do universo de análise, a segunda aponta os critérios de seleção do *corpus* e a terceira indica os passos utilizados nas análises. Por fim, o capítulo 4 é destinado à apresentação dos resultados obtidos com as análises.

1 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, CORRUPÇÃO E DISCURSO POLÍTICO

Neste capítulo, serão apresentadas perspectivas teóricas que fundamentam o tema selecionado para análise nesta pesquisa. Inicialmente, na seção 1.1, são apresentadas características do conceito e princípios da democracia, que se trata do tipo de governo no qual a República Federativa do Brasil está instaurada. Posteriormente, na seção 1.2, são expostas concepções acerca do termo corrupção, tema que possui grande relevância na atual conjuntura brasileira, tendo em vista os numerosos casos de escândalos de ações corruptas que são divulgados cotidianamente na esfera midiática, envolvendo principalmente políticos, com maior destaque a partir de 2014, com a deflagração da Operação Lava Jato. Por fim, na seção 1.3, são abordadas concepções acerca do discurso político, com foco no discurso da mídia sobre política, o qual permeia o *corpus* de análise.

1.1 DEMOCRACIA

A concepção de governo é compreendida por Aristóteles (2002 [1252]) como o exercício do poder supremo do Estado, cuja detenção pode estar nas mãos de um único indivíduo, da maioria ou da minoria da população, o que resulta em diversas formas de governo. Partindo disso, o autor apresenta diferentes tipos de governo, bem como as características específicas que os definem e que os diferenciam um dos outros: monarquia, aristocracia, república, tirania, oligarquia e democracia.

A Monarquia, posta pelo filósofo grego entre os grandes governos, pode ser definida como o Estado em que o governo pertence a um só indivíduo; a aristocracia, por outro lado, é o governo em que o poder é dado a mais de um indivíduo, sendo confiado às pessoas de bem, visto que o título de bom cidadão é valorizado nesse governo. A república, por sua vez, é definida como aquele em que a multidão governa para a utilidade pública, e a tirania é classificada pelo filósofo como o pior dos governos, já que representa uma degeneração da monarquia. A oligarquia está entre os governos depravados, voltada para a

utilidade dos ricos. Por fim, a democracia tem como principal característica ser o governo dos pobres ou das pessoas de menor favorecimento.

A democracia não pode ser definida, segundo Aristóteles (2002 [1252]), como um governo dominado pela maioria, tendo em vista que nas diversas formas de governo é sempre a maioria que se sobressai. De acordo com o filósofo grego, democracia deve ser compreendida como o Estado governado por homens livres, de modo que, para a democracia existir, os senhores de Estado devem ser homens livres e pobres.

Aristóteles ainda divide a democracia em quatro espécies distintas conforme a participação de todas ou algumas classes do povo no governo. A primeira espécie divide o poder entre aqueles que têm mais posses, estabelecendo um limite de mediocridade, admitindo os que chegam até esse ponto e excluindo os outros. A segunda espécie é reconhecida pelo direito de voto nas eleições que se realizam na Assembleia, admitindo todos, mas podendo ser elegível apenas quem possuir meios de viver sem trabalhar. A terceira espécie admite no poder todos os indivíduos livres, não oferecendo atrativos à ambição, de modo que a lei seja respeitada.

Por fim, a quarta espécie dá igualdade aos pobres e ricos, colocando-os no mesmo nível, pretendendo que tenham os mesmos direitos ao governo. Como os pobres são a maioria, a massa se sobressai, tornando o Estado Popular. Caindo o Estado no domínio da multidão, a demagogia pode predominar, assemelhando o governo do povo à tirania, na qual os bajuladores são honrados, enquanto os homens de bem são subordinados. Desse modo, surge o desprezo às leis, pois se torna um Estado em que elas servem para as coisas em geral, embora as autoridades decidam sobre casos particulares. Nessa perspectiva, a democracia é um caos, em que se é governado pelos decretos do dia, sem medidas universais nem perpétuas.

Concernente ao tipo de governo vigente na sociedade brasileira, a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), em seu art. 1º, define que o país constitui-se em um Estado democrático de direito, norteado por cinco fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Em parágrafo único, define que nesta República Federativa “[T]todo o poder emana do povo,

que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (p. 11).

Silva (1988) revela que o Estado democrático de direito, expresso na Constituição Brasileira, seja um conceito que incorpora os princípios do Estado democrático e do Estado de direito, superando-os ao agregar um componente revolucionário de transformação do *status quo*. O Estado democrático surgiu para impor a participação do povo na coisa pública, com vistas a realizar o princípio democrático como garantia dos direitos fundamentais humanos. Em suma, é Estado de direito enquanto Estado liberal de direito que contribuiu na conversão de súditos em cidadão livres; e Estado social de direito porque realiza objetivos de justiça social.

Com base nisso, Silva (1988) revela que o Estado democrático de direito surgiu para atrelar os conceitos basilares dos Estados supracitados, incorporando a eles um componente, originando, assim, um novo conceito. Segundo o autor, a expressão “Estado democrático de direito”, definida no art. 1º de nossa Constituição, é adequada pelo fato de que o termo “democrático” qualifica o Estado, de modo que passa a irradiar os valores da democracia sobre todos os elementos constitutivos do Estado, assim como sobre a ordem jurídica.

No Estado democrático de direito, o princípio da legalidade é essência, sujeitando-se à lei que realiza o princípio da igualdade e da justiça em busca da “igualização das condições dos socialmente desiguais” (SILVA, 1988, p. 23), de modo que a relevância da lei esteja em sua função de regulamentação fundamental, produzida com base em um procedimento constitucional qualificado. No Estado democrático de direito, a lei deve servir para que o Estado possa realizar intervenções que resultem em alterações na situação da comunidade, ou seja, segundo Silva (1988), a lei não pode permanecer apenas como norma; ela precisa influir na realidade social.

No que se refere aos princípios do Estado democrático de direito, Silva (1988), tomando por base princípios do Estado de Direito democrático português, enumera oito que podem ser aplicáveis ao Estado democrático de direito brasileiro: princípio da constitucionalidade, princípio democrático, sistema de direitos fundamentais individuais, coletivos, sociais e culturais, princípio da justiça social, princípio da igualdade, princípio da divisão de poderes, princípio da legalidade e princípio da segurança jurídica. Ademais, o autor expõe que a tarefa

fundamental do Estado democrático de direito equivale a instaurar um regime democrático que realize a justiça social, superando as desigualdades sociais e regionais.

Conforme Santos (2013), o Estado democrático de Direito que foi instaurado com a Constituição Federal (BRASIL, 1988) consubstanciou-se em Estado de Direito e em Estado de Justiça Social, acarretando diretrizes que permitem a participação de cada cidadão na política. A constituição, segundo a autora, tem como finalidade a pacificação social e a realização dos direitos humanos fundamentais, finalidade que só será efetivada com a concretização do ideal humanista pelas políticas públicas, para que o Estado democrático de direito atue em benefício da construção de uma sociedade livre, justa e solidária na República Federativa do Brasil.

O Estado democrático de direito está atrelado ao paradigma contemporâneo de democracia de três vértices: democracia procedimentalista, democracia substancialista ou material e democracia fraternal, em que os conceitos de humanismo e democracia se unem em benefício da realização da soberania popular e cidadania em decisões políticas estatais (SANTOS, 2013). Dessa maneira, há, segundo a autora, uma maior exigência, por parte dos cidadãos aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de concretização de políticas públicas sociais que assegurem o acesso aos direitos humanos sociais e que permitam condições de existência em conformidade com a dignidade humana.

Pode haver problemas de efetividade dos direitos fundamentais sociais no Estado democrático de direito brasileiro, devido à omissão dos poderes públicos em promover políticas públicas em benefício da concretização dos direitos sociais (SANTOS, 2013). Partindo disso, tem-se como hipótese que se os poderes Legislativo e Executivo não vincularem como prioridade os princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição, e se as decisões do poder Judiciário em benefício da efetivação dos direitos sociais não conseguirem ser praticáveis, caberá ao cidadão nacional recorrer às instâncias internacionais de proteção aos direitos humanos para requerer a responsabilização do Estado brasileiro (SANTOS, 2013). A possibilidade de recorrer a instâncias internacionais dá-se pelo fato de os poderes públicos do Estado Brasileiro agirem em desrespeito às diretrizes de direitos humanos, não permitindo pleno acesso do cidadão ao direito de desenvolvimento.

Mafra (2006) considera que o conceito teórico de democracia evoluiu como resultado de sucessivos e diferentes tipos de governo que foram de fato ou que apenas se autodeclaravam como democráticos. O autor salienta que a democracia participativa instaurada na Constituição de 1988 e em algumas leis foi decorrente do movimento de redemocratização que ocorrera no Brasil logo após o regime militar, existente no Brasil entre os anos de 1964 a 1985. O autor ainda destaca, em conformidade com o exposto na Constituição Federal (BRASIL, 1988), que os representantes do povo foram reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para que fosse instaurado o Estado democrático de direito.

No que concerne ao desafio atual da democracia, Cattoni de Oliveira (2016) apresenta que a dificuldade desse sistema está em considerar uma sociedade hipermoderna, que tem como característica uma grande diferença entre os vários subsistemas sociais e uma crescente autonomia de antigas esferas normativas, como as da moralidade, ética e religião. O princípio da democracia envolve, atualmente, segundo o autor, o reconhecimento de uma noção mais ampla da esfera pública política e uma renovada concepção de sociedade civil, de forma que a democracia atual é compreendida como uma democracia constitucional.

Dentre os princípios da democracia constitucional, Cattoni de Oliveira (2016) enumera as seguintes garantias: reconhecimento do direito de dizer não e respeito aos direitos políticos das minorias; direito às diversas formas de participação e sufrágio no âmbito da administração pública e do poder judiciário; processo eleitoral e mecanismos de fiscalização do governo; controle de constitucionalidade e de legalidade das decisões jurídico-políticas; direitos processuais de participação em deliberações coletivas e sociais; reconhecimento de identidades individuais, coletivas, sociais e culturais; ações afirmativas e programas sociais de inclusão social, econômica e cultural.

Para a garantia desses direitos, segundo Cattoni de Oliveira (2016), é necessário que o Estado democrático de direito combata a violência, em todas as suas formas, garantindo, assim, a segurança pública e a segurança social. De acordo com o autor, o Estado não deve, também, limitar liberdades públicas e privadas, nem calar contradições políticas, podendo haver, em uma democracia, divergências e oposições pacíficas, pois ela envolve conflitos, e os dissidentes políticos e desobedientes civis não devem ser considerados criminosos políticos nem inimigos da Constituição.

Outro conceito importante desenvolvido por Cattoni de Oliveira (2016) refere-se à concepção de patriotismo constitucional como princípio da democracia constitucional, que tem por premissa compreender a Constituição do Estado democrático de direito como processo de aprendizagem social pelo povo como instância política plural. O patriotismo constitucional não possui apenas um sentido emotivo; seu principal intuito diz respeito à participação justificável por parte dos cidadãos às instituições político-constitucionais, acarretando um sentimento de lealdade política ativa e consciente à constituição democrática.

Miguel (2005) salienta que a democracia no mundo ocidental, há mais de cinquenta anos, tornou-se norma da prática e do discurso político; entretanto, há profunda divergência em relação ao sentido do termo democracia, visto que os diferentes grupos interessados atribuem novos sentidos ao termo para adequá-lo aos interesses que defendem. Por consequência, o significado de democracia torna-se polêmico, pois há contradições entre seu sentido abstrato ou normativo e as manifestações empíricas geralmente aceitas. Na medida em que há diferentes correntes de classificação de democracia, o autor propõe-se a apresentar cinco que atualmente encontram maior repercussão no debate acadêmico e político.

A primeira corrente, denominada democracia liberal-pluralista, considera que a realização do projeto democrático passa pela vigência de um conjunto de liberdades cidadãs, competição eleitoral livre e multiplicidade de grupos de pressão, que se envolvem em trapanças em busca de seus interesses. A segunda, democracia deliberativa, tem como ideal a participação de todos em igualdade nas discussões para decisões políticas, com argumentos racionais, resultando em consenso. A terceira corrente, republicanismo cívico, compreende que é o pertencimento à comunidade que dá sentido à ação humana, fato que faz a participação política ser reconhecida como provida de valor em si mesmo.

A quarta corrente de democracia, denominada participativa, considera a necessidade de expandir a participação de pessoas comuns nos espaços de decisão coletiva para além da participação em eleições, considerando que a participação democrática deva fazer parte do dia a dia dos cidadãos. Por fim, a vertente denominada multiculturalismo, ou política da diferença, corresponde a desenvolvimentos mais recentes da teoria política e tem como fundamento a afirmação das diferentes características dos diversos grupos da sociedade

nacional, não sendo irredutíveis a uma única identidade nem a fontes legítimas da ação política. O autor salienta que essas vertentes não abarcam toda a teoria democrática contemporânea, mas que essa divisão indica uma boa base para o entendimento do estado atual da teoria democrática (MIGUEL, 2005).

Moro (2002) compreende a democracia não como algo ideal a ser perseguido, pois considera não haver democracia perfeita; para ele, o que há são Estados mais ou menos democráticos. Ademais, o autor defende duas concepções de democracia, uma em que é unicamente compreendida como um processo de tomada de decisão de participação popular, e outra que considera que todos sejam tratados igualmente, havendo igual respeito e educação, configurando-se em uma visão substantiva da democracia. Nesse sentido, o autor defende que uma concepção não exclui a outra, pois a democracia é compreendida em mais de uma dimensão.

Partindo para uma esfera deliberativa, Gastil (1992), em seu trabalho, apresenta uma relação entre democracia e discurso político. Segundo o autor, uma definição cuidadosa pode identificar quatro características discursivas de uma democracia ideal: escolhas coletivas devem ser feitas de forma deliberativa; deve haver oportunidades iguais aos membros das democracias para participarem do processo deliberativo; ela visa chegar a um consenso racionalmente motivado; e o discurso democrático tem um componente relacional. Juntas, essas quatro características constituem uma definição abstrata de discurso totalmente democrático, entretanto, segundo o autor, esse ideal é inatingível.

O autor apresenta formas pelas quais o discurso pode facilitar ou obstruir o processo democrático, identificadas por meio de análises em discursos políticos, organizadas em quatro categorias: léxico (vocabulário geral, palavras técnicas, palavras imprecisas, eufemismos e palavras carregadas), gramática (as formas em que os oradores políticos formam frases e colocam palavras dentro delas), estratégias retóricas (estilo ou uma forma de argumento) e táticas conversacionais (mudança de turno e definição da agenda). Gastil (1992) salienta que as categorias de discurso político elencadas são formas importantes, pois têm implicações significativas para o processo democrático

Essas formas de discurso podem reforçar ou obstruir o discurso fundamentado, igualar ou distorcer as oportunidades discursivas e mover os membros da comunidade política para ou afastar-se de acordos

informados e fortalecer ou enfraquecer as relações entre os cidadãos. (GASTIL, 1992, p. 493).

A democracia, segundo Ferreira Filho (2001), se constrói a partir de um modelo ideal, no qual o funcionamento depende do homem e da virtude. Entretanto, o autor salienta que, no cotidiano da democracia, a corrupção ganha espaço, seja no processo eleitoral ou no processo governamental. Nesse sentido, realiza-se, na seção seguinte, uma apresentação de considerações acerca de concepções sobre a corrupção, tema que se configura como foco de análise nesta pesquisa.

1.2. A CORRUPÇÃO EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

A corrupção é uma temática que está em voga no atual contexto político e social brasileiro, visto que, cotidianamente, nas diversas plataformas midiáticas, são divulgados casos que configuram escândalos de corrupção envolvendo governantes do país. Esse tema corrente, que implica julgamentos, possui grande amplitude, e seus diversos aspectos são abordados em diferentes áreas de estudo. Por isso, as subseções que seguem destinam-se a apresentar a abordagem dada a esse fenômeno em diferentes esferas: jurídica, filosófica e sociológica, além de apresentar considerações sobre a corrupção no Brasil.

1.2.1 A corrupção e a lei

Na esfera jurídica, a corrupção é prevista pelo Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1998) como crime contra a administração pública, sendo definida em dois tipos: passiva e ativa. A corrupção passiva está entre os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, enquanto a corrupção ativa diz respeito aos crimes praticados por particular contra a administração em geral, sendo ambas sujeitas à punição.

O Art. 317, do Código Penal Brasileiro (1988), define a corrupção passiva como “solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem” (p. 80), suscetível a pena de reclusão de um a oito anos e multa, podendo aumentar em caso de o funcionário público deixar

de cumprir suas obrigações ou as praticar infringindo seu dever funcional. Se o funcionário infringir seus deveres em influência de outrem, poderá haver pena de detenção de três meses a um ano ou multa.

Já o Art. 333 define a corrupção ativa como “oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício” (p. 84), sendo o praticante do ato corrupto sujeito a pena de reclusão de um a oito anos e multa. A pena pode ser aumentada em um terço se, em caso da vantagem oferecida, o funcionário retardar ou omitir seu ato de ofício, ou praticá-lo infringindo seu dever funcional.

Na esfera jurídica brasileira, a corrupção é concebida de acordo com o exposto nesta seção. A seguir, apresentam-se perspectivas filosóficas, adotadas nesta pesquisa, sobre o fenômeno.

1.2.2. O fenômeno da corrupção sob uma ótica filosófica

Em um âmbito filosófico, Aristóteles (2002 [1252]) destaca que a corrupção instaura-se sem que se perceba, e que o mal só é sentido quando já está consumado. Ou seja, ela não acontece de uma vez, de forma que se torna difícil de compreender seu processo. Assim, segundo o filósofo, é importante que se detenha o mal desde o começo. Os homens são facilmente corrompidos pela prosperidade, devido à dificuldade que alguns têm de suportá-la, portanto,

trata-se uma regra geral para todo governo, democrático, oligárquico, monárquico ou outro, não valorizar demais quem quer que seja e não distribuir nenhuma honra excessiva, mesmo que breve. Se se acumulam muitos cargos em uma só pessoa, tais cargos devem ser-lhe retirados aos poucos, e não todos de uma vez.0 Será sobretudo conveniente estabelecer através das leis que ninguém possa adquirir poder crédito ou riqueza demais ou que sejam afastados os que tiverem demais (ARISTÓTELES, 2002 [1252], s/p).

Cortella e Barros Filho (2014) compreendem a corrupção como relativismo moral e relação de ética da conveniência, em que o indivíduo vive em uma dicotomia entre a vontade de se dar bem sem esforço, sendo motivado pelos encantos que isso traz e o medo de ser punido caso seja descoberto seu ato corrupto. Os autores defendem que o problema da corrupção não está no sistema, e sim nas pessoas, as quais possuem liberdade de se recusar a realizar práticas

desonestas, mesmo que o contexto em que estão inseridas as conduza à corrupção.

Para os autores, a corrupção não é uma obrigatoriedade e sim uma possibilidade, visto que depende da escolha do indivíduo corromper-se ou não. Nesse sentido, “se entendemos a corrupção como aquilo que apodrece, que degrada, que profana, temos que entender que essa profanação se dá como uma decisão, e a não profanação também” (CORTELLA; BARROS FILHO, 2014, p. 76). Ou seja, há o posicionamento contra a máxima de que a “ocasião faz o ladrão”, tendo em vista que é o possível ladrão quem decide aproveitar-se ou não da ocasião. Assim sendo, o desvio de comportamento está muito mais atrelado à conduta e à ética do indivíduo do que ao contexto social que permeia as suas relações.

Filgueiras (2008) salienta que o fenômeno da corrupção está ligado à moralidade, sendo esta fundamental para que as instituições políticas concretizem a ação do corpo político. A corrupção, segundo o autor, é derivada dos juízos morais dos atores, no momento que julgam ordem política em virtude de consensos normativos sobre um comportamento regido por regras. Ela pode ser compreendida como a relação entre justificação racional de normas e sua aplicação, ou seja, conteúdos de juízo que permitem julgar uma ordem como íntegra ou corrompida.

A corrupção tem um sentido moral, em que a política é construída a partir de valores e normas que justificam as instituições e suas práticas: a definição desse marco analítico permite sua compreensão nas democracias contemporâneas, de acordo com a constituição de valores e normas. (FILGUEIRAS, 2008, p. 143).

Na seção seguinte, são apresentados conceitos da esfera sociológica para a corrupção, os quais fundamentam a concepção teórica adotada neste trabalho.

1.2.3. Visões sociológicas para a corrupção

Em estudos do campo sociológico, notam-se divergências entre os autores dedicados ao estudo de corrupção e, conforme exposto por Brei (1996a), isso resulta da falta de consenso em relação à conceituação do que seja uma ação corrupta. De acordo com o autor, são inúmeros os atos que incluem a concepção

de corrupção, entre eles “trapaça, velhacaria, logro, ganho ilícito, desfalque, concussão, falsificação, espólio, fraude, suborno, peculato, extorsão, nepotismo e outros” (p. 65), criando, assim, dificuldade para estabelecer um consenso na definição do termo corrupção.

Apesar da dificuldade de conceituação, o autor apresenta as definições reunidas em quatro grupos: centradas no mercado, no interesse público, em regulamentações formais e na opinião pública. As definições centradas no mercado fazem uso de teorias econômicas, incluindo práticas de suborno e exploração por parte de responsáveis pela formulação e administração de políticas econômicas do governo, funcionários e servidores públicos. As definições centradas no interesse público têm por base fundamentos ético-morais, que dizem respeito a violações de interesses públicos por vantagens individuais.

A terceira definição é aquela centrada na lei e em outras regulamentações, de modo que o autor considera que a essência da corrupção política ou administrativa não está apenas na transgressão da lei ou da norma, e sim na ameaça à solidariedade social gerada pelo ato corrupto. Por fim, a última definição apresentada é a centrada na opinião pública, que tem por base aspectos atitudinais e concepções de corrupção política expressas pela opinião pública, sendo salientada, pelo autor, sua importância devido ao fato de que todos os comportamentos sociais são reflexos da subjetividade.

O autor conclui que a dificuldade de consenso quanto à definição de corrupção se dá pelo fato de que faltam debates que sejam mais profundos sobre os fundamentos do ato corrupto, e também pela ausência de teorias bem articuladas que fundamentem as definições sem que haja restrições sobre aquilo que é defendido.

Concordando com a variedade de definições, Amundsen (1999) considera que o termo corrupção vem sendo usado ao acaso, visto que, na sociedade, ela é compreendida como quase tudo, englobando desde subornos em troca de favores individuais até práticas econômicas e políticas duvidosas envolvendo o enriquecimento de políticos e burocratas devido ao uso abusivo do poder. Por conseguinte, o autor defende a definição de ato corrupto como um fenômeno multifacetado, que possui muitas conotações e formas diversas em relação a

“quem são os atores, iniciadores e especuladores, como é feito e até que ponto é praticado”² (p. 1).

Partindo disso, o autor aborda alguns conceitos relevantes para a tentativa de apresentação de um conceito de corrupção, dentre eles a corrupção política *versus* a corrupção burocrática, e a corrupção privada *versus* a corrupção coletiva. Concernente à corrupção política, o autor julga que se refere àquela em que os governantes políticos fazem uso de seu poder, abusando de leis e regulamentos em virtude de benefício e enriquecimento pessoal, influenciando as instituições do governo e do sistema político, enquanto a corrupção burocrática seja aquela com base na administração pública, centrada no final da implementação da política.

Quanto aos conceitos de corrupção privada e corrupção coletiva, o autor pondera que, na corrupção privada, o ator corrupto obtém benefícios para si e para familiares e amigos próximos, enquanto na corrupção coletiva, os benefícios são em relação à extração de recursos para um grupo maior, considerando que a corrupção possui forte inclinação para a coletivização. O autor destaca, ainda, que a aceitação social da corrupção aumenta na medida em que ela se espalha, salientando que em cargos altos ela é contagiosa para os de nível inferior, visto que serão seguidos os exemplos dos superiores.

Kurer (2015) levanta questionamento em relação às ações de indivíduos que atuam no setor privado, se elas devem ou não ser incluídas nas fronteiras da corrupção, sendo isso decorrente do fato de haver maiores reprovações perante atitudes corruptas no setor público. A justificativa para a questão está na abrangência das consequências do ato de corrupção, pois as corrupções em setores privados afetam principalmente os interesses dos proprietários das empresas e as corrupções nos setores públicos afetam diretamente os interesses do público em geral. Com base nisso, o autor defende que há semelhanças nos casos de corrupção em organizações públicas e privadas, entretanto, há diferenças em suas estruturas normativas.

Brei (1996b) apresenta três abordagens acadêmicas distintas para o problema da corrupção, que diferem em relação ao enfoque dado aos aspectos positivos ou negativos do fenômeno. A primeira abordagem, denominada

² “...who are the actors, initiators and profiteers, how it is done, and to what extent it is practiced” (Todas as traduções são de responsabilidade da autora).

funcionalista, analisa a corrupção de maneira mais positiva, preocupando-se com os efeitos e o papel da corrupção no sistema social. Nessa abordagem, os resultados da corrupção não são vistos como sempre ruins, pois muitas vezes essas práticas podem ser requeridas pelo próprio interesse público, reconhecendo-a, assim, como um estímulo ao processo de desenvolvimento. O desenvolvimento político está articulado à corrupção, visto que ela cria oportunidades ao “introduzir novos valores, aumentar a movimentação de recursos no mercado e criar novos centros de poder, incentivos e oportunidades” (p. 105).

A segunda abordagem apresentada pelo autor abarca tanto os aspectos funcionais quanto os aspectos disfuncionais. Nela, o governo é compreendido como um grande poder, no qual a corrupção pode ser entendida como uma forma de melhorar a qualidade do funcionalismo por parte dos indivíduos que desejam se beneficiar dele. Por outro lado, apesar da perspectiva considerar a corrupção importante para o desenvolvimento, isso irá depender da dimensão dos problemas relacionados ao desenvolvimento e das alternativas existentes. O autor considera ser impossível haver uma resposta geral às questões de causas e consequências da corrupção, já que ela pode ser funcional em uma perspectiva e disfuncional em outra.

A terceira abordagem acadêmica é uma oposição à abordagem funcionalista, na medida em que tem como foco as causas e caminhos para reduzir o problema. Há dois grupos em que se subdividem os adeptos dessa abordagem: aqueles que situam as causas tanto no nível individual quanto no social e aqueles que se localizam no nível institucional. Dentre os autores do primeiro grupo, há aqueles que defendem existir na sociedade crenças que servem para orientar as pessoas no julgamento de atos corruptos de atos políticos ou administrativos. Já os membros do segundo grupo criticam as perspectivas que atribuem as causas do problema exclusivamente à natureza e à maldade humana, criticando, também, as conclusões da corrente funcionalista. Para eles, os desvios institucionais ou sistêmicos são os mais importantes.

No que se refere à corrupção enquanto fenômeno social, Ferreira Filho (1991) salienta a dificuldade em delimitar suas causas, já que sempre houve quem se corrompesse ou fosse corrompido em todas as sociedades, havendo fatores pessoais e circunstanciais que estimulam ou desencorajam essa prática. Dentre

os fatores que desestimulam a corrupção, o autor cita a crença religiosa, a moralidade leiga, o sentimento cívico e o fato de a maioria dos atos de corrupção se configurarem como delito punível. Por outro lado, fatores que estimulam a corrupção, segundo o autor, podem ser a ideia de que é sempre lícito buscar vantagens para si independente dos meios, a versão vulgar do materialismo, que considera o interesse material como impulso do homem, além do efeito “Maria-vai-com-as-outras”.

Quanto à corrupção como fenômeno político, Ferreira Filho (1991) apresenta considerações acerca da corrupção-suborno e da corrupção-favorecimento como corrupção eleitoral e corrupção administrativa. O autor destaca que essas práticas se dão pelo fato de que a democracia contemporânea herdou a corrupção da vida política inglesa do século XVII, na qual havia compra de parlamentares pelo gabinete para se assegurar uma maioria. Outrossim, o autor salienta que, conforme a corrupção se fortalece nas democracias, surgem tentativas institucionais para evitá-la ou combatê-la.

Com base nas diversas abordagens existentes para a corrupção no âmbito sociológico, ela é concebida, aqui, como um fenômeno multifacetado, que não se resume a uma única prática. Entende-se que seus graus são os mais variados, englobando desde pequenos desvios de comportamentos individuais no dia a dia, até grandes ações de corruptos e corruptores que afetam toda uma população. Compreende-se, também, que as causas e as consequências oriundas desse fenômeno são inúmeras, o que as tornam imensuráveis. Na sequência, apresenta-se um apanhado de concepções sobre a corrupção política no Brasil.

1.2.4. A corrupção política no Brasil

Apresentar uma história completa da corrupção no Brasil seria, conforme exposto por Morel (2012), impossível, pois “seriam dezenas e dezenas de grandes volumes de uma obra incompleta e, infelizmente, inacabada” (p. 12). Segundo o autor, a corrupção sempre existiu, mas não possuindo uma forma única, pois a cada tempo histórico surgem novos tipos de corrupções, com novas características. Quanto à origem da corrupção no Brasil, considera-se que suas raízes estejam centradas em características da colonização portuguesa (AVRITZER; FILGUEIRAS, 2011).

Filgueiras (2009) afirma não existir uma teoria que fundamente a corrupção no âmbito do pensamento social e político brasileiro. O que há, segundo o autor, são estudos recentes sobre a corrupção no país, realizados a partir de abordagens comparativas e institucionalistas, não configurando uma teoria geral do problema. Entretanto, uma vertente utilizada para justificar os desvios dos brasileiros refere-se ao problema do patrimonialismo, compreendido como oriundo de um Estado que possui interferência na sociedade, coordenando e comandando a exploração do mundo produtivo e mercantil.

Para Vieira (2008), a dificuldade do combate à corrupção consiste no fato de haver uma visão de mundo de ordem hierárquica e patrimonialista por parte dos brasileiros, pelo fato de que o processo sofrido no país não fora de cidadania conquistada, e sim concedida. Em suas análises, foi constatado pelo autor que os brasileiros são desejosos de um Estado melhor, regulador e participativo, o que faz com que seja necessário deixar de atribuir à cultura do Brasil a responsabilidade pelos níveis de corrupção no país, já que esse pensamento abre espaço para a disseminação de ideias liberais que favoreçam o Estado mínimo.

Avritzer e Filgueiras (2011) salientam que é necessário haver uma desnaturalização do fenômeno da corrupção para que se possa compreender “que um conjunto de práticas e instituições que existem no país tem forte centralidade na persistência do fenômeno, que nada tem de natural” (p. 8). Isto é, as dimensões fundamentais que são responsáveis pela corrupção se tornar um forte fenômeno no Brasil são, segundo o autor, a organização do sistema político, a organização do Estado e a organização das formas de controle sobre o sistema administrativo-estatal.

A corrupção, no Brasil, tem produzido um tipo de histeria ética calcada em um clamor por maior moralização da política e da sociedade no Brasil. Se a corrupção for algo natural ao caráter do brasileiro, esse clamor moral promove um estado de paralisia, uma vez que a consequência desse tipo de leitura é não refletir a respeito da mudança. O moralismo contribui à deslegitimação da própria democracia no Brasil, ao não permitir a produção de consensos em torno de princípios e regras institucionais da política. (AVRITZER; FILGUEIRAS, 2011, p. 8).

Os autores defendem que esse moralismo na política faz com que o descontentamento se transforme em indiferença, além de o moralismo fazer com que se transfiram para o jurídico os fatos de ordem política. Isso decorre do fato

de esperarmos que as leis controlem as ações do homem público, pois há como pensamento comum do brasileiro a falta de leis mais severas para o combate à corrupção. Entretanto, os autores compreendem que o fundamento de criminalização da política, que permeia o sentimento do brasileiro, não é suficiente para o controle da corrupção, considerando que haverá maior efetividade se o problema for pensado com enfoque em seus controles democráticos (AVRITZER; FILGUEIRAS, 2011).

O Brasil, enquanto República Democrática, vivenciou e vivencia escândalos de corrupção na esfera política de grande repercussão, com consequências de grande abrangência. Toma-se como exemplo o escândalo de compra de votos denominado Mensalão, ocorrido em 2005, que envolveu partes da elite político-administrativa da nação (MENEGUELLO, 2011) e a operação que visa desmembrar casos de lavagem de dinheiro iniciada em 2014, ainda sem desfecho, denominada Lava Jato, cujo escândalo de corrupção é considerado um dos maiores do país (TELES, 2016).

Após a explanação de concepções para a corrupção nas perspectivas jurídica, filosófica e sociológica, bem como a apresentação de considerações acerca da corrupção no Brasil, a seção seguinte destina-se a abordar a concepção de discurso político adotada nesta pesquisa.

1.3. DISCURSO POLÍTICO NA MÍDIA

Sabe-se que a produção e a troca de informações são fundamentais para a organização da vida em sociedade em virtude da necessidade de relações nas diversas esferas de atividade humana. Conforme elucidado por Thompson (2011), as atividades de produção e troca de formas simbólicas são características da vida social desde sempre; entretanto, verificou-se um aumento na produção e propagação dessas formas com a chegada das sociedades modernas. O progresso dos meios de comunicação de massa associa-se, principalmente, ao avanço de telecomunicações eletrônicas (THOMPSON, 2011).

Há uma estreita relação entre as práticas sociais e o discurso, pois, para que existam trocas na sociedade, é necessário que ocorram trocas discursivas, sendo o discurso compreendido como “materialização da linguagem que permite o funcionamento das mais diversas formas de prática social” (SANTANA, 2007, p.

68). Dentre as práticas sociais existentes, há as práticas pertencentes à política, esfera social que se filia ao discurso para a realização de suas atividades, na medida em que a linguagem é, em grande parte, considerada constitutiva de sua ação (BAYLEY, 2008).

Isso decorre do fato que, segundo Bayley (2008), textos são responsáveis por promulgar a ação política, pois, mesmo que os objetivos da política sejam não linguísticos, ela depende da linguagem para concretizar a ação. Assim, a linguagem permeia legislaturas, debates, alianças e votos, que são responsáveis pela construção das leis que regem a obediência dos cidadãos. O autor ainda salienta que, fazendo uso da linguagem, os cidadãos podem contestar as normas estabelecidas pelas autoridades políticas. Assim, compreende-se o papel primordial da linguagem na execução das práticas políticas, na medida em que ela perpassa as leis que organizam a vida em sociedade.

De acordo com a concepção aristotélica, política é compreendida como aquilo que determina o que é de interesse da pluralidade, e não de um indivíduo específico (ARISTÓTELES, 2002 [1252]). Além disso, o filósofo destaca que é da natureza do homem estar preparado para a sociedade política por ser um animal cívico, que se diferencia dos outros animais pelo dom da palavra, o qual é considerado “o laço de toda sociedade doméstica e civil” (ARISTÓTELES, 2002 [1252], s/p).

Em razão de o homem ser detentor do dom da palavra (ARISTÓTELES, 2002 [1252]) e a linguagem ser fundamental na efetivação das ações políticas (BAYLEY, 2008), mecanismos discursivos adequados são necessários para que os agentes políticos concretizem seus propósitos. Nesse viés, Fairclough e Fairclough (2012) destacam a teoria da argumentação como base do discurso político. Para os autores, esse tipo de discurso envolve uma argumentação prática, que possui relação direta com a ação, no sentido de que o uso da argumentação deve servir para fundamentar decisões.

Não estamos sugerindo que o discurso político contenha *apenas* argumentos práticos, ou, de fato, que só consiste em argumentos. O que estamos sugerindo é que a política é fundamentalmente sobre fazer escolhas sobre como agir em resposta a circunstâncias e objetivos, trata-se de escolhas *políticas*, e tais escolhas e as ações que delas derivam

são baseadas na argumentação prática. (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 1).³

A perspectiva apresentada pelos autores considera que a questão da ação é fundamental na política, na qual a tomada de decisão em contextos de incertezas, desentendimentos e riscos, por exemplo, são questões centrais. Nesse sentido, os agentes políticos, responsáveis por fazer escolhas, deliberam sobre as alternativas para a ação, tomando por base a argumentação para fundamentar as decisões.

Quanto à questão da argumentação, toma-se por propriedade a concepção de Aristóteles que, em seus estudos sobre a natureza da retórica, definiu-a como “a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada” (ARISTÓTELES, 2005 [1354], p. 96). Abordando-a como uma arte, o filósofo destaca a existência de três provas de persuasão fornecidas pelo discurso: aquelas que residem no caráter moral do orador, aquelas existentes no modo como se dispõe o ouvinte e as que existem no próprio discurso. Além disso, são apresentadas três espécies de retórica, atribuindo-se a elas três gêneros distintos: deliberativo, judicial e epidítico.

O gênero deliberativo é definido como aquele em que há tanto o conselho como a dissuasão, ocorrendo no tempo futuro; o gênero judicial é aquele que tem tanto a acusação quanto a defesa, fazendo uso do tempo passado; por fim, o gênero epidítico é aquele em que há tanto o elogio quanto a censura, que tem como tempo principal o presente, dispondo, muitas vezes, do argumento evocando o passado ou o futuro. As finalidades de cada um dos gêneros diferem: para os que deliberam, a finalidade é ser conveniente ou prejudicial; para os que julgam, o propósito é ser justo ou injusto; e para os que elogiam ou censuram, o fim é o belo e o feio (ARISTÓTELES, 2005 [1354]).

Ao discurso político podem ser atribuídas três diferentes concepções, conforme proposto por Bochetti et al. (2017), em virtude das diferentes práticas sociais e discursivas envolvidas pelo tema política, desenvolvendo também uma metodologia de análise dos discursos políticos com base na Linguística Sistêmico-

³ “We are not suggesting that political discourse contains only practical arguments, or indeed that it only consists of arguments. What we are suggesting is that politics is most fundamentally about making choices about how to act in response to circumstances and goals, it is about choosing policies, and such choices and the actions which follow from them are based upon practical argumentation.”

Funcional. Nesta dissertação, torna-se relevante a classificação dos discursos da esfera política proposta pelos autores: discurso político (DP), discurso do político (DDP) e discurso sobre política (DSP), diferenciados de acordo com a legitimidade dos agentes envolvidos em sua produção e de acordo com sua finalidade.

Tomando por base, principalmente Wodak (2008, 2009, 2012), os autores classificam o discurso político (DP) como aquele cujos agentes que o empregam são detentores de ação política, restringindo-se ao âmbito institucional do parlamento, ou também a âmbitos midiáticos, desde que produzidos por indivíduos políticos reconhecidos oficialmente. Os gêneros pertencentes a esse tipo de discurso da esfera política possuem como característica prover ação política, podendo vir a se tornarem leis ou normas e possuindo o princípio de persuadir o público.

Já com base em Fairclough e Fairclough (2012), Bochetti et al. (2017) compreendem o discurso do político (DDP) como aquele empregado também por agentes legitimados, entretanto, o público a quem se direciona são os eleitores da nação. Seu propósito é o de persuadir os interlocutores em relação aos temas que defende, ou solicitar votos e apoio da população. O discurso do político é concebido, nessa perspectiva, como aquele que toma decisões para a ação, ou seja, em consonância com seu caráter de persuasão, serve para discutir sobre ações que podem acarretar finalidades e incidir sobre elas.

Por fim, com base, principalmente, nos preceitos teóricos de Bayley (2008), Bochetti et al. (2017) classificam o discurso sobre política (DSP) como aquele produzido pela mídia, em resposta a acontecimentos da esfera política. Trata-se de uma categoria abrangente, que engloba diversos gêneros da esfera midiática. A principal contribuição desse tipo de discurso consiste no fato de a mídia ser um veículo de grande extensão, contribuindo com a propagação de informações referentes a acontecimentos políticos para a população, difundindo opiniões e aproximando o público das questões de caráter institucionais.

Considerando que os textos que compõem o *corpus* delimitado para a análise desta pesquisa sejam pertencentes à esfera midiática, cujo tema engloba acontecimentos do meio político, e partindo da delimitação dos três tipos de discurso político proposta por Bochetti et al. (2017), compreende-se que sejam pertencentes ao discurso sobre política (DSP). Nesse sentido, os textos jornalísticos que compõem o *corpus* também se classificam como discurso

político, na medida em que se configuram como uma resposta a acontecimentos políticos do cenário brasileiro, funcionando como difusor de informações e opiniões sobre a temática.

Consonante à retórica de Aristóteles (2005 [1354]), apresentada anteriormente, pode-se compreender que a produção dos textos pertencentes ao discurso sobre a política façam uso da retórica do epidítico. Essa constatação decorre de que os textos da mídia sobre assuntos políticos possuem caráter persuasivo na medida em que funcionam como uma resposta a acontecimentos políticos, expressando a censura ou elogio por parte dos escritores frente aos episódios abordados.

Vale salientar que a retórica do epidítico é aquela compreendida pelo estudioso grego como a da virtude e do vício, do belo e do vergonhoso. O filósofo toma como exemplo a justiça e a injustiça como casos de virtude e vício, declarando que “a justiça é a virtude pela qual cada um possui os seus bens em conformidade com a lei; e a injustiça é o vício pelo qual retém o que é dos outros, contrariamente à lei” (ARISTÓTELES, 2005, p. 125), o que resulta no fato de que, frente a essas atitudes de grandeza ou de vergonha, cabe ao espectador expressar seus elogios ou suas críticas.

Bayley (2008) concebe em seus estudos a concepção da existência de diversos tipos de discurso político, incluindo o discurso da mídia. Em sua perspectiva, não existe um tipo de linguagem política, “mas um amplo e diversificado conjunto de discursos, ou gêneros, ou registros que podem ser classificados como formas de linguagem política”⁴ (p. 3). Assim, o autor afirma que há um conjunto de discursos considerados canônicos, que engloba os discursos produzidos pelos atores políticos primários, discursos políticos intermediários, produzidos por órgãos não institucionais, e os discursos políticos de base, que comportam discussões sobre a política na vida privada. Nessa concepção, os discursos produzidos pelos meios de comunicação sobre a política se encaixam no tipo de discurso político intermediário.

O autor destaca a relevância da imprensa que tem como função, além de informar os cidadãos sobre assuntos de ordem institucional, contribuir com a

⁴ “... but a wide and diverse set of discourses, or genres, or registers that can be classified as forms of political language.”

formação de opinião pública. Por essa característica, a mídia adquire poder e autoridade na sociedade, pois, ao mediar as informações entre as instituições e a população, torna-se um instrumento de responsabilização política, na medida em que permite ao cidadão “obter novas perspectivas sobre os assuntos das instituições, e construir seu próprio discurso em torno deles, no local de trabalho, em casa ou em locais de reuniões públicas, e este tipo de conversa faz parte da socialização política” (BAYLEY, 2008, p. 2).⁵

Bayley (2008) ainda defende que os meios de comunicação funcionam como uma arena para a atividade política, cuja importância equivale à das instituições, à medida que disponibiliza informações de ordem institucional com enorme praticidade à população.

Programas de notícias estão disponíveis 24 horas por dia e informação política está disponível ao clique de um mouse. E assim política, que intrinsecamente, e desde a sua criação tem sido uma atividade essencialmente linguística, é caracterizada por múltiplas camadas de discurso: o diálogo dentro e entre as instituições, o diálogo entre a mídia e as instituições, o diálogo entre a mídia e as partes, e do diálogo entre a mídia e os cidadãos. (BAYLEY, 2008, p. 2).⁶

Fetzer e Lauerbach (2007) salientam que o discurso político pelos meios de comunicação é, para grande parte das pessoas das democracias de grande circulação midiática, a única maneira de se encontrar política. O fenômeno de discurso político na mídia é, para as autoras, complexo, à medida que engloba o discurso institucional, o discurso da mídia e o discurso político mediado. De acordo com a perspectiva de discurso político adotada neste trabalho, é de relevância a concepção de discurso da mídia exposta pelas autoras, que o definem como “diferente de outros tipos de discursos institucionais por ser, acima de tudo, discurso público dirigido a um público de massa” (FETZER; LAUERBACH, 2007, p. 14).⁷

⁵ “... gain new perspectives on the affairs of the institutions, and construct their own discourse around them, at the workplace, at home or at public meeting places, and this kind of talk is part of political socialization.”

⁶ “News programmes are available 24 hours a day and political information is available at the click of a mouse. And so politics, which intrinsically and since its inception has been a primarily linguistic activity, is characterized by multiple layers of discourse: dialogue in and between the media and the citizens.”

⁷ “...it is different from other types of institutional discourses by being, above all, public discourse addressed to S.a mass media audience”.

O discurso sobre política e sobre políticos, para as autoras, é de cunho jornalístico que pode ocorrer através de reportagens, análise e comentários, entre outros, realizado por profissionais da área, como apresentadores de programas de notícias e correspondentes locais, por exemplo. Trata-se de um tipo de discurso abrangente, no qual “vários gêneros jornalísticos estão envolvidos; Eles podem ser monológicos, caso em que o público é dirigido diretamente, ou dialógico, caso em que os participantes se dirigem ao público através da sua interação com seus interlocutores” (FETZER; LAUERBACH, 2007, p. 15).⁸

Segundo Thompson (1998), “os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irreduzível: eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que *são significativos* para os indivíduos que os produzem e os recebem” (p. 19). Nesse sentido, a mídia tem por papel a propagação de informações de interesse social, representando uma importante ferramenta na sociedade atual. Na esfera política, seu papel é fundamental, visto que, como explicitado por Fetzer e Lauerbach (2007), muitas vezes ela é o único meio que a população tem acesso para manter-se informada dos acontecimentos desse âmbito.

A partir do evidenciado nesta seção, salienta-se como foco do trabalho, em virtude do *corpus* selecionado para análise, a percepção do discurso político produzido por setores midiáticos. Esse tipo de discurso não possui caráter institucional, pois não são produzidos por agentes políticos primários, entretanto, sua relevância na sociedade é de valor inestimável. A abrangência do veículo de divulgação e a natureza argumentativa atribuem aos textos pertencentes a esse tipo de discurso um caráter de disseminador de informações e propagador de opiniões, além de realizar uma aproximação da população com as questões institucionais.

⁸ “Various journalistic genres are involved; they can be monological, in which case the audience is addressed directly, or dialogical, in which case the participants address the audience via their interaction with their interlocutors”.

2 LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Este capítulo destina-se a explicar sobre a definição e princípios da concepção teórica adotada para análise neste trabalho. A pesquisa centra-se nos preceitos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF), que se configura como uma teoria de funcionamento da linguagem, abordando-a em uma perspectiva sociossemiótica (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Na seção 2.1 será exposta a concepção de linguagem nessa perspectiva, bem como serão apresentadas as metafunções, princípios importantes da LSF. Na sequência, na seção 2.2 serão abordadas especificamente a metafunção ideacional e a concepção de representação, domínios que interessam a esta análise. Posteriormente, na seção 2.3 o foco será na avaliatividade. Por fim, na seção 2.4 será abordada a concepção dos atores sociais.

2.1 LINGUAGEM, CONTEXTO E METAFUNÇÕES

A concepção de linguagem, na perspectiva sistêmico-funcional, paradigma em que esta pesquisa está centrada, incide sobre o social, compreendida como “um recurso para construir e interpretar significados em contextos sociais”⁹ (GHIO; FERNÁNDEZ, 2008, p. 13). Assim, de acordo com Halliday e Hasan (1985), linguagem, nessa perspectiva, é caracterizada como sociossemiótica, pois sua abordagem dá conta do estudo de um sistema de significados que são produzidos em um contexto social, por meio de relações, constituindo, assim, a cultura humana.

O termo “sistêmico-funcional”, o qual denomina a teoria linguística de base hallidayana (HALLIDAY; HASAN, 1985; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), comporta a dupla perspectiva que ela engloba. Dessa maneira, considera-se que “a linguística sistêmico-funcional (LSF), como seu nome indica, concentra-se nas metafunções da linguagem. A parte sistêmica do nome tem a ver com a forma como essas funções são organizadas”¹⁰ (FONTAINE, 2013, p. 4).

⁹ “...un recurso para construir e interpretar significados em contextos sociales”.

¹⁰ “Systemic functional linguistics (SFL), as its name implies, focuses on the functions of language. The system part of the name has to do with the way in which these functions are organized”.

Inclusive, quanto ao termo “sistêmico”, considera-se que “a gramática de uma língua é representada na forma de redes de sistemas, e não como um inventário de estruturas”¹¹ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 23). A diferença desses conceitos consiste em que, segundo os autores, estrutura refere-se a padrões, enquanto sistema dá conta de possibilidades de escolhas. Assim, textos são compreendidos como resultados de uma seleção em uma rede de sistemas, “uma linguagem é um recurso para fazer sentido, e o significado reside em padrões sistêmicos de escolha”¹² (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 23).

Já o termo “funcional” refere-se à linguagem em sua função comunicativa, como “uma ferramenta ‘útil’ para realizar os propósitos comunicativos dos falantes”¹³ (GHIO; FERNÁNDEZ, 2008, p. 22). Segundo as autoras, para que os propósitos comunicativos sejam alcançados, a noção de função deve ser ampliada para a concepção de metafunção, que engloba três aspectos da linguagem: interação com os outros, representação de experiências e organização e construção de textos.

Além disso, segundo Fontaine (2013), a concepção de função está atrelada aos usos sociais da linguagem, pois ela é usada para comunicação no contexto social. Como a linguagem enquanto propósito social é fundamental na teoria de Halliday, “sua posição é que uma teoria da linguística deve incorporar as funções da linguagem em uso”¹⁴ (FONTAINE, 2013, p. 5).

No que concerne à linguagem em uso, Bloor e Bloor (1995) ressaltam o interesse da teoria em estudar instâncias reais da linguagem, que foram ou são usadas por falantes ou escritores, pois textos autênticos são mais interessantes do que orações inventadas. Assim, “um texto na terminologia de Halliday é uma porção de linguagem que é realmente falada ou escrita para fins de comunicação por pessoas reais em circunstâncias reais”¹⁵ (BLOOR; BLOOR, 1995, p. 4). O interesse em textos reais decorre, segundo os autores, do fato de que textos fixos

¹¹ “Systemic theory gets its name from the fact that the grammar of a language is represented in the form of system networks, not as an inventory of structures”.

¹² “A language is a resource for making meaning, and meaning resides in systemic patterns of choice”.

¹³ “...una herramienta ‘útil’ para realizar los propósitos comunicativos de los hablantes”.

¹⁴ “...his position is that a theory of linguistics must incorporate the functions of language in use”.

¹⁵ “A text in Halliday’s terminology is a chunk of language that is actually spoken or written for the purposes of communication by real people in actual circumstances”.

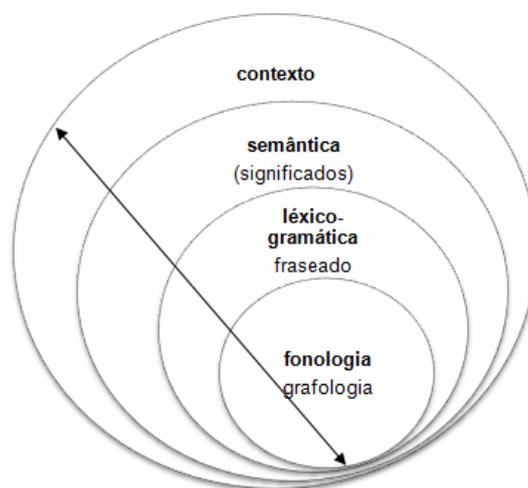
podem indicar que a linguagem é estática, o que não é adequado, pois até mesmo um texto escrito designa um processo interativo.

A linguagem, por se tratar de um sistema semiótico complexo, é compreendida, nessa perspectiva, como um sistema estratificado, que contém vários níveis (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Considerada em relação com a ordem social, a linguagem é um recurso, uma rede de (sub)sistemas de opções para a construção/interpretação de significados, um sistema complexo que possui a propriedade formal de estar estratificado em *níveis*, *estratos* ou *subsistemas funcionais* que têm entre si uma relação hierárquica e constitutiva.¹⁶ (GHIO; FERNANDÉZ, 2008, p. 18, grifo do autor).

Nessa ordem hierárquica, a linguagem é organizada em quatro estratos: fonologia, léxico-gramática, semântica e contexto (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2014; BLOOR; BLOOR, 1995; GHIO; FERNANDÉZ, 2008; FUZER; CABRAL, 2014), o que pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 - Linguagem como sistema de estratos



Fonte: (Adaptado de Fuzer e Cabral, 2014, p. 22, com base em Halliday e Matthiessen, 2004).

¹⁶ “Considerado em relación com el orden social, el language es un recurso, una red de (sub)sistemas de opciones para La construcción/interpretación de significados, un sistema complejo que posee La propiedad formal de estar estratificado em *niveles*, *estratos* o (sub)sistemas funcionales que tienen entre sí una relación jerárquica y constitutiva”.

Os estratos são relacionados por meio de um processo denominado realização (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Segundo Ghio e Fernández (2008), compreende-se que os estratos da semântica, da léxico-gramática e da fonologia/grafologia são considerados como estratos linguísticos internos, enquanto o estrato do contexto é o estrato linguístico externo, que está além do linguístico. Nessa perspectiva, o estrato da semântica é o que liga os dois mundos: o mundo da linguagem e o mundo extralinguístico (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; GHIO; FERNÁNDEZ, 2008).

Outra questão importante dessa teoria linguística está no conceito de instanciação, segundo o qual “o *sistema* de uma linguagem é ‘instanciado’ na forma de *texto*”¹⁷ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 27, grifo do autor). Assim, sistema e texto não são fenômenos diferentes, são o mesmo fenômeno visto de pontos de vista diferentes, sendo, também, dois polos de uma escala de instanciação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; GHIO; FERNÁNDEZ, 2008).

Considera-se que a linguagem é sempre usada em contexto, e “conhecer uma língua implica, entre outras coisas, saber como usá-la para se comunicar com outros, como eleger as formas adequadas ao tipo de situação em que nos encontramos”¹⁸ (GHIO; FERNÁNDEZ, 2008, p. 17). Assim, nessa abordagem teórica, o estrato externo da linguagem - o contexto – é conceito fundamental, pois “a linguagem é sempre teorizada, descrita e analisada dentro de um ambiente de significados”¹⁹ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 32).

Essa ligação estreita entre a linguagem e o contexto indica que qualquer manifestação da linguagem é capaz de “trazer nuvens de contexto com ela: devemos ser capazes de deduzir muito sobre o contexto em que a linguagem foi produzida, a finalidade para a qual foi produzida, e as razões pelas quais foi expressa na maneira que foi”²⁰ (THOMPSON, 2004, p. 10). Segundo Butt et al. (2000), os contextos se realizam em textos, enquanto os textos revelam contextos.

¹⁷ “The *system* of a language is ‘instantiated’ in the form of *text*”.

¹⁸ “Conocer una lengua implica, entre otras cosas, saber como usarla para comunicarse con otros, cómo eleger las formas adecuadas al tipo de situación en que nos encontramos”.

¹⁹ “...one in which language is always theorized, described and analysed within an environment of meanings”.

²⁰ “come trailing clouds of context with it: we should be able to deduce a great deal about the context in which the language was produced, the purpose for which it was produced, and the reasons why it was expressed in the way it was”.

Nesse viés, não se pode falar de texto e contexto como algo separado, pois são aspectos do mesmo processo, já que o contexto serve para ligar o texto à situação em que ele foi desenvolvido (HALLIDAY; HASAN, 1985). Considerando a linguagem como um recurso para fazer sentido, define-se que “o texto é um processo de fazer sentido em contexto”²¹ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 3). Conforme Halliday e Hasan (1985), os contextos precedem os textos, pois a situação existe antes de o discurso ocorrer.

Nessa perspectiva, então, o texto é abordado em sua relação com o contexto, de forma que se considera que “qualquer instância de linguagem viva que está desempenhando alguma parte em um contexto de situação devemos chamar de texto”²² (HALLIDAY; HASAN, 1985, p. 10). Além disso, segundo os autores, texto é visto tanto como produto quanto como processo, sendo produto no sentido de ser resultado e processo no sentido de ser uma troca social de significados. Assim, texto é definido como “uma instância do processo e do produto de significado social em um contexto particular de situação”²³ (HALLIDAY; HASAN, 1985, p. 11).

A noção de contexto adotada aqui, conforme exposto por Halliday e Hasan (1985), foi desenvolvida pelo antropólogo Malinowski a partir de seus estudos realizados em ilhas do Pacífico Sul, denominadas Ilhas Trobiand, cujos habitantes faziam uso da linguagem Kiriwina. Malinowski sentiu dificuldade em transmitir os textos da linguagem Kiriwina para o inglês de forma inteligível, pois se tratavam de culturas muito diferentes. Apenas a tradução dos textos em Kiriwina para inglês não seria suficiente para a compreensão, pois faltavam informações sobre o que estava por trás dos textos.

A partir disso, Malinowski descobriu que para a total compreensão dos textos seria necessária uma explicação sobre a situação em que o texto fora proferido, indicando o seu ambiente. Posteriormente, percebeu que apenas o contexto imediato do texto não era suficiente para a compreensão total: eram necessárias informações sobre a formação cultural total dos participantes envolvidos no evento comunicativo, que abarcassem as práticas sociais desses

²¹ “...so text is a process of making meaning in context”.

²² “... any instance of living language that is playing some part in a context of situation, we shall call a text”.

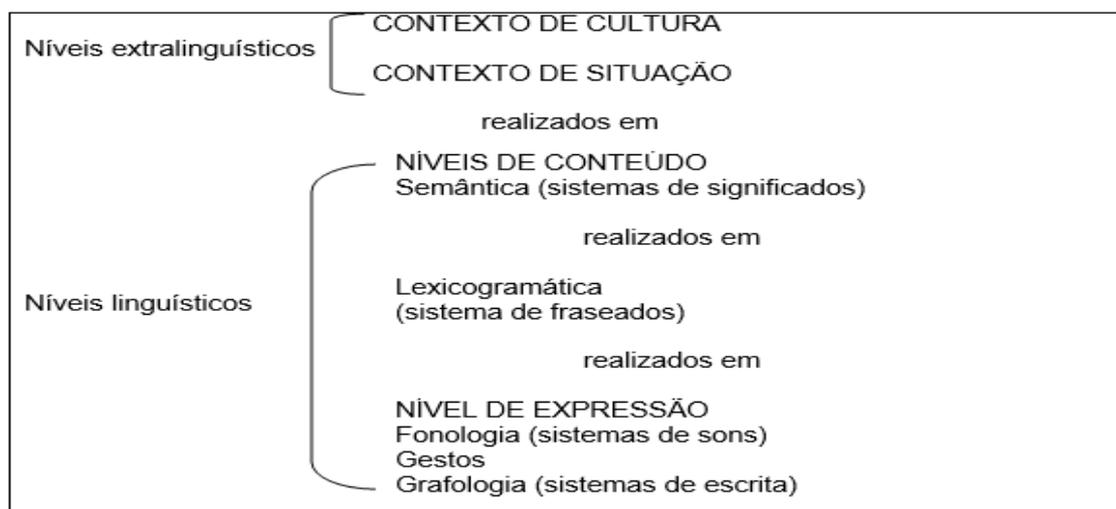
²³ “...is an instance of the process and product of social meaning in a particular context of situation”.

participantes. Em decorrência disso, cunhou os termos contexto de situação e contexto de cultura, ambos necessários para a compreensão adequada do texto (HALLIDAY; HASAN, 1985).

Assim, contexto de cultura engloba as características culturais de determinada comunidade, configurando-se como um sistema de significados de nível superior, uma vez que a cultura é um ambiente de linguagem em que operam vários sistemas semióticos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Já o contexto de situação é aquele que abrange a situação imediata em que o texto fora produzido, definido como o contexto em que o texto se desenrola, o qual é encapsulado no texto (HALLIDAY; HASAN, 1985).

Compreende-se que “os contextos de situação sempre ocorrem dentro do contexto de cultura que compreende o total de todos os contextos de situação dentro dessa cultura”²⁴ (BUTT et al., 2000, p. 184). Em relação à estratificação e à concepção de realização da linguagem, apresentadas anteriormente, pode-se considerar que os contextos, como níveis extralinguísticos, são realizados nos níveis linguísticos, conforme ilustrado na Figura 2:

Figura 2 – Estratos do sistema de linguagem



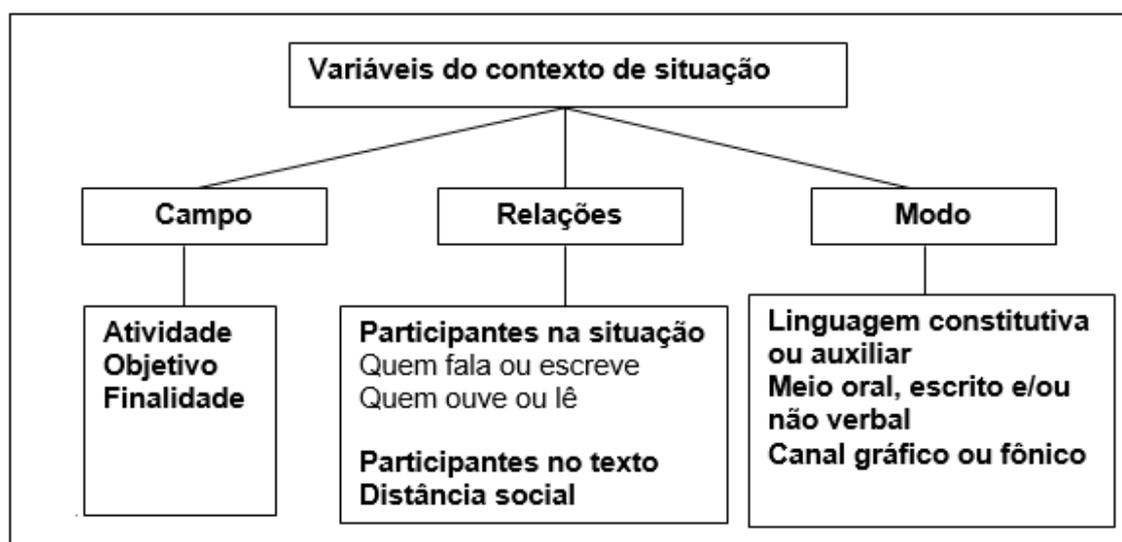
Fonte: (Adaptado com base em Butt et al., 2000, p. 183).

²⁴ “...contexts of situation always occur within the context of culture which encompasses the total of all the contexts of situation within that culture”.

O contexto de situação apresenta três variáveis que servem para interpretar o contexto social de um texto e o ambiente em que ocorre a troca de significados: campo, relações e modo. A variável *campo* se refere ao que está acontecendo no momento da interação, ou seja, à natureza da ação social em que os participantes estão envolvidos. A variável *relações* denota a natureza dos participantes envolvidos na interação, seus *status* e funções, compreendendo as relações entre os participantes. Por fim, a variável *modo* está relacionada à organização simbólica do texto, incluindo seu *status* e sua função no contexto (HALLIDAY; HASAN, 1985; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Um resumo das características de cada variável contextual é apresentado na Figura 3.

Figura 3 - Variáveis do contexto de situação



Fonte: (Adaptado de Fuzer e Cabral, 2014, p. 30, com base em Halliday, 2004).

As três variáveis do contexto de situação dizem respeito à concepção de registro, definido como “a forma como os significados variam de forma consistente com o contexto da situação ou de acordo com o uso”²⁵ (BUTT et al., 2000, p. 203). Nessa concepção, segundo Butt et al. (2000), se as características dos textos se assemelham quanto às variáveis de campo, relações e modo, significa que eles

²⁵ “...the way meanings vary consistently with the context of situation or according to use”.

pertencem a um mesmo registro, havendo registro de sala de aula, de publicidade ou de conversas de bebês, por exemplo.

Além disso, cada variável do contexto de situação está relacionada diretamente com uma metafunção da linguagem. Segundo Halliday e Matthiessen (2014), as metafunções representam as escolhas linguísticas para produzir significado, tendo como foco a atuação no contexto social, e são três: ideacional, interpessoal e textual, cada uma delas representada por um sistema diferente. Quanto à relação das metafunções com as variáveis situacionais, considera-se que “os valores de campo ressoam com significados ideacionais, os valores de relações ressoam com significados interpessoais e os valores de modo ressoam com significados textuais”²⁶ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 34).

A metafunção ideacional, relacionada com a variável *campo*, divide-se em dois domínios: experiencial e lógico. A metafunção ideacional experiencial abrange as representações da experiência no mundo, enquanto a metafunção ideacional lógica é responsável pelos recursos para estabelecer relações lógico-semânticas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; GHIO; FERNÁNDEZ, 2008, p. 24). O sistema que realiza a metafunção ideacional experiencial é o de transitividade, que permite compreender as ações, quem participa delas e as circunstâncias (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

A metafunção interpessoal, relacionada com a variável *relações*, compreende a oração como troca, englobando as interações dos participantes no discurso, ou seja, interação entre falantes e ouvintes, e designação de papéis de fala, bem como observações de atitudes modais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; GHIO; FERNÁNDEZ, 2008). O sistema que realiza essa metafunção é o de MODO, que é responsável por expressar as interações entre os participantes no evento comunicativo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Por fim, a metafunção textual, ligada à variável *modo*, compreende a oração como mensagem e se refere aos recursos disponíveis para que o falante organize o conteúdo em um texto coesivo e coerente (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; GHIO; FERNÁNDEZ, 2008). O sistema que realiza essa metafunção é o de

²⁶ “...field values resonate with ideational meanings, tenor values resonate with interpersonal meanings, and mode values resonate with textual meanings”.

estrutura temática, que tem por função a organização da mensagem na oração (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

As principais características das metafunções ideacional, interpessoal e textual estão ilustradas no Quadro 1.

Quadro 1 – Metafunções

Metafunção	Função	Sistema	Variável situacional
IDEACIONAL	Representação	Transitividade	CAMPO
INTERPESSOAL	Troca	MODO	RELAÇÕES
TEXTUAL	Mensagem	Estrutura temática	MODO

Fonte: (Elaborado pela autora).

Considerando que o propósito desta pesquisa é identificar as representações construídas ao termo “corrupção” em textos relativos à Operação Lava Jato, o foco do estudo se concentra na metafunção ideacional experiencial, pela qual “a linguagem fornece uma teoria da experiência humana”²⁷ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 30), especificamente pelo seu sistema de transitividade, que organiza a oração em torno de um processo, compreendido como um sistema de relações que formam uma figura, “uma configuração de elementos centrados num processo”²⁸ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 213).

2.2 METAFUNÇÃO IDEACIONAL EXPERIENCIAL E REPRESENTAÇÃO

Como já exposto, a linguagem comporta três diferentes metafunções para produção de significados no contexto social. Quando “usamos a linguagem para falar sobre nossa experiência do mundo, incluindo os mundos em nossas mentes, para descrever eventos e estados e as entidades envolvidas neles”²⁹

²⁷ “...language provides a theory of human experience”.

²⁸ “...a configuration of elements centred on a process”.

²⁹ “We use language to talk about our experience of the world, including the worlds in our own minds, to describe events and states and the entities involved in them”.

(THOMPSON, 2004, p. 30), estamos no domínio da metafunção ideacional experiencial, que contempla representações do mundo concreto ou abstrato. Nesse sentido, ao representar, estamos impondo uma ordem linguística às experiências dos inúmeros e variados eventos sociais, tanto reais quanto imaginários (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

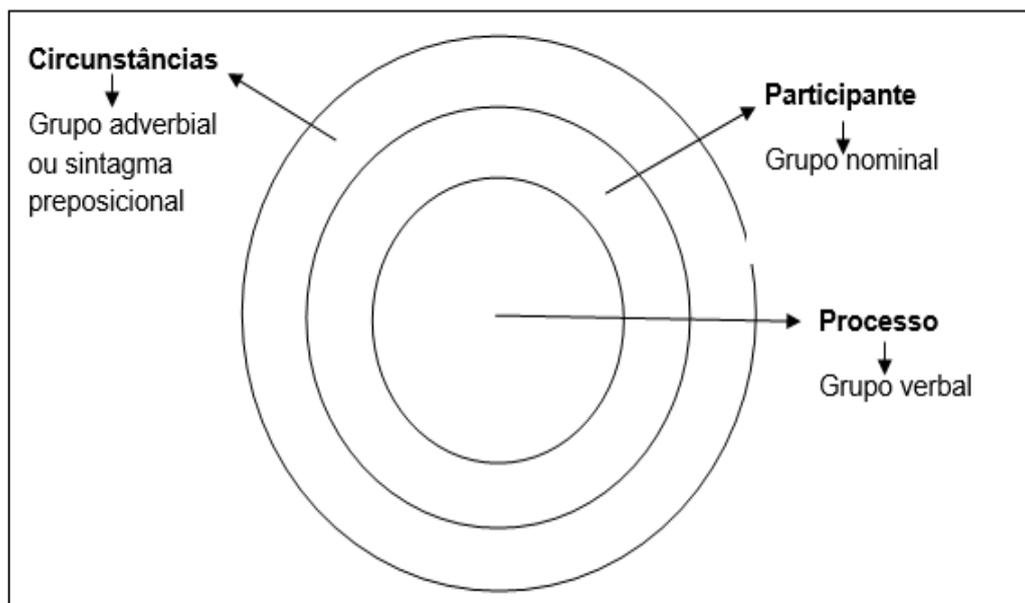
O sistema que realiza essa metafunção é o de transitividade, que pode ser definido como “um recurso gramatical para construir o fluxo da experiência em termos de um processo realizado gramaticalmente como uma oração”³⁰ (GHIO; FERNÁNDEZ, 2008, p. 93). O tratamento dado ao termo transitividade difere aqui da concepção da gramática tradicional, que o considera enquanto relação do verbo com seus complementos; na LSF, ele é considerado como se referindo a um sistema de descrição de toda a oração (FUZER; CABRAL, 2014).

Assim, a relação entre os componentes da oração pelo sistema de transitividade forma uma figura, que é composta por três funções léxico-gramaticais: processos, participantes e circunstâncias. Os processos representam os desdobramentos no decorrer do tempo, os participantes representam os envolvidos no processo e as circunstâncias são elementos que não estão diretamente envolvidos no processo, mas atendem sobre ele (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). A relação entre os três elementos pode ser observada na Figura 4.

A partir do ilustrado na Figura 4 e com base nas concepções apresentadas em Halliday e Matthiessen (2014), compreende-se que o processo é o elemento central da configuração experiencial, realizado por grupos verbais, o que representa o desdobramento da experiência. A função participante está perto do centro, pois ela está diretamente envolvida no processo, levando a sua ocorrência ou afetando-o de alguma forma, realizado tipicamente por grupos nominais. Por fim, a circunstância é periférica, sem envolvimento direto no processo; sua função é a de expandir o elemento central de alguma forma, configurando-se como elemento opcional, representado por grupos adverbiais ou sintagmas preposicionais.

³⁰ “...un recurso gramatical para construir el flujo de la experiencia em términos de um proceso realizado gramaticalmente como una cláusula”.

Figura 4 - Elementos da estrutura oracional pelo sistema de transitividade



Fonte: (Adaptado pela autora com base em Halliday e Matthiessen, 2014, p. 222).

Esses três elementos são “categorias semânticas que explicam, de forma mais geral, como os fenômenos da nossa experiência de mundo são interpretados como estruturas linguísticas”³¹ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 224). Como a base da Gramática Sistêmico-Funcional é semântica, os três elementos que compõem o sistema de transitividade recebem diferentes nomes segundo os tipos de processos que englobam (GHIO; FERNÁNDEZ, 2008).

Halliday e Matthiessen (2014) atribuem seis categorias semânticas de experiência, que se configuram em seis processos distintos: material, que inclui processos de fazer; mental, que integra processos do pensar e sentir; relacional, que abarca processos de caracterizar e identificar; verbal, que engloba processos do dizer; comportamental, que abrange processos do comportamento humano; existencial, que contém processos de existir. Nesse sentido, “cada tipo de processo constitui um modelo distinto ou esquema para interpretar um domínio

³¹ “The concepts of process, participant and circumstance are semantic categories that explain in the most general way how phenomena of our experience of the world are construed as linguistic structures”.

particular de experiência como uma figura de um determinado tipo”³² (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 213).

A Figura 5 representa os seis tipos de processos, bem como as categorias que comportam.

Figura 5 - Tipos de processos



Fonte: (Fuzer e Cabral, 2014, p. 42, adaptado de Halliday, 1994).

Como os participantes são os elementos da oração que estão diretamente ligados ao processo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), eles são nomeados de

³² “Each process type constitutes a distinct model or schema for construing a particular domain of experience as a figure of a particular kind”.

acordo com a sua função semântica na oração. As classificações atribuídas a eles são apresentadas a seguir.

Como já exposto, as orações materiais são aquelas cujos processos possuem sentido de fazer e acontecer, ou seja, há uma entrada de energia para que ocorra mudança no fluxo do evento. Elas podem ser transformativa, quando há uma mudança em um aspecto inicial do participante, ou criativa, quando com o processo um participante passa a existir (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Quanto aos participantes dessas orações, eles podem ser: Ator, que é quem provoca o desenrolar do processo; Meta, que é impactado pela ação; Escopo, que não é afetado pela ação, e pode ser classificado em Escopo-entidade ou Escopo-processo; Beneficiário, que se beneficia do processo, tanto de forma positiva quanto negativa, podendo ser classificado em Recebedor ou Cliente; e Atributo, que se refere a uma característica atribuída a um dos participantes da oração (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; FUZER; CABRAL, 2014).

As orações que seguem constituem-se orações materiais.

1	...a Lava Jato localizou 56 atos de corrupção e 136 de lavagem de dinheiro.	T#9
---	--	-----

Em (1) o processo “localizou” significa um fazer, que tem como Ator “a Lava Jato” e como Meta “56 atos de corrupção e 136 de lavagem de dinheiro”, pois é um participante que sofreu o impacto da ação.

2	...o esquema que ele comandava não repassou dinheiro para Jader	T#3
---	--	-----

Em (2), o processo “repassou” significa um fazer, apresentando três participantes: “o esquema que ele comandava” como Ator, “dinheiro” como Meta e “para Jader” como Beneficiário do tipo Recebedor, pois recebeu um bem material.

3	Jornalistas de simpatias tucanas investem contra a corrupção petista	T#9
---	---	-----

Em (3), “investem” denota um processo do fazer, que tem “Jornalistas de simpatias tucanas” como Ator e “contra a corrupção petista” como Beneficiário do tipo Cliente, pois recebe um serviço, que tem campo semântico negativo.

4	Outras companhias, de vários setores, seguiriam o mesmo caminho.	T#2
---	---	-----

Em (4), o processo “seguiram” representa um fazer, configurando-se como um processo material abstrato, e tem como Ator “outras companhias, de vários setores”. “O mesmo caminho” consiste em um participante denominado Escopo, do tipo Entidade, tendo em vista que constrói o domínio que o processo se desenrola.

5	Eu dei um abraço apertado.	33
---	-----------------------------------	----

Em (5), “dei” se configura como um processo de fazer, que tem “eu” como Ator e “um abraço apertado” como participante Escopo, do tipo processo, pois ele constrói o próprio processo, no sentido de abraçar.

As orações mentais são aquelas que estão preocupadas com as experiências de nossa consciência, constituídas por processos do sentir. As orações mentais podem se dividir em perceptivas, que estão relacionadas aos cinco sentidos (visão, olfato, gustação, audição e tato); cognitivas, que se referem à consciência do participante; emotivas, que expressam sentimentos; e desiderativas, que estão relacionadas ao desejo e interesse dos participantes. Os participantes desse tipo de oração são dois: Experienciador, que desempenha o papel de sentir, pensar, perceber ou desejar, e o Fenômeno, que se refere ao que é sentido, pensado, percebido ou desejado (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; FUZER; CABRAL, 2014).

As orações que seguem são exemplos de oração mentais.

6	Nunca assistimos a uma sucessão tão grande de denúncias de irregularidades.	T#1
---	--	-----

³³ Exemplo retirado de Fuzer e Cabral (2014).

Em (6), “assistimos” configura-se como um processo mental do tipo perceptivo, pois indica uma percepção de fenômeno com base em um dos cinco sentidos: visão. Apresenta “nós” (elíptico) como Experienciador e “a uma sucessão tão grande de denúncias de irregularidades” como o Fenômeno que é visto.

7	As pessoas começam a dar-se conta , mais do que nunca, da contaminação do sistema político nacional pelo vírus da corrupção sistêmica e institucionalizada [...]	T#1
---	---	-----

Em (7), “começam a dar-se conta” realiza-se como um processo mental do tipo cognitivo, na medida em que traz algo que se refere à consciência do Experienciador. “As pessoas” são o Experienciador da oração e “da contaminação do sistema político nacional pelo vírus da corrupção sistêmica e institucionalizada” é uma oração com função de Fenômeno.

8	A dieta cotidiana de casos de corrupção escancarados para a opinião pública assusta os cidadãos [...]	T#7
---	--	-----

Em (8), “assusta” é um processo mental do tipo emotivo, pois denota um sentimento expresso pelo Experienciador “os cidadãos”, e tem “a dieta cotidiana de casos de corrupção escancarados para a opinião pública” como Fenômeno.

9	A sociedade brasileira quer o fim da corrupção.	T#19
---	--	------

Em (9), “quer” se configura como um processo mental do tipo desiderativo, que representa o desejo do Experienciador “a sociedade brasileira”, e tem como Fenômeno “o fim da corrupção”.

As orações relacionais são aquelas que servem para caracterizar e identificar, podendo ser classificadas em: intensivas, que servem para caracterizar uma entidade, circunstanciais, que estabelecem relação de tempo, lugar, modo, etc.; possessivas, que estabelecem relação de posse. Todas essas categorias podem se apresentar em dois modos: atributivas, que atribuem relações de membros de uma classe, e identificativas, em que um dos participantes tem uma identidade determinada. Por se tratar de um tipo de processo que serve para caracterização e identificação, são necessários sempre dois participantes na

oração: Portador e Atributo ou Identificador e Identificado (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; FUZER; CABRAL, 2014).

Os exemplos a seguir ilustram orações relacionais.

10	... mas o desenvolvimento da consciência social de que a corrupção equivale a roubar dinheiro do contribuinte é uma missão da imprensa.	T#18
----	--	------

Em (10), o processo “equivale” se configura como relacional identificativo, pois expõe a identidade determinada de um dos participantes. Nessa oração, “a corrupção” é o participante Identificado e “a roubar dinheiro do contribuinte” possui a função de Identificador.

11	A corrupção está entranhada no aparelho estatal e no sistema político da maioria dos países latino-americanos.	T#6
----	---	-----

Em (11), o processo “está” é do tipo relacional atributivo, que atribui característica a uma entidade. Nessa oração, “a corrupção” desempenha função de Portador e “entranhada no aparelho estatal e no sistema político da maioria dos países latino-americanos” a função de Atributo.

As orações verbais são aquelas que apresentam processos do dizer e possuem grande contribuição em variados tipos de discurso, inclusive na criação de narrativas. Os participantes desse tipo de processo são: Dizente, que é o falante da oração; Verbiagem, que se refere àquilo que foi dito; Receptor, que é o participante para o qual a mensagem é dirigida, e Alvo, que é o participante atingido pelo processo de dizer. Nesse tipo de oração, existe a Verbiagem, que se refere àquilo que foi dito. Um outro modo de representar o que foi dito é com o uso de outra oração – projeção - podendo ser em forma de Citação, que é uma oração que reproduz a fala, introduzida por discurso direto e sinalizada com aspas ou travessão, ou pode ser como Relato, que é uma oração que ocorre por meio de discurso indireto, constituído por oração introduzida por conjunções “que” ou “se” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; FUZER; CABRAL, 2014).

Os exemplos que seguem se configuram como orações verbais.

12	Em <i>Além do bem e do mal</i> , Nietzsche afirma que não existem fenômenos morais, mas sim, a interpretação moral de fenômenos.	T#20
----	---	------

Em (12), “afirma” é um processo verbal que tem “Nietzsche” como participante Dizente e “que não existem fenômenos morais, mas sim, a interpretação moral de fenômenos” como Relato, pois é apresentada em forma de discurso indireto. Além disso, a oração inicia com uma circunstância de localização “em *Além do bem e do mal*”.

13	<i>O Liberal</i> anunciou na semana passada na sua manchete de primeira página: “Jader é vinculado a lobistas do caso de propina na Petrobrás”.	T#3
----	--	-----

Em (13), o processo “anunciou” é classificado como verbal e tem “*O Liberal*” como Dizente e “Jader é vinculado a lobistas do caso de propina da Petrobrás” é Citação, pois é reproduzida em forma de discurso direto. Além disso, a oração apresenta as circunstâncias de localização “na semana passada” e “na sua manchete de primeira página”.

14	E é esta mesma mídia que gosta de apontar os dedos em riste e chamar adversários de corrupto.	T#19
----	--	------

Em (14), “chamar” é um processo verbal, que tem “esta mesma mídia que gosta de apontar os dedos em riste” como Dizente, “adversários” como Alvo e “de corrupto” como Verbiagem.

15	- Zé, você não poderia ter pedido ao Teori [Zavascki] para aguardar quatro ou cinco dias para homologar a delação [do empreiteiro]? – perguntou a presidente ao seu ministro de Justiça [...]	T#19
----	--	------

Em (15), “perguntou” é o processo verbal, que tem “Zé, você não poderia ter pedido ao Teori [Zavascki] para aguardar quatro ou cinco dias para homologar a delação [do empreiteiro]?” como Citação, “a presidente” como Dizente e “ao seu ministro de justiça” como Receptor da Citação.

As orações comportamentais são aquelas que apresentam processos que indicam comportamentos fisiológico e psicológico tipicamente humanos. Esse tipo de processo exige apenas um participante, o Comportante, que é o ser consciente que realiza o processo, podendo haver o Comportamento, que se refere àquilo que fora realizado pelo Comportante. De acordo com Halliday e Matthiessen (2014), esse tipo de processo pode apresentar características de processos material, mental ou verbal em seu sentido, não tendo as suas características bem claras (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; FUZER; CABRAL, 2014; CABRAL; BARBARA, 2015)

O exemplo 16 é uma oração do tipo comportamental.

16	... ela levantou os braços e cantanolou	T#4
----	---	-----

Em (16), os processos “levantou” e “cantanolou” são comportamentais, pois denotam um processo típico do comportamento humano, os quais tem “ela” como Comportante.

Por fim, as orações existenciais são aquelas que representam algo que existe ou acontece, possui contribuições em vários tipos de textos, como por exemplo, na introdução de personagens nas narrativas, e tem como verbo típico *haver* no sentido de existir. Esse tipo de oração possui um único participante, o Existente, que pode ser representado por uma pessoa, um objeto, uma instituição, uma abstração ou uma ação ou evento (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; FUZER; CABRAL, 2014; LIMA, 2013).

A oração 17 constitui uma figura existencial.

17	e até o governador Eduardo Campos, que morreu ³⁴ recentemente, quando era candidato à presidência da república.	T#3
----	---	-----

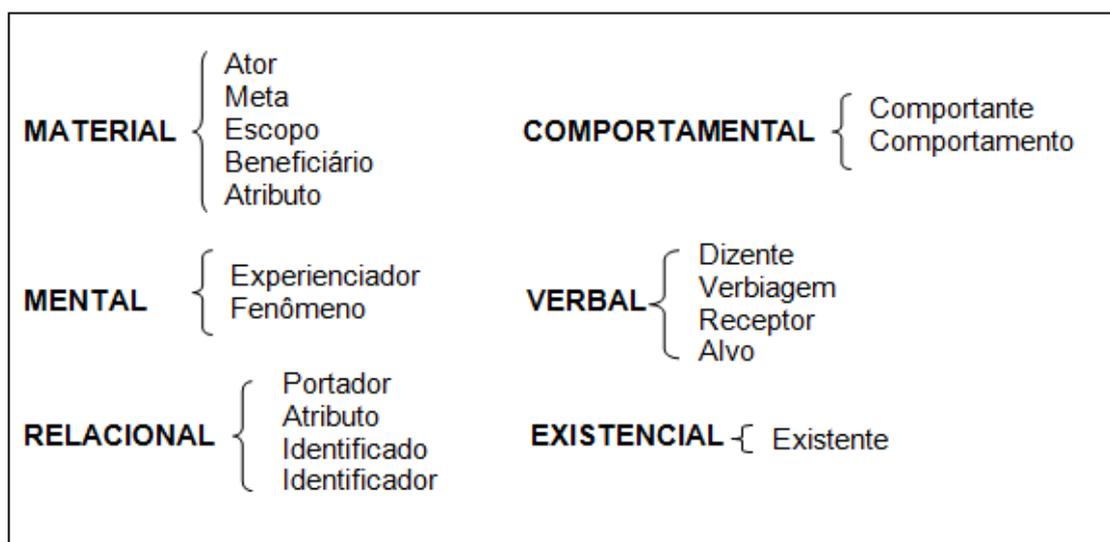
Em (17), o processo “morreu” significa “deixar de existir”, configurando-se em um processo existencial. Nessa oração, o Existente é “o governador Eduardo Campos”, referido pelo pronome “que”, e “recentemente, quando era candidato à

³⁴ Conforme Lima (2013).

presidência da república” indica uma circunstância de localização tempo, que expande o sentido expresso pelo verbo.

Os processos e seus participantes encontram-se sumarizados na Figura 6.

Figura 6 - Tipos de processos e seus participantes



Fonte: (Elaborado pela autora).

Expostos os seis tipos de processos e os participantes referentes a cada um deles, apresenta-se o último elemento da transitividade: as circunstâncias. Como já apresentado, circunstância é o elemento da oração que não está diretamente ligado ao processo, sua função é apenas a de expandi-lo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Vale salientar que as circunstâncias podem ocorrer em qualquer tipo de oração. Quanto aos tipos de circunstância, toma-se por base o apresentado por Halliday e Matthiessen (2004) e traduzido por Fuzer e Cabral (2014), ilustrado no Quadro 2.

Como o Quadro 2 evidencia, as circunstâncias são responsáveis por “adicionar significados à oração pela descrição do contexto em que o processo se realiza” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 53), estando associadas aos processos no sentido de ampliá-los quanto à sua localização em relação ao tempo, espaço ou causa.

Quadro 2 - Tipos de circunstâncias

Circunstâncias	
1. Extensão	Distância (A que distância?)
	Duração (Há quanto tempo?)
	Frequência (Quantas vezes?)
2. Localização	Lugar (Onde)
	Tempo (Quando?)
3. Modo	Meio (Como? Com o quê?)
	Qualidade (Como?)
	Comparação (Como é? Com que parece?)
	Grau (Quanto?)
4. Causa	Razão (Por quê?)
	Finalidade (Para quê?)
	Benefício/Representação (Por quem?)
5. Contingência	Condição (Por quê?)
	Falta/Omissão
	Concessão
6. Acompanhamento	Companhia (Com quem? Com o quê?)
	Adição (Quem mais? O que mais?)
7. Papel	Estilo (Ser como o quê?)
	Produto (o quê/ em quê?)
8. Assunto	(Sobre o quê?)
9. Ângulo	Fonte
	Ponto de vista

Fonte: (Adaptado de Halliday e Matthiessen, 2004, e traduzido por Fuzer e Cabral, 2014, p. 53-4).

Além da metafunção ideacional experiencial, representações dos atores sociais e avaliações da linguagem também contribuem na construção de representações de experiências em textos. Partindo disso, esta pesquisa também faz uso dos recursos do sistema de avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005) e de representação dos atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997) descritos nas seções 2.3 e 2.4.

2.3 SISTEMA DE AVALIATIVIDADE

Para que o produtor de textos possa se posicionar em relação àquilo que aborda e realizar avaliações sobre aspectos variados do cotidiano, existem, como exposto por Vian Jr. (2009), diversos recursos linguísticos disponíveis. De acordo com o autor, isso enfatiza o fato de que, nas interações com o interlocutor através de textos, as atitudes em relação àquilo que expressamos são expostas, podendo

o leitor assimilar ou não as avaliações que estão emitidas nessas atitudes, o que indica que as avaliações estão em um nível que vai além da léxico-gramática.

Nesse sentido, a perspectiva teórica que embasa as avaliações, adotada aqui, diz respeito ao sistema de avaliatividade, consolidado por Martin e White (2005). Essa abordagem, de acordo com White (2004), surgiu a partir da Linguística Sistêmico-Funcional, e apresenta “técnicas para analisar, de forma sistemática, como a avaliação e a perspectiva operam em textos completos e em grupos de textos de qualquer registro” (p. 177). A abordagem não está apenas interessada nas formas pelas quais os locutores individuais expressam seus posicionamentos, mas sim em meios que permitem que posições de valor determinadas socialmente sejam adotadas pelos indivíduos, podendo eles se aproximar ou distanciar das comunidades que estão associadas ao contexto em questão (WHITE, 2004).

Como exposto anteriormente, as avaliações encontram-se além do nível léxico-gramatical. De acordo com Martin e White (2005) e Vian Jr. (2009), o sistema de avaliatividade localiza-se no estrato da semântica do discurso, realizado pela léxico-gramática de acordo com as interações desenvolvidas pelo estrato grafo-fonológico. Torna-se relevante retomar que, na Linguística Sistêmico-Funcional, a linguagem é organizada por estratos, os quais são diferenciados de acordo com sua ordem de abstração (FUZER; CABRAL, 2014). Assim, o léxico avaliativo selecionado para julgar algo parte de um sistema semântico, que é realizado léxico-gramaticalmente.

O sistema de avaliatividade compreende atitudes tanto positivas quanto negativas que o locutor tem em relação a algo, as quais podem ser expressas de forma direta ou indireta, tendo consequências nas relações entre os indivíduos (MARTIN; WHITE, 2005). O fato de afetar as relações entre os indivíduos justifica esse sistema pertencer ao domínio interpessoal da linguagem, pois, como já exposto, na Linguística Sistêmico-Funcional são atribuídas três metafunções para a linguagem – ideacional, interpessoal e textual -, de modo que a metafunção interpessoal seja aquela que se refere a interação dos participantes no discurso (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Conforme proposto por Martin e White (2005), são três os subsistemas que compõem o sistema de avaliatividade: Atitude, Engajamento e Gradação, os quais comportam outros subsistemas, classificados de acordo com seu campo

semântico. A seguir, faz-se uma breve apresentação da definição e das principais características desses subsistemas.

O subsistema Atitude diz respeito ao mapeamento de sentimentos e engloba três regiões semânticas: Afeto, Julgamento e Apreciação, “que cobrem o que é tradicionalmente referido como emoção, ética e estética”³⁵ (MARTIN; WHITE, 2005, p. 42). O Afeto registra sentimentos positivos ou negativos; o Julgamento remete a avaliações em relação ao comportamento, que aprovamos ou condenamos; e a Apreciação refere-se à avaliação de fenômenos semióticos e naturais.

O subsistema engajamento trata da escrita dialógica e se refere aos “recursos linguísticos pelos quais falantes/escritores adotam uma postura em relação às posições de valor a serem referenciadas no texto e com respeito àqueles que são endereçados”³⁶ (MARTIN; WHITE, 2005, p. 92). Nesse sentido, pode-se falar em monoglossia, que é quando não há indícios de outras vozes no texto, além do autor, e em heteroglossia, que se refere a locuções abertamente dialógicas. A heteroglossia, por sua vez, manifesta-se em termos de expansão dialógica, e engloba vozes dialogicamente alternativas, dividida nas categorias de entretenimento e atribuição (reconhecimento e distanciamento), e em contração dialógica, apresentando as categorias refutação (negação ou contraexpectativa) e ratificação (pronunciamento e endosso).

O subsistema Gradação é aquele que diz respeito à alta-escala e baixa escala, ou seja, oferece subsídios para atribuir maior ou menor grau de positividade ou negatividade para os elementos em avaliação, e perpassa os outros dois subsistemas (MARTIN; WHITE, 2005). Ele opera em dois eixos de escalas, classificando-se em força, que se refere a avaliações quanto ao grau de intensidade e quantidade, dividida em intensificação (isolamento, fusão e repetição) e quantificação (número, massa/presença e extensão), ou em foco, que se divide em aguçar ou suavizar.

Nesta dissertação, o foco de análise recai no subsistema atitude, pois, através dele, é possível compreender os posicionamentos expressos pelo escritor frente à temática da corrupção, objetivo desta pesquisa. Como exposto, esse

³⁵ “...covering what is traditionally referred to as emotion, ethics and aesthetics”.

³⁶ “...the linguistic resources by which speakers/writes adopt a stance towards to the value positions being referenced by the text and with respect to those they address”.

subsistema possui três regiões semânticas, afeto, julgamento e apreciação, que se diferenciam em relação àquilo que é avaliado: sentimentos, comportamentos e coisas, respectivamente (MARTIN; WHITE, 2005).

A região semântica afeto, como já exposto, preocupa-se em registrar sentimentos positivos e negativos e suas realizações manifestam-se por léxico afetivo, processos mentais, epítetos e adjuntos modais. Aquele que sente é denominado *Emoter* e o fenômeno responsável pela emoção é denominado *Trigger*. O afeto engloba três conjuntos de emoções afetivas: in/felicidade, in/segurança e in/satisfação (MARTIN; WHITE, 2005), como pode ser observado nos exemplos que seguem.

18	O bom jornalismo não se formata pela esquerda ou pela direita, mas pela informação honesta, verdadeira, legítima, precisa, que infelizmente tem inimigos poderosos, como ensina a História, à direita e à esquerda, às vezes simultaneamente.	T#9
----	--	-----

Em (18), há a presença de avaliação de afeto pela variável in/felicidade, pela qual o autor expressa seu sentimento, com o uso do termo “infelizmente”, em relação à existência de inimigos que prejudicam o bom funcionamento da imprensa. O termo utilizado para a avaliação denota a emoção que essa situação lhe provoca. A variável in/felicidade, segundo Martin e White (2005), envolve os estados de espírito do locutor, sobre sentir-se feliz ou triste, podendo o *Emoter* dirigi-la a um *Trigger*, por gostar dele ou não.

19	Nós, os cidadãos, estamos virando náufragos num mar de corrupção cujos limites desconhecemos e, de alguma forma, temos até medo de conhecer.	T#7
----	---	-----

Em (19), há afeto pela categoria de in/segurança, pela qual, com o uso da expressão “temos até medo”, o autor expressa seu sentimento em relação à insegurança que a abrangência da corrupção e o desconhecimento de seus limites provocam nos cidadãos. A variável in/segurança, conforme Martin e White (2005), reflete os sentimentos de paz ou ansiedade em relação ao nosso redor.

20	Nota-se claramente uma adesão popular à Lava Jato enquanto que os seus responsáveis e beneficiários assumem ares pouco entusiasmados	T#1
----	---	-----

Em (20), há a presença de afeto pela categoria de in/satisfação, pela qual o autor, ao utilizar a expressão “ares pouco entusiasmados”, expressa o sentimento de insatisfação que permeia os responsáveis e beneficiários da Operação Lava Jato. A categoria de in/satisfação, de acordo com Martin e White (2005), lida com os sentimentos de satisfação ou frustração em relação àquilo que estamos envolvidos.

No que concerne ao julgamento, compreende-se que ele seja a região semântica que se refere a avaliações em relação às pessoas e à maneira como elas se comportam, sendo dividido em estima social e sanção social (MARTIN; WHITE, 2005). Julgamento por estima social tem a ver com avaliações sobre comportamentos em nossas redes sociais (familiares, profissionais, de amigos, por exemplo) e abrange avaliações de normalidade (quão a/normal alguém é), capacidade (quão in/capaz alguém é) e tenacidade (quão persistente alguém é ou não).

As orações que seguem apresentam exemplos de julgamentos por estima social.

21	O ritmo quase diário de novos casos de corrupção em investigação gera interrogações sobre a capacidade dos órgãos policiais desenvolverem uma apuração idônea.	T#7
----	---	-----

Em (21), a expressão “gera interrogações sobre a capacidade” configura-se como um julgamento de estima social capacidade, pois o autor está apresentando uma dúvida em relação à capacidade das ações de órgãos policiais em sua participação nas investigações de corrupção.

22	É normal para ele ser impertinente .	37
----	---	----

³⁷ Exemplo retirado de Martin e White (2005).

Em (22), o termo “impertinente” configura-se como um julgamento de estima social normalidade, na medida em que avalia o tipo de comportamento de um indivíduo.

23	Estou determinado a ir.	38
----	--------------------------------	----

Em (23), o termo “determinado” indica o alto grau de persistência do Ator em realizar a ação de ir, configurando-se, desse modo, como um julgamento de estima social tenacidade.

Já o julgamento por sanção social diz respeito àquele que é codificado em decretos, normas, regulamentos ou leis da Igreja e do Estado. Situa-se no campo semântico de veracidade, que julga quão verdadeiro alguém é, e de propriedade, que julga quão ético alguém é (MARTIN; WHITE, 2005).

As orações a seguir apresentam exemplos de julgamento por sanção social.

24	No jornalismo, pode-se dizer que é o lugar ideológico, em que seu conteúdo verdadeiro deve ser mantido sob sigilo aos olhos do seu público, como, por exemplo, na falta de equidade ao noticiar casos de corrupção.	T#13
----	--	------

Em (24), a expressão “falta de equidade” revela um exemplo referente ao julgamento frente à falta de verdade por parte da imprensa ao noticiar casos de corrupção. Sendo a imprensa de nível institucional, considera-se que ela esteja descumprindo uma norma ao faltar com a verdade, o que configura esse tipo de julgamento como sanção social veracidade.

25	As últimas operações, no entanto, mostram empresários embolsando pessoalmente o dinheiro desviado de obras e serviços públicos.	T#7
----	--	-----

Em (25), há a presença de julgamento por sanção social propriedade, pois, ao fazer uso da expressão “embolsando pessoalmente o dinheiro desviado de obras e serviços públicos”, o autor avalia a ética dos empresários envolvidos no caso

³⁸ Exemplo retirado de Martin e White (2005).

Sobre o campo semântico apreciação, compreende-se que ele seja responsável pela avaliação de “coisas”, englobando coisas que existem na natureza, objetos que são construídos/feitos pelos homens e também fenômenos naturais. Abrange os campos semânticos de reação, que avalia se as coisas agradam ou não, composição, que avalia o equilíbrio e a complexidade das coisas, e valor, que avalia, entre outras, a importância e autenticidade das coisas (MARTIN; WHITE, 2005).

As orações a seguir apresentam exemplos dos três domínios do campo semântico apreciação.

26	Tudo isto nos mostra que o destino da Lava Jato e a sonhada moralização da coisa pública está mais nas mãos de todos nós cidadãos, do que nas da PF, do Ministério Público ou do Supremo Tribunal Federal. Não é uma constatação agradável porque fomos educados a depender do governo e a esperar sempre por um salvador da pátria.	T#7
----	--	-----

Em (26), há a presença de apreciação reação, pois, ao fazer uso da expressão “não é agradável”, o autor expressa sua reação em relação à constatação apresentada anteriormente, de que o destino da Lava Jato depende mais dos cidadãos do que da Polícia Federal.

27	O presidente interino Michel Temer vem tentando costurar uma base política capaz de dar sustentabilidade a um governo surgido na esteira de uma bem organizada manobra para afastar a presidente petista Dilma Rousseff.	T#1
----	---	-----

Em (27), há apreciação composição, pois, com o uso da expressão “bem organizada manobra”, o autor realiza uma avaliação acerca da complexidade do evento (“bem organizada”) que fez com que Temer assumisse o governo.

28	...estamos então diante de um desafio inédito na história dos jornais, revistas e telejornais brasileiros.	T#17
----	---	------

Em (28) o epíteto “inédito” indica a apreciação do valor do desafio que a imprensa enfrenta com a cobertura da Lava Jato, tendo em vista o ineditismo do papel a ser exercido pelos meios de comunicação.

Na seção seguinte, são apresentadas concepções referentes à representação dos atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997).

2.4 ATORES SOCIAIS

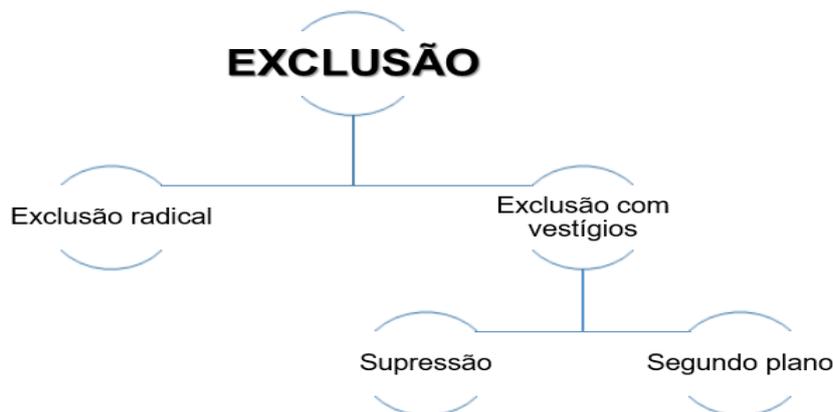
Além do Sistema de Transitividade, a Linguística Sistêmico-Funcional oferece outros mecanismos, no nível da semântica do discurso, capazes de atribuir representações a participantes de eventos comunicativos. Atrelada a essa concepção teórica, van Leeuwen (1997) propõe a perspectiva de representação dos Atores Sociais, que diz respeito aos recursos semântico-sociológicos utilizados pelo falante/escritor para representar experiências.

Essa teoria apresenta categorias sociossemânticas dos modos pelos quais atores sociais podem ser representados no discurso, tendo como principais categorias a Exclusão e a Inclusão, que se subdividem em categorias específicas. De acordo com van Leeuwen, “as representações incluem ou excluem actores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem” (1997, p. 180).

As exclusões, segundo o autor, podem ocorrer de forma inocente, quando se considera que o ator social já é de conhecimento do interlocutor ou que é irrelevante para ele, ou podem ocorrer de forma estratégica, de acordo com o propósito do falante/escritor. As representações por exclusão de atores sociais podem ocorrer de duas formas: sem deixar marcas ou com vestígios. Quando o locutor deixa marcas no texto, há distinções nas representações a serem feitas, como sintetizado na Figura 7.

A exclusão radical acontece quando não há marcas nem dos atores sociais nem de suas atividades na representação. Nesse caso, torna-se impossível verificar a exclusão radical em um único texto, devido à ausência completa de marcas. Desse modo, sua ocorrência pode se dar na comparação de diferentes representações da mesma prática social, mas, para isso ocorrer, é necessário que seja em mais de um texto.

Figura 7 - Categorias de Exclusão dos Atores Sociais



Fonte: (Autor com base em van Leeuwen, 1997).

A exclusão pode deixar vestígios quando se inclui a atividade representada, mas se omitem os atores sociais envolvidos. Perguntas podem ser feitas em relação a quem praticou as ações representadas, mas o texto não oferece as respostas. A exclusão com vestígios pode se dar por meio de supressão, quando não há nenhuma referência aos atores sociais ao longo do texto, ou por segundo plano, quando os atores sociais envolvidos não são mencionados relacionados a determinada atividade, mas aparecem em outras partes do texto, o que permite inferir quem eles são.

A exclusão por supressão pode ocorrer mediante algumas estratégias: apagamento do agente da passiva, orações infinitivas funcionando como um participante gramatical, apagamento de um Beneficiário, nominalizações e nomes de processos.

29	No Japão, estão a surgir preocupações devido à infiltração lenta e contínua dos imigrantes do Terceiro Mundo.	39
----	--	----

Em (29), a exclusão por supressão se dá mediante a nominalização “preocupações”, em que essa nominalização do processo mental “preocupar” omite o Experienciador.

³⁹ Exemplo retirado de Van Leeuwen (1997).

Já a exclusão que coloca os atores sociais em segundo plano pode ocorrer das seguintes maneiras: elipses em orações infinitivas formadas pelas formas inglesas *-ing* e *-ed*, em orações infinitivas com *to* e em orações paratáticas. Pode ocorrer também do mesmo modo que a supressão, desde que os participantes estejam incluídos em algum lugar do texto.

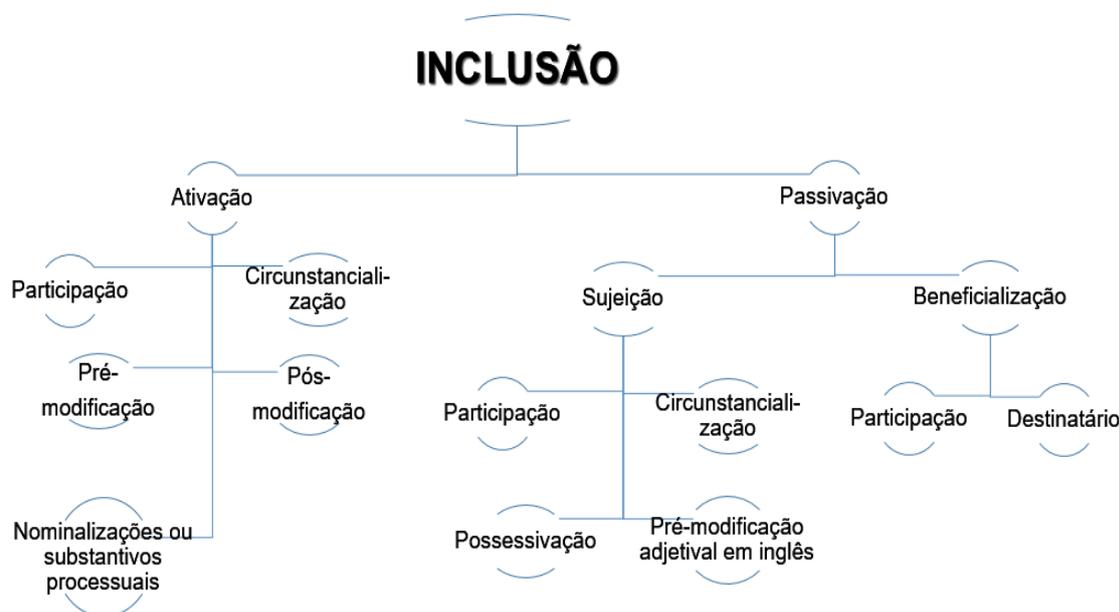
30	Na prática é uma informação visual que está sendo transmitida ao telespectador ou leitor com o objetivo de empoderar simpatizantes e atemorizar suspeitos de corrupção.	T#6
----	--	-----

Em (30), há uma elipse com o gerúndio “está sendo transmitida”, que não apresenta qual é o ator social que transmite a informação visual apresentada. Entretanto, com a leitura do texto, o ator social é localizado anteriormente: a imprensa (“se por um lado o poder do exército, marinha e aeronáutica perderam relevância como fator definidor de crises, por outro aumentou o papel da opinião pública alimentada e condicionada pela *imprensa*”). Nesse caso, o gerúndio indica que nessa oração o ator social que transmite informações encontra-se em segundo plano.

Em relação à inclusão dos atores sociais, van Leeuwen (1997) apresenta a categoria de distribuição de papéis, que diz respeito aos “papéis que são dados aos atores sociais para serem desempenhados em representações” (p. 185). Essa categoria objetiva identificar quem é representado como agente ou como paciente em determinada ação. Não há necessidade de haver congruência entre os papéis que os atores sociais desempenham de fato e os papéis atribuídos a eles gramaticalmente, pois as representações podem redistribuir e organizar as relações entre os participantes.

As representações que incluem os atores sociais no discurso podem ocorrer de duas formas: por ativação ou por passivação. Essas categorias maiores, por sua vez, realizam-se por meio de categorias mais específicas, de acordo com o modo que os participantes são representados, conforme pode ser observado na Figura 8.

Figura 8 - Categorias de Inclusão dos Atores Sociais



Fonte: (Autor com base em van Leeuwen, 1997).

As representações por inclusão ativação ocorrem quando os atores sociais são representados por forças ativas, podendo ocorrer por meio de: participação, quando o papel ativo do participante é destacado; circunstancialização, quando a representação se dá por meio de circunstâncias preposicionais introduzidas pelas preposições *por* e *de*, em português (*by* ou *from*, em inglês); por pré-modificação, pós-modificação e nominalizações ou substantivos processuais.

31	A sociedade brasileira quer o fim da corrupção.	T#19
----	--	------

Em (31), o ator social “a sociedade brasileira” desempenha papel claramente destacado, sendo representado como Experienciador do processo material “quer”. Sua participação é ativa na medida em que é o participante que realiza força sobre o fim da corrupção.

32	As pessoas de descendência asiática sentiram um súbito esfriamento por parte dos vizinhos e colegas de trabalho .	40
----	---	----

⁴⁰ Exemplo retirado de Van Leeuwen (1997).

Em (32), os atores sociais “(por) parte dos vizinhos e colegas de trabalho” configuram-se como circunstancialização, em virtude de que, no inglês, essa categoria se dá por meio de circunstâncias preposicionais introduzidas por preposições *by* ou *from* (*from neighbours, co-workers*)⁴¹.

22	Public support.	T#3 ⁴²
----	-----------------	-------------------

Na expressão em inglês, exemplificada em (22), o ator social “public” pré-modifica “support”, especificando o tipo de suporte (público).

34	...maior será a convicção popular [...]	T#2
----	--	-----

Em (34), o ator social “popular” pós-modifica “convicção”, configurando-se como ativo, visto que especifica quem está convicto.

35	A contaminação da política pelo vírus da corrupção	T#8
----	---	-----

Em (35) “contaminação” configura-se como a nominalização do processo “contaminar”, e indica que a ação é realizada pelo “vírus da corrupção” sobre “a política”, o que o torna um ator social ativo.

As representações por inclusão passivação ocorrem quando os atores sociais podem ser representados como submetendo-se ou sendo afetados da atividade, e o participante pode ser sujeito ou beneficiado. Enquanto sujeito, os participantes são tratados como objeto, e as representações podem ocorrer por: participação, quando o participante é Meta em um processo material, Fenômeno em um processo mental ou Portador em um processo atributivo efetivo; circunstancialização, através de um sintagma preposicional; possessivação, sob a forma de um sintagma preposicional; pré-modificação adjetival.

36	... as grandes empreiteiras são vítimas do sistema de corrupção.	T#11
----	---	------

⁴¹ Pelo fato de “por parte dos vizinhos e colegas de trabalho” ser o Ator do processo “esfriar”, pode-se considerar que funciona, na oração 21, como circunstância de agência.

⁴² Exemplo retirado de Van Leeuwen (1997).

No exemplo (36), o ator social “as grandes empreiteiras” enquadra-se na categoria participação, tendo em vista que configura-se como Portador do processo “são”, que tem como Atributo “vítimas do sistema de corrupção”. Como Portador, o ator social “corrupção” é um participante passivo.

37	Mas com o passar do tempo e com a multiplicação geométrica das denúncias contra políticos , de quase todas as siglas, e contra empresários , até então acima de qualquer suspeita, a onda moralizadora escapou ao controle de seus criadores, tomou conta da sociedade, e hoje está se transformando mais numa aspiração, quase um sonho, do que num aparato policial-judiciário-midiático	T#1
----	--	-----

Em (37), “contra” inicia um sintagma preposicional que torna os atores sociais “políticos” e “empresários” passivados. Esse caso refere-se à categoria de circunstancialização.

38	A corrupção está entranhada no aparelho estatal e no sistema político da maioria dos países latino-americanos.	T#6
----	---	-----

Em (38), “da maioria dos países latino-americanos” funciona como um ator social que é posse do “sistema político”, configurando-se na categoria de possessivação.

39	Racial tolerance.	43
----	-------------------	----

Em (39), a expressão que indica tolerância racial tem “racial” como pré-modificador e “tolerance” como termo passivado.

Enquanto representação por inclusão passivação do tipo beneficição, os participantes são representados como sendo beneficiados positiva ou negativamente pelas ações, apresentando os tipos participação e destinatário. Enquanto participação, o participante beneficiado é Receptor ou Cliente em um processo material, enquanto Destinatário, o ator social é representado como esse participante em um processo verbal.

⁴³ Exemplo retirado de van Leeuwen (1997).

40	Uma vez que parou a corrupção, parou o Brasil .	T#5
----	--	-----

Em (40), o ator social “o Brasil” é o participante “beneficiado” de “parou”, ou seja, a corrupção para, afetando o “Brasil”, de forma a beneficiá-lo.

41	- Eu não vou pagar pela merda dos outros – avisou Dilma aos quatro homens que ouviam, em silêncio, a fétida alegoria presidencial: os ministros José Eduardo Cardoso (Justiça), Edinho Silva (Comunicação Social), Aloísio Mercadante (Casa Civil) e o assessor especial Giles Azevedo .	T#9
----	--	-----

Em (41), os atores sociais “José Eduardo Cardoso”, “Edinho Silva”, “Aloísio Mercadante” e “Giles Azevedo” configuram-se em participantes Destinatários, de carácter passivo, visto que a eles é dirigida a fala da Dizente “Dilma”.

Esta pesquisa concentra-se nas categorias de exclusão e inclusão dos atores sociais, como apresentados nesta seção, a fim de constatar as representações atribuídas aos participantes que se referem ao termo “corrupção”.

Após a explanação das perspectivas teóricas a serem adotadas nesta pesquisa, a próxima seção destina-se à apresentação da metodologia adotada para análise.

3 METODOLOGIA

Este capítulo destina-se a contextualizar o ambiente em que esta pesquisa se insere, bem como os procedimentos metodológicos utilizados para análise. A seção 3.1 apresenta o universo de análise, expondo o objetivo e contextualizando o tema e o contexto de circulação dos textos. A seção 3.2 expõe uma contextualização dos textos que compõem o *corpus*. Por fim, a seção 3.3 está destinada à apresentação dos passos utilizados para análise, dividindo-se em análise contextual e análise de identificação das representações de corrupção, conforme o objetivo da pesquisa.

Salienta-se que a metodologia adotada nesta pesquisa é de cunho quantitativo e qualitativo, considerando que a

palavra qualitativa implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente [...] em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência. [...] Já os estudos quantitativos enfatizam o ato de medir e de analisar as relações causais entre variáveis, e não processos. Aqueles que propõem esses estudos alegam que seu trabalho é feito a partir de um esquema livre de valores. (DENZIN, 2006, p. 23).

Assim, esta pesquisa faz uso das duas metodologias, pois engloba tanto o número de ocorrências dos elementos linguísticos quanto as interpretações que eles revelam.

3.1 UNIVERSO DE ANÁLISE

A temática deste trabalho, como já apresentado, diz respeito à atual conjuntura política brasileira que vem sofrendo grandes abalos em virtude de escândalos de corrupção. Mais especificamente, o contexto que a temática engloba refere-se à Operação Lava Jato, tendo em vista que o principal objetivo desta análise é investigar, a partir do linguístico, representações para o termo corrupção nesse contexto, a fim de delinear a origem e o âmbito de efetivação desse fenômeno.

A Operação Lava Jato, como já exposto no Capítulo 1, iniciou apenas com investigações sobre esquema de lavagem de dinheiro em um posto de gasolina,

entretanto tomou grandes proporções e culminou em escândalos que envolvem grandes políticos brasileiros. Essa operação, que movimentou cada vez mais o cenário político do país, mudou o percurso histórico brasileiro e é considerada um símbolo de combate à corrupção (NETTO, 2016).

Partindo disso, para analisar a representação da corrupção na atual esfera política brasileira, com base nos preceitos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), selecionou-se como *corpus* textos veiculados na página *Observatório da Imprensa*⁴⁴. Essa página tem por objetivo acompanhar o desempenho da mídia brasileira, sendo destinada a publicar artigos sobre assuntos veiculados nesse ambiente. Sua proposta é ser um mediador entre a mídia e a população, abrindo espaço à sociedade para participar desse meio, com o intuito de diminuir a distância entre os poderes e a cidadania⁴⁵.

Dessa forma, a página funciona como um fórum de opiniões, um meio de comunicação em que são publicados artigos de diversos autores que opinam sobre acontecimentos relevantes abordados na mídia. Assim, a página não apresenta uma única opinião sobre os fatos, pois abre espaço a vários autores para a exposição de diferentes perspectivas. Devido a essa multiplicidade de vozes, os textos que constituem o *corpus*, embora publicados no mesmo veículo e abordando a mesma temática principal, não são pertencentes a um único autor.

Dos vinte textos que constituem o *corpus*, quinze são os autores, e apenas um dos textos é escrito por mais de um autor. A relação dos autores e números de textos elaborado por eles pode ser verificada no Quadro 3.

Para compreensão do ambiente social a que pertencem os autores, torna-se relevante uma contextualização desses que contribuíram com a divulgação de opiniões sobre textos relativos à Operação Lava Jato. Nesse meio, a maioria dos autores são jornalistas: Carlos Castilho, Rolf Kuntz, Lúcio Flávio Pinto, Luciano Martins Costa, Luiz Claudio Cunha, Mauro Malin, Jaime Alves e Rennan Martins. Há aqueles que são jornalistas e professores: Samuel Lima, José Isaias Venera, Sílvia Debossan Moretzsohn e Angela Carrato. Há os que são professores:

⁴⁴ <http://observatoriodaimprensa.com.br/>.

⁴⁵ Informações coletadas no site *Observatório da Imprensa*, mais especificamente na seção intitulada Observatório: <http://observatoriodaimprensa.com.br/sobre/>.

Venício A de Lima e Raquel de Souza; e, por fim, há um advogado: Gustavo Henrique Freire Barbosa⁴⁶.

Quadro 3 - Autores e número de textos

AUTORES	NÚMERO DE TEXTOS
Carlos Castilho	6
Rolf Kuntz	1
Lúcio Flavio Pinto	1
Luciano Martins Costa	2
Venício A de Lima	1
Luiz Claudio Cunha	1
Mauro Malin	1
Samuel Lima	1
José Isaias Venera	1
Sílvia Debossan Moretzsohn	1
Jaime Alves e Raquel de Souza	1
Rennan Martins	1
Angela Carrato	1
Gustavo Henrique Freire Barbosa	1

Fonte: (Elaborado pela autora).

Exposta a contextualização da temática da pesquisa, bem como a contextualização do meio de circulação em que os textos do *corpus* estão inseridos, passa-se, agora, à apresentação dos critérios de seleção e definição do *corpus* na seção 3.2.

3.2 SELEÇÃO DO CORPUS

Definido o veículo para busca dos textos que tivessem como temática a Operação Lava Jato, como explicitado na seção 3.1, foram estabelecidos critérios para delimitação desse *corpus*. O primeiro passo para a seleção dos textos consistiu em pesquisar, na caixa *busca avançada* da página *Observatório da Imprensa*, pelo termo *Operação Lava Jato*. A página oferece duas opções para ordenar os textos: relevância ou data, tendo sido selecionado o critério de exibição por relevância.

⁴⁶ Informações retiradas das assinaturas nos textos que compõem o *corpus* e/ou do Currículo Lattes dos autores.

A página oferece um número exaustivo de textos com essa temática, por isso foi necessária a aplicação de mais um critério para delimitação. Partindo disso e considerando que o foco da pesquisa é a investigação de representações para o fenômeno da corrupção, foi realizada uma busca nos textos por esse termo, bem como seus derivados (corruptos, corruptores e anticorrupção), sendo selecionados os textos que apresentavam esses termos pelo menos quatro vezes.

A aplicação desses critérios resultou em um *corpus* constituído por vinte textos, de caráter argumentativo e de autores variados. O período de publicação dos textos é de março de 2014, momento em que houve a deflagração da Operação Lava Jato, a agosto de 2016, quando ocorreu a coleta do *corpus*. A presença do termo corrupção, bem como seus derivados, varia de quatro a quatorze em cada texto, o que resulta em um total de 154 ocorrências.

Para especificação dos textos que constituem o *corpus*, o título dos artigos, os autores, a data de publicação, o número de ocorrências do termo corrupção e seus derivados ao longo do texto, bem como o código criado para identificação de cada um deles são apresentados no Quadro 4. Salienta-se que os códigos foram atribuídos de acordo com a ordem que os textos eram apresentados na página do *Observatório da Imprensa* segundo o critério de relevância.

Quadro 4 - Identificação dos textos que constituem o *corpus*

(continua)

Código	Título do texto	Publicação	Autor	Frequência do radical <i>corrup.</i>
T#1	Lava Jato, uma armadilha para o governo Temer	06/06/2016	Carlos Castilho	4
T#2	A Lava Jato na pauta de cada dia	14/04/2015	Rolf Kuntz	4
T#3	Agora é guerra	23/09/2014	Lúcio Flávio Pinto	5
T#4	Ao som de Roberto Carlos	13/05/2015	Luciano Martins Costa	7
T#5	Há limites para a ação da imprensa?	06/02/2016	Venício A de Lima	4
T#6	A guerra da informação na luta pelo poder	07/03/2016	Carlos Castilho	8
T#7	O país das tornozeleiras eletrônicas	04/07/2016	Carlos Castilho	7
T#8	A hora da verdade para a Lava Jato	18/04/2016	Carlos Castilho	12

Quadro 4 - Identificação dos textos que constituem o *corpus*

(conclusão)

Código	Título do texto	Publicação	Autor	Frequência do radical <i>corrup.</i>
T#9	Dilma, Kissinger, os delatores e o bate-boca	05/08/2015	Luiz Cláudio Cunha	14
T#10	Cenário inédito	13/11/2014	Mauro Malin	7
T#11	Excesso de informação desinforma	25/11/2014	Luciano Martins Costa	6
T#12	Fatos, ilações e militância política	18/11/2014	Samuel Lima	8
T#13	Vão-se os dedos, ficam os anéis	15/03/2016	José Isaías Venera	5
T#14	Investigação cria núcleo informal de poder no país	19/12/2015	Carlos Castilho	7
T#15	O custo, o benefício e o fascismo	24/03/2015	Sylvia Debossan Moretzsohn	10
T#16	A grande mídia e o ódio ao PT	28/07/2015	Jaime Alves e Raquel de Souza	8
T#17	A “desidratação” do presidente da Câmara de Deputados	04/08/2015	Rennan Martins	4
T#18	A imprensa e o DNA da corrupção institucionalizada	28/03/2016	Carlos Castilho	17
T#19	A mídia é o golpe	24/03/2015	Angela Carrato	8
T#20	Quando o moralismo afeta a democracia	24/03/2015	Gustavo Henrique Freire Barbosa	9

Fonte: (Elaborado pela autora).

Após essa delimitação, o *corpus* passou pelo programa *WordSmith Tools 6.0*, para que fossem verificadas as ocorrências predominantemente significativas do termo corrupção nos textos. Primeiramente, por meio da ferramenta *Wordlist*, identificou-se a frequência dos termos presentes nos textos, o que pode ser verificado na Figura 9.

Verifica-se, através da Figura 9, que de todas as palavras utilizadas nos textos que constituem o *corpus*, “corrupção” ocupa o 27º lugar. Além disso, ela ocupa o primeiro lugar dos substantivos, sendo a primeira palavra predominantemente significativa, o que indica sua relevância nos textos, justificando-se, assim, o fundamento dele ser investigado.

Figura 9 – Wordlist

N	Word	Freq	%	Texts	% Lemmas Set
1	DE	1.678	4,45	21	100,00
2	A	1.393	3,70	21	100,00
3	O	1.134	3,01	21	100,00
4	E	1.077	2,86	21	100,00
5	QUE	1.063	2,82	21	100,00
6	DA	779	2,07	21	100,00
7	DO	725	1,92	21	100,00
8	#	544	1,44	21	100,00
9	EM	477	1,27	21	100,00
10	PARA	380	1,01	21	100,00
11	E	375	1,00	21	100,00
12	NÃO	363	0,96	20	95,24
13	NA	359	0,95	21	100,00
14	SE	355	0,94	21	100,00
15	OS	344	0,91	21	100,00
16	UM	333	0,88	21	100,00
17	NO	331	0,88	21	100,00
18	COM	312	0,83	21	100,00
19	UMA	279	0,74	21	100,00
20	DOS	247	0,66	21	100,00
21	POR	222	0,59	21	100,00
22	COMO	205	0,54	21	100,00
23	AS	190	0,50	20	95,24
24	MAIS	187	0,50	20	95,24
25	AO	184	0,49	20	95,24
26	À	162	0,43	20	95,24
27	CORRUPÇÃO	134	0,36	21	100,00

Fonte: (Wordsmith Tools 6.0).

Após essa constatação, realizou-se busca pelo lema *corrup* com a ferramenta Collocates, para constatar quais termos apareciam com mais frequência junto ao termo *corrupção*. Os resultados encontram-se na Figura 10.

Figura 10 – Collocates

N	Word	With Relation Set	Texts	Total	Total Left	Total Right	L5	L4	L3	L2	L1	Centre	R1	R2	R3	R4	R5
1	CORRUPÇÃO	corrupção	0,000	21	135	1	1	1				133				1	
2	DE	corrupção	0,000	19	74	52	22	10	3	10	1	28	1	1	9	4	7
3	A	corrupção	0,000	20	70	50	20	5	2	6		37	2	6	3	2	7
4	DA	corrupção	0,000	16	45	33	12	4	1	2		26	2	1	4	2	3
5	QUE	corrupção	0,000	17	38	21	17	5	5	5	6		5	4	1	4	3
6	E	corrupção	0,000	15	36	12	24	2	5	3	2		12	4	3	3	2
7	O	corrupção	0,000	16	28	18	10	4	2	11	1		3	4	1	2	
8	NA	corrupção	0,000	11	19	7	12	3	2	2	2		5	2	2	1	2
9	DO	corrupção	0,000	9	16	11	5	2	8	1			1				4
10	É	corrupção	0,000	10	15	5	10	1	1	3			8		2		
11	NO	corrupção	0,000	9	14	6	8	2	1	3			3	1	3	1	
12	COM	corrupção	0,000	12	14	7	7	1	1	1	4		1	1	3	1	1
13	EM	corrupção	0,000	11	14	5	9	1	3				3	2	1	1	2
14	À	corrupção	0,000	9	14	12	2				12				1		
15	PARA	corrupção	0,000	9	13	9	4	1	3	3	1	1		2			2
16	NÃO	corrupção	0,000	8	13	8	5	2	2	3	1		1	2		1	1
17	INSTITUCION	corrupção	0,000	5	12	0	12						10	1	1		
18	UM	corrupção	0,000	8	11	5	6	2	1	2			2	2	1	1	
19	UMA	corrupção	0,000	7	10	7	3	4	1	1	1		1		1	1	1
20	COMBATE	corrupção	0,000	7	10	10	0	1	1	8							
21	CORRUPTOI	corruptores	0,000	5	9	0	0						9				
22	PETROBRAS	corrupção	0,000	5	8	1	7			1				5	1		1
23	CORRUPTOI	corruptos	0,000	7	8	0	0						8				
24	COMO	corrupção	0,000	7	8	4	4	1	1	1	2		3		1		
25	SE	corrupção	0,000	7	8	3	5	1	1	1			2	1	1		1
26	DOS	corrupção	0,000	6	8	2	6		1	1			1		2	2	1
27	DINHEIRO	corrupção	0,000	3	7	0	7							1	1	5	

Fonte: (Wordsmith Tools 6.0).

Pelas evidências, verificou-se que os elementos linguísticos mais recorrentes eram: a corrupção (37), de corrupção (28), da corrupção (26), e corrupção (12), à corrupção (12), corrupção institucional (10) e corrupção é (8). Nesse sentido, foi realizada uma busca nos textos por essas combinações, sendo eliminadas as que não se configuravam como orações e selecionadas as demais. Essa delimitação resultou em 109 orações, distribuídas em cada texto conforme o exposto no Quadro 5.

Quadro 5 - Ocorrências das expressões delimitadas para análise nos textos

TEXTO	OCORRÊNCIAS
T#1	3
T#2	4
T#3	1
T#4	7
T#5	4
T#6	7
T#7	5
T#8	11
T#9	10
T#10	1
T#11	2
T#12	5
T#13	4
T#14	6
T#15	6
T#16	4
T#17	4
T#18	13
T#19	7
T#20	5
TOTAL = 119	

Fonte: (Elaborada pela autora).

Após a apresentação dos critérios de seleção e a delimitação dos textos para pesquisa, a seção 3.3 destina-se a apresentar os passos de análise utilizados para a identificação da representação de corrupção nesse *corpus*.

3.3 PASSOS DE ANÁLISE

A análise, considerando o propósito de investigar a representação da corrupção nos textos delimitados, compreende duas etapas: descrição contextual e análise linguística. A descrição contextual refere-se, primeiramente, ao contexto geral em que os textos se inserem e, posteriormente, ao contexto imediato de produção de cada um deles; já a análise linguística diz respeito aos passos utilizados para a análise léxico-gramatical e semântico-discursiva a fim de identificar as representações.

As etapas de análise e os procedimentos utilizados serão melhor apresentados nas subseções que seguem.

3.3.1 Descrição contextual

A primeira etapa da análise consiste na descrição contextual em que se inserem os textos, que possui relevância pois, conforme apresentado, na perspectiva sistêmico-funcional, o contexto é fundamental para a compreensão dos textos (HALLIDAY; HASAN, 1985). Nesse sentido, nessa etapa realiza-se a análise do contexto de cultura e de situação dos textos.

Partindo disso, realizou-se uma análise, inicialmente, de aspectos do contexto de cultura que os textos se inserem, englobando aspectos do contexto político, da operação referente ao tema do *corpus* e do ambiente midiático em que os textos se inserem. Posteriormente, foi realizada a análise das variáveis contextuais: campo, relações e modo (HALLIDAY; HASAN, 1985; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). A verificação da variável *campo* consistiu em constatar o que está ocorrendo no momento da interação e como a Lava Jato era abordada nos textos; da variável *relações* consistiu em identificar a natureza dos participantes envolvidos na interação, bem como identificar os participantes internos do texto, citados e nomeados, que realizavam alguma ação apresentada pelo autor; por fim, a análise da variável *modo* destinou-se a investigar a organização simbólica do texto.

Identificado o contexto imediato de produção de cada texto, passou-se para a análise linguística, para identificar, por meio de análise léxico-gramatical e semântico-discursiva, representações para a corrupção no âmbito da Operação Lava Jato.

3.3.2 Análise das representações

Selecionado o *corpus* e descrito o contexto em que se insere, passou-se para as análises do sistema de transitividade, de avaliatividade e das formas de representação de atores sociais, a fim de identificar as representações para o termo corrupção. O primeiro passo da análise consistiu na seleção das orações que apresentavam as expressões delimitadas na seção anterior. Com as orações selecionadas, passou-se para a análise linguística.

Tomando por base o sistema de transitividade, que dá conta das representações no mundo concreto ou abstrato, centrando a oração em um processo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), o segundo passo consistiu na análise das funções de transitividade dos constituintes da oração em participantes, processos e circunstâncias. Verificou-se que o termo corrupção era apresentado, em sua maioria, como integrante de grupos nominais, preposicionais ou adverbiais, e não como participante principal. Nesse sentido, foi necessária realizar uma distinção entre participantes-núcleo e itens periféricos dos grupos. Posteriormente, foi feita uma análise das funções léxico-gramaticais desempenhadas pelo termo corrupção e seus referentes delimitados para análise.

A etapa que sucede é a identificação de ocorrências de avaliatividade nos textos (MARTIN; WHITE, 2005). Assim, realizou-se uma busca por elementos do subsistema atitude, pelas categorias de afeto, julgamento e apreciação, que se relacionavam ao termo corrupção e demais itens lexicais que se referiam a ele, a fim de identificar elementos semântico-discursivos que contribuem para a avaliação na construção da representação desse termo e que indicam o posicionamento do autor frente a esse fenômeno.

Na sequência, foi realizada a identificação de representação pelas categorias de exclusão e inclusão dos atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997). Nesta etapa, foi realizada uma busca pelos atores sociais relacionados ao termo “corrupção”. Assim, a análise consistiu na identificação de três tipos distintos de atores sociais: quem corrompe, quem é afetado pelo processo de corromper e quem realiza ações sobre a corrupção. Os atores sociais foram identificados e classificados de acordo com as categorias delimitadas para análise.

Tendo sido realizadas as análises, a última etapa consistiu em sistematizar as representações que foram verificadas a partir da análise contextual, da análise

léxico-gramatical e da análise semântico-discursiva, a fim de constatar quais representações são manifestadas para “corrupção”, objetivando responder à pergunta norteadora do trabalho: corrupção: desvio individual ou mal social?

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesse capítulo, considerando o propósito da pesquisa, apresenta-se a análise e a discussão dos resultados. Primeiramente, apresentam-se os resultados da análise contextual e, posteriormente, os resultados da análise linguística com o intuito de identificar a representação para o termo corrupção.

4.1 ANÁLISE DE CONTEXTO

4.1.1 Contexto de Cultura

O cenário cultural em que tema e *corpus* desta pesquisa se inserem refere-se ao contexto político brasileiro atual. Brasil, país republicano, constituído em Estado Democrático de Direito (BRASIL, 1988), passa por um período político conturbado, com frequentes escândalos de corrupção envolvendo empreiteiros e governantes do país, que afeta e desola os cidadãos em geral, causando indignação à população.

A organização político-administrativa do país compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Três são os poderes que regem o país: Legislativo, que é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e do Senado Federal; Executivo, exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros do Estado; e Judiciário, tendo como órgãos de poder o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios (BRASIL, 1988).

Considerando o contexto de inserção do *corpus*, referente a março de 2014 a agosto de 2016, destacam-se os governantes que ocupavam os poderes durante esse período. No que concerne ao Poder Executivo, dois foram os Presidentes da República: Dilma Rousseff e Michel Temer (ora em exercício). Cada um desses governos nomeou diferentes ministros para auxílio. Dilma Rousseff, em seu segundo mandato, sofreu processo de *impeachment*, com acusações de crime de responsabilidade. Em 17 de abril de 2016, uma votação na Câmara dos

Deputados determinou o prosseguimento do processo de *impeachment* de Dilma, passando por votação no Senado Federal, que aclamou o pedido em 12 de maio de 2016. Nesse momento, Dilma foi afastada do cargo, aguardando julgamento final, e Temer assumiu o poder na qualidade de Presidente interino.

A condenação de perda do cargo de Dilma Rousseff ocorreu em 31 de agosto de 2016, no plenário do Senado, acusada de cometer crimes de responsabilidade fiscal. A partir desse dia, Michel Temer passou a ser oficialmente o Presidente da República. Vale salientar que o processo de *impeachment* é legal, regulamentado por lei.

A lei que regulamenta é a *Lei 1079/50 | Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950*, a qual define os crimes de responsabilidade de um Presidente, bem como de Ministros, do Procurador Geral da República e de Governadores e Secretários de Estados, além de definir as condições do processo e do julgamento no caso de denúncia de improbidade administrativa de algum gestor. No caso de denúncia contra um Presidente da República, atribui-se aos Deputados o direito de realizar votação individual para decidir a admissibilidade do processo:

Art. 23. Encerrada a discussão do parecer, será o mesmo submetido a votação nominal, não sendo permitidas, então, questões de ordem, nem encaminhamento de votação.

§ 1º Se da aprovação do parecer resultar a procedência da denúncia, considerar-se-á decretada a acusação pela Câmara dos Deputados. (BRASIL, LEI Nº 1.079/1950).

Quanto ao Legislativo, os presidentes da Câmara e do Senado que ocuparam o poder durante o período referente ao *corpus*, foram: Henrique Eduardo Alves, Eduardo Cunha, Waldir Maranhão (interino) e Rodrigo Maia (ora em exercício) na Câmara dos Deputados; e Renan Calheiros e Eunício Maia (ora em exercício) no Senado Federal. Referente ao judiciário, destaca-se os presidentes do Supremo Tribunal Federal: Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia (ora em exercício), e do Superior Tribunal de Justiça: Juíz Conselheiro Dr. António Silva Henrique Gaspar.

De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos é livre, sendo a eles assegurada autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento. Além disso, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, os partidos

políticos devem registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral. Os atuais partidos políticos brasileiros encontram-se elencados no Quadro 6.

Quadro 6 - Partidos políticos registrados no TSE

0001	SIGLA	NOME
1	PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
2	PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
3	PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
4	PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
5	DEM	DEMOCRATAS
6	PCdoB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
7	PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
8	PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
9	PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO
10	PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
11	PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
12	PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA
13	PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
14	PV	PARTIDO VERDE
15	AVANTE	AVANTE
16	PP	PARTIDO PROGRESSISTA
17	PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO
18	PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
19	PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
20	PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
21	PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO
22	PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA
23	PODE	PODEMOS
24	PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL
25	PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
26	PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
27	PR	PARTIDO DA REPÚBLICA
28	PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
29	PPL	PARTIDO PÁTRIA LIVRE
30	PEN	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL
31	PROS	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL
32	SD	SOLIDARIEDADE
33	NOVO	PARTIDO NOVO
34	REDE	REDE SUSTENTABILIDADE
35	PMB	PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA

Fonte: (Com base em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>).

Em alguns casos, políticos ou partidos políticos fazem acordos com empresários, de interesse para ambos os lados. Essa relação entre políticos e

empresários é benéfica a medida em que, se bem harmoniosa, é capaz de gerar empregos, desenvolver setores e mobilizar uma indústria nacional e competitiva, significando prosperidade (COELHO, 2017). Para que isso funcione, depende do sistema político, que deve ter clareza nas posições, sendo a favor de todas, e não de apenas uma empresa. O problema nesse tipo de relação se dá quando não há transparência, quando se age em prol de interesses pessoais.

Trata-se de uma relação legal quando um empresário tem interesse em desenvolvimentos que beneficie o país, e contribua com políticos que tenham interesse em auxiliar, sendo uma relação de fortalecimento. Torna-se ilegítimo quando a relação entre políticos e empresários passa a ser por benefícios próprios (JANINE, 2017). Esse tipo de relação entre o público e o privado gerou escândalos de corrupção em nosso país, como, por exemplo, Operação Navalha (2004), Máfia dos Sanguessugas (2006), Caso Furnas (2008), Máfia dos Transportes (2011) e Fraude em licitações da saúde pública do Rio de Janeiro (2012) (BASILIO, 2015).

Atualmente, está em voga a Operação Lava Jato, que veio à tona em março de 2014 e ainda não possui desfecho. A Operação teve início com a quebra de sigilo de um posto de gasolina, com o intuito de obter informações sobre doleiros envolvidos com lavagem de dinheiro no Paraná. Entretanto, a prisão de Alberto Youssef, peça chave da operação, trouxe à tona ligações perigosas, revelando-se um enorme esquema de corrupção na Petrobras, que envolvia dirigentes da estatal, empreiteiras e políticos da base do governo. Com o passar do tempo, a operação chegou a Brasília, acarretando em investigações de grandes governantes do país (NETTO, 2016).

A Lava Jato tornou-se uma grande operação, e rotineiramente novas fases vão surgindo, com o intuito de investigar e punir os envolvidos. Até o momento da coleta do *corpus*, 31 fases haviam sido deflagradas, e encontram-se sumarizadas no Quadro 7.

A Lava Jato mobilizou o país a se concentrar na tarefa de combate à corrupção e tornou-se assunto de interesse e discussão pública, dominando, entre outras coisas, a mídia social (NETTO, 2016). A operação ganhou ampla divulgação na imprensa, sendo apresentada nos principais veículos midiáticos do país; citam-se, como exemplo, emissoras de televisão, como a Globo, sites, revistas e jornais, como Estadão, Folha de São Paulo, G1, R7, UOL e Veja, além

de ser apresentada em sites institucionais, como da Polícia Federal, Ministério Público Federal e Senado Federal.

Quadro 7 - Fases da Operação Lava Jato

(continua)

NOME	DATA	DESDOBRAMENTO
1ª fase Lava Jato	17/03/2014	O foco da investigação foi a ação ilegal de doleiros, que utilizariam interpostas pessoas e empresas em nome de terceiros, para a prática de crimes contra o sistema financeiro nacional, previstos na Lei 7492/86. Suas atividades ilícitas seriam desenvolvidas com empresas e contas mantidas no DF, mas as operações criminosas se estenderiam a diversos pontos do território nacional
2ª fase Bidone	20/03/2014	Apuração da mesma categoria de crimes, com extensão do foco em outros doleiros.
3ª fase Dolce Vita	11/04/2014	Investigação com mesmo propósito decorrente das anteriores, sendo identificada a participação, dentre outros, de doleiro hoje colaborador da Justiça, mediante acordo de colaboração com o MPF.
4ª fase Casablanca	11/06/2014	Desdobramento técnico das anteriores.
5ª fase Bidone II	01/07/2014	A PF cumpriu 9 mandados judiciais: sete de busca, um de prisão temporária e um de condução coercitiva.
6ª fase Bidone III	26/08/2014	Desdobramento técnico da fase anterior.
7ª fase Juízo Final	14/11/2014	Foram presos os primeiros empreiteiros e operadores do esquema de distribuição de propinas obtidas mediante contratos com a PETROBRAS. Alguns deles tornaram-se colaboradores da Justiça, mediante acordo com o MPF.
8ª fase Lava Jato	14/01/2015	Desdobramento técnico da anterior, levou ao cumprimento de mandado de prisão de ex-diretor internacional da PETROBRAS.
9ª fase My way	05/02/2015	Verificou-se que o esquema de fraude das licitações da PETROBRAS e conseqüente distribuição de propinas envolvia demais diretorias da estatal.
10ª fase Que país é esse?	16/03/2015	Entre as prisões preventivas ocorridas, a de um segundo ex-diretor da PETROBRAS, já condenado a 20 anos de reclusão.
11ª fase A Origem	10/04/2015	Teve por objetivo apurar fatos criminosos atribuídos a três grupos de ex-agentes políticos. Abrange, além de fatos ocorridos no âmbito da PETROBRAS, desvios de recursos ocorridos em outros órgãos públicos federais.
12ª fase Lava Jato	15/04/2015	Destinada a dar cumprimento a mandado de prisão preventiva de tesoureiro de agremiação político-partidária, identificado como recebedor de vantagens ilícitas decorrentes de fraudes em contratos com a PETROBRAS, bem assim para prisão temporária e condução coercitiva de outros associados.
13ª fase Lava Jato	21/05/2015	Constituiu desdobramento técnico da fase anterior. Presos converteram-se em colaboradores da Justiça.

Quadro 7 - Fases da Operação Lava Jato

(continuação)

NOME	DATA	DESDOBRAMENTO
14ª fase Erga Omnes	19/06/2015	Expandiu a investigação para os crimes de formação de cartel, fraude a licitações, corrupção, desvio de verbas públicas e lavagem de dinheiro para duas grandes empreiteiras com grande atuação no mercado nacional e internacional. Entre os presos, o presidente de uma empreiteira.
15ª fase Conexão Mônaco	02/07/2015	O foco das investigações foi o recebimento de vantagens ilícitas no âmbito da Diretoria Internacional da PETROBRAS.
16ª fase Radioati- vidade	28/07/2015	Apontou para a formação de cartel e o prévio ajustamento de licitações, além do pagamento indevido de vantagens financeiras a empregados da estatal ELETRONUCLEAR. A prisão temporária do presidente da estatal foi convertida em preventiva e após decisão do STF o caso foi desmembrado e remetido à Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro.
17ª fase Pixuleco	03/08/2015	Deflagrada para cumprimento de mandados de prisão preventiva de ex-ministro de Estado e de temporária em desfavor de outros investigados, após desenvolvimento das investigações por análise de material apreendido e informações oferecidas a partir de colaboração premiada.
18ª fase Pixuleco II	13/08/2015	Desdobramento técnico da fase anterior.
19ª fase Nessum Dorma	21/09/2015	Um dos focos é a continuidade da investigação de um denunciado na 15ª Fase e de empreiteiras já investigadas. Foi verificado que uma das empresas sediadas no Brasil recebeu cerca de R\$ 20 milhões, entre 2007 e 2013, de empreiteiras já investigadas, sob a acusação de pagamento de propinas para obtenção de favorecimento em contratos com a estatal.
20ª fase Corrosão	16/11/2015	As ações policiais tiveram como alvo ex-funcionários de uma estatal investigados pelo recebimento indevido de valores por parte de representantes de empresas contratadas. Em um segundo procedimento, foram cumpridas medidas que apuram a atuação de um novo operador financeiro identificado como facilitador na movimentação de recursos indevidos pagos a integrantes da diretoria dessa estatal.
21ª fase Passe Livre	24/11/2015	As investigações apontaram para complexas medidas de engenharia financeira que foram utilizadas pelos investigados com o objetivo de ocultar a real destinação dos valores indevidos pagos a agentes públicos e diretores da estatal.
22ª fase Triplo X	27/01/2016	Apurou-se a existência de estrutura criminosa destinada a proporcionar a investigados na operação policial a abertura de empresas off-shore e contas no exterior para ocultar e dissimular o produto dos crimes de corrupção, notadamente recursos oriundos de delitos praticados no âmbito da PETROBRAS. A investigação policial apurou a ocultação de patrimônio através de um empreendimento

Quadro 7 - Fases da Operação Lava Jato

(conclusão)

NOME	DATA	DESDOBRAMENTO
		imobiliário, havendo fundadas suspeitas de que uma das empreiteiras investigadas teria se utilizado do negócio para repasse disfarçado de propina a agentes envolvidos no esquema criminoso da mesma estatal.
23ª fase Acarajé	22/02/2016	O objetivo desta fase era o cumprimento de medidas cautelares relacionadas a três grupos: um grupo empresarial, um operador de propina no âmbito de outro grupo e, por fim, um grupo recebedor, cuja participação foi confirmada com o recebimento de valores já identificados no exterior. Se imputa aos profissionais da propaganda política o recebimento de vantagens econômicas ilegais no exterior, e aos demais investigados a responsabilidade pelos referidos pagamentos e a operacionalização dos mesmos mediante o já identificado esquema de distribuição de propinas derivadas do desvio de recursos públicos.
24ª fase Aletheia	04/03/2016	Destinada a esclarecer aparente recebimento de vantagens de empreiteiras implicadas diretamente nas investigações da Operação Lava Jato, bem assim eventual ocultação de patrimônio de diversas pessoas.
25ª fase Polimento	21/03/2016	Primeira fase internacional da Lava Jato, decorreu do cumprimento da prisão de um luso-brasileiro, que estava foragido desde julho de 2015 e é apontado como responsável pelo pagamento de propinas a ex-diretores da PETROBRAS.
26ª fase Xepa	22/03/2016	Os trabalhos são um desdobramento da 23ª fase. Verificou-se que um dos grupos empresariais envolvidos possuía um esquema de contabilidade paralela, destinado ao pagamento de vantagens indevidas a terceiros, vários deles com vínculos diretos ou indiretos com o poder público em todas as esferas.
27ª fase Carbono 14	01/04/2016	A Polícia Federal realizou diligências como parte desta fase, em referência a procedimentos utilizados pela ciência para a datação de itens e a investigação de fatos antigos.
28ª fase Vitória de Pirro	12/04/2016	A Polícia Federal realizou diligências como parte desta fase, em dois estados e no Distrito Federal.
29ª fase Repescagem	23/05/2016	Deflagrada para dar prosseguimento às investigações de crimes de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e corrupção passiva a ativa, envolvendo verbas desviadas do esquema criminoso revelado no âmbito da Petrobras.
30ª fase Vício	24/05/2016	Tratou de investigações inseridas no esquema de corrupção e lavagem de ativos, decorrentes de contratos firmados com a PETROBRAS.
31ª fase Abismo	04/07/2016	Teve por finalidade apurar fraude em processo licitatório e pagamentos de propinas a servidores da Petrobras.

Fonte: (Adaptado com base em dados do site da Polícia Federal).

Nesse cenário midiático, há veículos preocupados em, além de informar o leitor, manifestar opiniões acerca de fatos da Operação Lava Jato, como o *Observatório da Imprensa* (<http://observatoriodaimprensa.com.br/>). Trata-se de um veículo focado na crítica da mídia, surgido como site na web em 1998, e que ganhou uma versão televisiva, produzida pela TVE do Rio de Janeiro e TV Cultura de São Paulo, transmitida semanalmente pela Rede Pública de televisão.

É uma entidade civil, não governamental, não corporativa e não partidária, que tem por objetivo acompanhar o desempenho da mídia brasileira. Funciona como um fórum de opiniões, em que usuários da mídia não ligados ao meio jornalísticos manifestam-se e participam do processo. Dentro os motivos que justificam a existência de um *Observatório da Imprensa* está o fato de que a maioria dos meios de comunicação de massa são produzidos por empresas privadas, cujas decisões atendem aos propósitos de seus acionistas ou representantes. Sendo o jornalismo um serviço público, o *Observatório* propõe-se a funcionar como um mediador entre a mídia e os mediados, preenchendo, assim, o espaço social.

Assim, os textos selecionados para análise nesta dissertação são veiculados na página *Observatório da Imprensa*, que abordam a Operação Lava Jato e o tema “corrupção”, principal foco desta pesquisa, dentro do contexto político apresentado nesta seção. Desse modo, tendo sido realizada a análise do contexto cultural em que os textos que constituem o *corpus* se inserem, passa-se, agora, para a análise do contexto imediato de produção de cada um dos textos: o contexto de situação.

4.1.2 Contexto de Situação

Como já exposto anteriormente, mais especificamente na seção 2.1, a linguagem é sempre usada em contexto, de modo que é fundamental a compreensão do ambiente de significados em que os textos se inserem (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). O contexto de situação de um texto dá conta da situação imediata de sua produção, apresentando três variáveis que servem para interpretar seu contexto social e o ambiente de troca de significados: campo, relações e modo (HALLIDAY; HASAN, 1985).

Antes de expor a análise das variáveis situacionais, apresentam-se algumas informações sobre o *corpus*. Primeiramente, foi realizada uma contextualização temporal dos textos em relação às fases da Operação Lava Jato. Pela data de publicação do texto, foi verificada qual fase havia sido deflagrada na data aproximada, para situar o período de produção do texto com os acontecimentos da operação. Além disso, foi verificado se no texto havia alguma referência à fase em questão, ou se os assuntos abordados eram gerais da Lava Jato. Os dados identificados encontram-se no Quadro 8.

Quadro 8 - Relação temporal entre textos do *corpus* e fases da Lava Jato

(continua)

PERÍODO DE PRODUÇÃO E FASES DA LAVA JATO	
T#1	Período referente à 29ª fase, denominada Repescagem (não faz referência específica a ela)
T#2	Período referente à 11ª fase, denominada A Origem (não faz referência específica a ela)
T#3	Período referente à 6ª fase da Operação Lava Jato, denominada Bidone III (não faz referência específica a ela)
T#4	Período referente à 11ª fase da Operação Lava Jato, denominada A Origem (não faz referência específica a ela).
T#5	Período referente à 22ª fase, denominada Triplo X (não faz referência específica a ela).
T#6	Período referente à 24ª fase, denominada Aletheia (não faz referência específica a ela).
T#7	Período é referente à 21ª fase, denominada Abismo (não faz referência específica a ela).
T#8	Período referente à 28ª fase, denominada Vitória de Pirro (não faz referência específica a ela).
T#9	Período referente à 17ª fase, denominada Pixuleco (não faz referência específica a ela).
T#10	Período referente à 7ª fase, denominada Juízo Final (não faz referência específica a ela).
T#11	Período referente à 7ª fase, denominada Juízo Final (não faz referência específica).
T#12	Período referente à 7ª fase, denominada Juízo Final (faz referência direta à ela).
T#13	Publicação referente à 24ª fase, denominada Aletheia (faz referência direta a ela).
T#14	Período referente à 21ª fase, denominada Passe Livre (não faz referência específica a ela).
T#15	Período referente à 10ª fase, denominada Que país é esse? (não faz referência específica a ela).
T#16	Período referente à 16ª fase, denominada Radioatividade (não faz referência específica a ela).
T#17	Período referente à 17ª fase, denominada Pixuleco (não faz referência específica a ela).

Quadro 8 - Relação temporal entre textos do *corpus* e fases da Lava Jato

(conclusão)

PERÍODO DE PRODUÇÃO E FASES DA LAVA JATO	
T#18	Período referente à 23ª fase, denominada Acarajé (não faz referência específica a ela).
T#19	Período referente à 10ª fase, denominada Que País é esse? (não faz referência específica a ela).
T#20	Período referente à 10ª fase, denominada Que País é esse? (não faz referência específica a ela).

Fonte: (Elaborado pela autora).

Pelo exposto no Quadro 8, percebe-se que, embora os textos sejam equivalentes ao período de deflagração das fases 6ª, 7ª, 10ª, 11ª, 16ª, 17ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 28ª e 29ª, apenas dois fazem referência direta à fase equivalente (T#12 - 7ª fase, e T#13 – 24ª fase). Os outros textos tratam de acontecimentos anteriores ou mais gerais acerca da Operação Lava Jato. Feita essa contextualização temporal relacionada às fases da Operação Lava Jato, passa-se agora para a análise das variáveis situacionais: campo, relações e modo.

No que concerne à variável campo, aquela que dá conta do que está acontecendo no momento da interação, sabe-se, em função do tema de busca dos textos que constituem o *corpus*, que todos estão relacionados à Operação Lava Jato, que é uma operação que visa desmanchar esquemas de desvio e lavagem de dinheiro. Entretanto, inseridos nesse tema, cada texto aborda um aspecto específico relacionado a esse contexto maior, o que representa que cada texto possui um campo diferente. A análise dessa variável foi feita respondendo a duas perguntas: o quê?, para verificar o assunto abordado nos textos, e qual a relação com a Lava Jato?, para verificar como a operação era abordada nos textos, se possuía foco principal ou não. Os resultados são verificados no Quadro 9.

Percebe-se, pelo Quadro 9, que os textos expõem informações de cunho político ou relacionadas à imprensa, bem como um posicionamento do autor frente à temática abordada. Os textos têm como foco temas diferentes, mas configuram-se do mesmo modo: exposição de informações e manifestação de opinião. Isso vai ao encontro do propósito da página, visto que os autores abordam aspectos divulgados ou relacionados ao ambiente midiático, argumentando sobre.

Quadro 9 - Análise da variável campo

(continua)

CAMPO	
T#1	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de algumas informações e manifestações de opinião acerca da base política a ser montada por Temer para o recém governo assumido por ele, e posicionamentos acerca da Operação Lava Jato, que inicialmente tinha cunho “antipetista”, mas que agora pode prejudicar o governo Temer, pois as investigações tornaram-se sem siglas partidárias.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: Referência direta à Operação Lava Jato. Contra a corrupção, tinha motivação inicial antipetista, mas, a onda moralizadora transformou-se num marco divisor de águas na política nacional, investigando todos os partidos, o que pode prejudicar o governo Temer.</p>
T#2	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações em relação aos diversos episódios de corrupção decorrentes da Operação Lava Jato divulgados na mídia durante a semana de produção do texto. Os inúmeros casos de corrupção que vêm surgindo fornecem diversas pautas à imprensa, havendo temas suficientes para serem explorados pelos diversos veículos de comunicação, de modo que os meios dão prioridades para assuntos diferentes, mas sempre relacionados à casos de corrupção e Operação Lava Jato. O autor manifesta a opinião de que a importância da Lava Jato não pode ser reduzida na pauta dos meios de comunicação em virtude da sua enorme importância política e seu alcance.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: Faz referência direta à operação, apresentando vários casos decorrentes dela que são pautas para os veículos midiáticos. O autor defende a importância da operação e sua divulgação cotidiana.</p>
T#3	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações relacionadas à campanha eleitoral de 2014, em que grupos rivais no Pará, Barbalho e Maiorana, possuem opções diferentes na campanha, e passam a fazer acusações de casos de corrupção, lavagem de dinheiro e ligações a fatos e políticos corruptos. As acusações são feitas em seus veículos de comunicação: RBA, dos Barbalhos, e O Liberal, dos Maioranas. Os candidatos apoiados são Helder Barbalho e Simão Jatene. Algumas acusações são relacionadas à Operação Lava Jato, e ao escândalo da Petrobrás, de modo que algumas informações referentes a esses casos são apresentadas. O autor manifesta a opinião de que essa campanha deixou de ser convencional para se tornar uma guerra na qual os veículos de comunicação estão dispostos a tudo por seus candidatos.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: Referência direta à operação, argumentando que alguns fatos do escândalo da Petrobras e demais casos da Operação Lava Jato deram origem a acusações entre candidatos.</p>
T#4	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações acerca do depoimento da doleira Nelma Kodama. A doleira transformou o cenário de depoimento em um espetáculo circense, ao mostrar os bolsos traseiros de sua calça, onde havia escondido o dinheiro quando foi presa, e cantarolou um trecho da música “Amada amante”, de Roberto Carlos, para explicar sua relação com Youseff. Kodama expressou confiança ao fazer acordo de delação premiada, com esperança de ter benefícios por colaborar com a justiça. Nesse sentido, o autor manifesta opinião acerca desse fato: as estruturas da corrupção podem ser cortadas se outros envolvidos fizerem esses acordos.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: Referência direta à Lava Jato, indicando depoimento da envolvida Nelma Kodama e a possibilidade de acordos de deleção premiada que são oferecidos aos envolvidos. Esses acordos beneficiam os julgados e contribuem com as investigações.</p>

Quadro 9 - Análise da variável campo

(continuação)

CAMPO	
T#5	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações relacionadas à participação da mídia nos atuais escândalos de corrupção. O autor destaca estratégias políticas seletivas de fazer com que a corrupção seja vista como partidária, além da mídia promover estratégias de vazamento seletivos de informações sigilosas executadas pela Operação Lava Jato. O autor manifesta sua opinião, ao alertar que seria a hora de setores democráticos em posição institucional de decisão se darem conta de que o destino da democracia está sendo conduzido pelo conluio entre MP, PF, Judiciário e oligopólios da mídia.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: Referência direta à Operação, expressando a influência da ação da imprensa nesse contexto.</p>
T#6	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações acerca da evolução do papel da imprensa em contextos de crise política. No caso da crise política atual, com a Lava Jato, é necessário o uso de estratégias de informação para atingir os propósitos. O autor manifesta a opinião em relação a criação de uma consciência coletiva contrária à corrupção: só poderá ser desenvolvida com o uso de estratégias da informação.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: Referência direta à Operação e ao papel da imprensa nela.</p>
T#7	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações em relação ao aumento do uso de tornazeleiras eletrônicas. Com a Operação Lava Jato, evidenciou-se um grande número de casos de corrupção, o que preocupa e afeta toda a sociedade. A operação sacudiu a consciência dos cidadãos, e o autor manifesta a opinião de que o destino da Lava Jato e a moralização da coisa pública está mais nas mãos dos cidadãos do que de órgãos como Polícia Federal, Ministério Público ou Supremo Tribunal Federal.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: Referência direta à Operação, que deixou de ser apenas um inquérito, para se transformar numa bandeira política. Desencadeou a desmontagem de um sistema de desvio de dinheiro, e não pode ser interrompida.</p>
T#8	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações relacionadas à contaminação da política pelo vírus da corrupção, salientando que a Operação Lava Jato não é uma exceção, pois ela se evidencia como parte de um fenômeno que é mundial, visto que os crimes investigados estão presente na maioria dos países. Nesse sentido, a Lava Jato é uma operação que está diretamente relacionada ao fator político. O autor expõe sua opinião ao apresentar mudanças possíveis para que se implante uma cultura anticorrupção.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: Referência direta à Operação, visto que apresenta, ao longo de todo o texto, considerações a respeito dessa operação em investigações sobre a corrupção, considera um vírus que contamina as estruturas políticas.</p>
T#9	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações em relação à Dilma não mostrar respeito à delatores, em virtude de um deles ter revelado doações para campanha do PT. Além disso, apresenta-se que os jornais possuem forte engajamento político, e que há veículos comparando Moro a torturadores e inquisidores e a Justiça Federal com órgãos da ditadura que realizavam torturas. O autor defende que deve haver respeito com os delatores, inclusive por parte da Presidente, e com a Operação Lava Jato, desqualificada em tom de deboche pela imprensa.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: Referência direta à Operação, pois se refere, inicialmente, à um depoimento de um delator preso, que afirma ter realizado doações para campanha eleitoral do PT. Além disso, faz referência à importância da contribuição dos delatores com a justiça e o respeito que essa Operação.</p>

Quadro 9 - Análise da variável campo

(continuação)

CAMPO	
T#10	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações relacionadas às facetas do cenário do Brasil. Com a Lava Jato, surgiram possibilidades de punição de empresas e empresários por fraudes e corrupção, práticas, até então, naturais. São apresentadas notícias de três veículos de informação diferentes, para mostrar ao leitor que as esperanças que surgiram em decorrência da Lei Anticorrupção podem não ocorrer. Após a exposição das notícias, o autor salienta que vem surgindo maneiras de evitar a prisão por parte dos envolvidos nos crimes investigados. Por fim, o autor apresenta que pode-se afirmar que os envolvidos nesse tipo de crime não ameaçam a vida alheia, fazendo com que sua prisão não seja necessária. O autor encerra com um questionamento quanto ao fato de “não ameaçar a vida alheia”.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: Referência direta à Operação, visto que trata do cenário acarretado por ela, na possibilidade de punir fraudulentos e corruptos, e na esperança dos envolvidos escaparem das punições.</p>
T#11	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações acerca da quantidade de informação divulgadas da mídia sobre a Operação Lava Jato. Essas inúmeras divulgações acarretam em um excesso de informação, o que causa dificuldade de compreensão por quem acompanha os noticiários. Assim, o autor manifesta a opinião de que a imprensa se esforça para fazer parecer simples questões complexas, e que sua tática de apresentar diversas informações desconexas apenas produzem desinformação, faltando um fio condutor para orientar a compreensão dos cidadãos.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: Referência direta à Operação, pois trata da forma como a mídia a aborda, de maneira desconexa e com excesso de informações, sem apresentar subsídios para que os acompanhantes da mídia compreendam seu andamento.</p>
T#12	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações em relação ao posicionamento de dois jornais frente ao ocorrido na sétima fase da Operação Lava Jato, que prendeu empresários e executivos da construção civil, algo inédito até então. O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo tomam posições diferentes, e apresentam escolhas diferentes para a abordagem do assunto em seus veículos, conforme é exemplificado ao longo do texto. O autor defende que Folha e Estadão indicam caminhos distintos que devem ser percorridos pela mídia brasileira na cobertura desses casos.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: Referência direta, trata do fato de apresentar como os dois maiores jornais impressos do país retratam a sétima fase dessa operação.</p>
T#13	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações em relação a imprensa, como uma empresa que tem interesses políticos e econômicos, agindo para interferir na partilha do Estado. Na imprensa ocorrem atos falhos e vazamentos, que na verdade são seletivos, com o intuito de atingir seus propósitos políticos. Muitas vezes, funciona como assessora da oposição, antecipando e agendando fatos. Além disso, apresenta informações sobre a 24ª fase da Lava Jato, denominada Aletheia, a qual realizou a condução coercitiva de Lula, e salienta que o ex-presidente petista é o objeto fóbico da mídia. O autor encerra tratando do desejo que há de eliminar esse objeto fóbico, questionando o que significa eliminar o mal pela raiz.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: Referência direta à Operação, principalmente no que se refere à 24ª fase, ao retratar o papel da mídia ao antecipar, de modo seletivo, algumas informações, em prol de seus interesses políticos e econômicos.</p>

Quadro 9 - Análise da variável campo

(continuação)

CAMPO	
T#14	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações em relação a concentração de poder no país. De acordo com o texto, ele está nas mãos de três instituições: Ministério Público, Polícia Federal e a grande imprensa nacional, havendo uma integração harmoniosa entre elas, e não há evidências de quem dá as ordens. A imprensa, formada pelos três principais jornais do país, a TV Globo e a Revista Veja, ao formarem a troika junto ao Ministério Público e a Polícia Federal, teve sua consolidação ao desenvolver uma cobertura midiática sobre as investigações voltada para a formação da opinião pública. O autor defende que a troika é um fato novo que está alterando os procedimentos tradicionais de fazer política no país, ao mesmo tempo que instaura o modelo de ação cujas bases se caracterizam pela instabilidade.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: O foco é concentrado nos três poderes, a referência está no fato da imprensa causar um impacto público para dar respaldo popular a esse processo. Além disso, cita que o Congresso Nacional não é um tomador de decisões em processos como Mensalão e Lava Jato, devido ao grande número de parlamentares sob suspeita de corrupção</p>
T#15	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações em relação ao enfoque dado pela mídia influente do país ao noticiar o pacote anticorrupção do Ministério Público Federal. O que deveria ter sido uma manchete escandalizada sobre uma aberração jurídica, foi substituído pela ênfase ao endurecimento das penas, classificação de crime hediondo para a corrupção que envolvesse altos valores e possibilidade de extinção de partidos políticos envolvidos em roubalheiras, esquecendo que também houve a proposta de validar provas ilícitas. O posicionamento expresso pelo autor ao longo do texto é de que foi grave demais esse escândalo do pacote do Ministério Público Federal ter passado despercebido pela imprensa, levantando questionamentos se poderia ter sido incompetência, desatenção, incúria ou conivência.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: O foco é na Imprensa, e não na Operação Lava Jato. Apenas cita-se que a elaboração da proposta foi composta por um núcleo de procuradores que comanda a Operação Lava Jato.</p>
T#16	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações acerca da imprensa brasileira, que tem se tornado um desastre ético moral. Nesse cenário, foco da mídia está em atacar o PT. A imprensa passa a especializar-se na produção de fraudes jornalísticas, deixando a imparcialidade de lado e passando a ser transparente. O autor defende que a prática jornalística como trabalho de investigação criteriosa e checagem de fontes foi ignorada, o que prevalece é uma produção de verdades criminosas e calculadas, consistindo em uma “canalhice editorial”.</p> <p>* <u>Lava Jato</u>: O foco é na imprensa, a Lava Jato aparece quando se refere ao fato de a mídia tentar relacionar de todo modo a operação a Lula, quando apresenta o espaço que o Jornal Nacional tem dado para a operação, e quando afirma que a operação pode até comprovar as sentenças já apresentadas pela mídia, mas, mesmo assim, Lula é um fenômeno por sobreviver aos ataques da imprensa.</p>
T#17	<p>* <u>O quê</u>: Exposição de informações acerca das estratégias da bancada do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para encobrir seus podres, com o intuito de acobertar a corrupção, não de esclarecê-la. Há indignados com a corrupção que são aliados dos que trabalham no Congresso Nacional, inclusive de Cunha, para blindar certas “figuras de rabo preso”. Eduardo Cunha quer pôr o país abaixo, para escapar da justiça, entretanto, o autor</p>

Quadro 9 - Análise da variável campo

(conclusão)

CAMPO	
	defende que ele está em desidratação, por isso, ele usará seu pouco poder para intensificar métodos de chantagem e achaque. * <u>Lava Jato</u> : O foco é em Eduardo Cunha, a Lava Jato só é citada sobre a advogada que conduziu a delação premiada de acusados nessa Operação.
T#18	* <u>O quê</u> : Exposição de informações acerca do papel da imprensa de investigar as causas da corrupção institucionalizada. Segundo o texto, há elementos para que o DNA seja investigado. O autor defende que é necessário que a
T#19	* <u>O quê</u> : Exposição de informações sobre a substituição do caráter de informar da mídia pela defesa dos seus próprios interesses e das elites, sendo umas das principais ameaças à democracia. A mídia tornou-se a oposição político-midiática e apresenta candidatos para disputar contra o PT. O autor defende que a mídia é o golpe, e para lutar contra ela, é necessário regularizá-la, visto que são concessões públicas, que não devem ser usadas em favor de uns e em detrimento de outros, sendo esse um dos desafios do governo Dilma. A mídia aposta no sangramento do governo Dilma, mas, depois de tanto dar voz aos golpistas, virou golpista e também está sangrando. * <u>Lava Jato</u> : O foco é na mídia sendo apresentada como golpe, Lava Jato aparece para ilustrar a forma que a imprensa divulga fatos dessa operação.
T#20	* <u>O quê</u> : Exposição de informações acerca do modo como a mídia veicula informações sobre a Lava Jato, transformando-a em um problema de ordem moral. Os escândalos de propinas deixam claro que a linha editorial da grande mídia é norteadada pelo moralismo. Os grupos empresariais com contratos de concessões públicas de imprensa atuam em exercício de sobrevivência, pois têm por interesse em manter a tradição patrimonialista entre o público e o privado no Brasil. A tentativa é de incutir na sociedade a noção de que a corrupção é de ordem moral e tem como solução a condenação de corruptos. O autor expressa a opinião de que para politizar o combate às raízes da corrupção é necessário cortar os canais de influência do poder econômico na política institucional e partidária e democratizar os meios de comunicação. * <u>Lava Jato</u> : O foco é no moralismo emitido pela imprensa, a Lava Jato aparece para ilustrar o modo como a mídia hegemônica veicula informações acerca dessa operação.

Fonte: (Elaborado pela autora).

Toma-se como exemplo o T#2 para ilustração da variável campo. Nesse texto, a variável campo refere-se à exposição de informações e manifestações de opinião do autor sobre os diversos casos de corrupção oriundos da Operação Lava Jato que dão diversas pautas à imprensa, além de evidenciar a importância política da Operação. Isso pode ser evidenciado no exemplo 42.

42	Esses e outros temas de grande interesse foram amplamente cobertos, mas a Lava Jato e seus desdobramentos foram mesmo os assuntos mais explorados durante a semana.	T#2
----	---	-----

	Pautas enviesadas? Essa hipótese talvez fosse razoável em outras circunstâncias. Não se pode, neste caso, falar de viés. Os jornais mal conseguem cobrir os novos capítulos da investigação e os desdobramentos diários do escândalo.	
--	--	--

Percebe-se, no exemplo 42, que na introdução o autor contextualiza que os assuntos citados anteriormente e outros temas foram amplamente divulgados na mídia, e introduz o tema a ser abordado: a Operação Lava Jato teve destaque nas abordagens midiáticas. Além disso, com o uso dos itens léxico-gramaticais “mal conseguem cobrir”, o autor ressalta a abrangência do escândalo.

A exposição de informações sobre a abrangência da Lava Jato e sua abordagem na mídia, bem como a opinião do autor sobre isso são recorrentes ao longo de todo o texto, como ilustram os exemplos 43 e 44.

43	Há novidades suficiente para alimentar todas as pautas e o governo contribui para isso.	T#6
----	---	-----

44	Não há como reduzir a importância da Lava Jato nos meios de comunicação.	T#6
----	---	-----

No exemplo 43, com o item apreciativo “suficiente”, o autor avalia o participante “novidades”, ressaltando que as informações geradas a partir da operação Lava Jato bastam para alimentar todas as pautas da imprensa.

O exemplo 44 é utilizado para indicar o posicionamento do autor frente à temática exposta por ele. Aqui, ao utilizar o epíteto “importância”, o autor faz uso do recurso de apreciação por valoração do sistema de avaliatividade, indicando a sua opinião em relação a abrangência da Lava Jato, salientando que ela é importante nos meios de comunicação.

Assim, percebe-se uma estrutura de apresentação dos textos: contextualização da temática, apresentação de informações e emissão de posicionamentos.

Outro fator analisado na variável campo foi a presença do tema Operação Lava Jato nos textos, tendo em vista que esse foi o tema de busca na página *Observatório da Imprensa*. Verifica-se que, dos vinte textos analisados, ela configura-se como protagonista em 13 deles: T#1, T#2, T#3, T#4, T#5, T#6, T#7, T#8, T#9, T#10, T#11, T#12 e T#13. Nos outros textos, ela ocupa papel

secundário: T#14, o foco é nos três poderes, T#15, T#17 o foco é em Eduardo Cunha, T#16, T#18, T#19 e T#20 o foco é na imprensa.

Percebe-se que os sete últimos textos não possuem a Operação Lava Jato como foco principal. Assim, considerando que os textos do *corpus* foram selecionados pelo critério de relevância definido pelo *Observatório da Imprensa* para exibição dos textos na página, e mantido na ordem apresentada, levanta-se a hipótese que essa informação esteja relacionada a esse critério. A busca foi realizada pelo termo Lava Jato e, considerando que os últimos textos não possuem esse tema como foco principal, imagina-se que essa seja uma das razões para que sejam classificados como menos relevantes que os treze primeiros do *corpus*, por exemplo.

Tendo sido verificado sobre o que os textos tratam, vale compreender a relação da variável campo desses textos com o propósito do ambiente em que está veiculado. Sabe-se que a página *Observatório da Imprensa* tem por objetivo publicar artigos que tenham como temática assuntos já apresentados em outras plataformas midiáticas, pois funciona como um fórum de opiniões em que autores se manifestam sobre assuntos em voga na mídia. Nesse sentido, apresenta-se, no Quadro 10, os dados referentes aos veículos de comunicação citados ao longo dos textos.

Quadro 10 - Veículos da imprensa citados no *corpus* e função no texto

(continua)

IMPRENSA		
Nº	Veículos	Função
T#1	Folha de São Paulo	Ilustra as reações do que pode ocorrer no futuro político.
T#2	Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Globo, Estadão, Valor.	Exemplificam a diversidade de assuntos relacionados à corrupção e à Lava Jato divulgados durante a semana:
T#3	Com destaque para o RBA (Barbalhos) e O Liberal (Maioranas), Época, Veja, Folha de São Paulo	RBA e Liberal: trocam acusações em ataques ao candidato da oposição. Outros: justificam as informações utilizadas nas acusações.
T#4	Os jornais (em geral), Estado de São Paulo, O Globo, a Folha e o Estado.	Divulgaram o desempenho circense de Nelma Kodama em seu depoimento.
T#5	Veja, Folha de São Paulo, O Globo e Estado de São Paulo.	Veja: - em relação à divulgação de uma carta aberta dos advogados. Outros: evidenciam estratégias de sobrevivência empresarial e interesses na

Quadro 10 - Veículos da imprensa citados no *corpus* e função no texto

(continuação)

IMPrensa		
		entrega do comando do país a forças de interesses aliados.
T#6	Três jornais, três revistas e Rede Globo.	Classificados como a grande imprensa.
T#7	Não cita um veículo de comunicação específico, mas faz referência à telejornais e jornais que mostram as operações, transmitindo ao público uma sensação de.	Salienta que a imprensa não precisa se preocupar com a falta de manchetes, basta colocar um plantonista na porta das polícias federais estaduais, pois cotidianamente surgem novas operações
T#9	Folha de São Paulo, Blog do Mário Magalhães, Página 12, New York Times, The Washington Post, The Guardian, Der Spiegel, imprensa brasileira em geral, Última Hora, Valor Econômico, Engineering News-Record, Deutsche Welle Brasil, Neue Rheinische Zeitung.	Fontes que ilustram os casos apresentados ao longo do texto: reunião de Dilma com ministros, Encontro de Dilma com Kissinger, casos exemplificados de delatores e traidores, etc.
T#10	Folha de São Paulo, Financial Times, Folha, Valor, Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil, Época, Financial Times, Estadão, site do UOL.	Apresentam dados que mostram ao leitor que as esperanças que surgiram com a lei anticorrupção podem não ocorrer.
T#11	O Globo, Estado de São Paulo e Folha de São Paulo.	Exemplos de veículos que divulgam informações em excesso, confundindo os leitores.
T#12	Estado de São Paulo e Folha de São Paulo.	Veículos que possuem posições e abordagens diferentes em relação ao ocorrido na 7ª fase da Operação Lava Jato
T#13	Globo News, IstoÉ, The Wall Street Journal, The Guardian, El País, Le Figaro, Clarín, Folha, Rede Globo, O Globo, Veja.com.	Aparecem no sentido de ilustrar fatos que anteciparam acontecimentos políticos e as repercussões que isso trouxe.
T#14	Três principais jornais do país, TV Globo, Veja.	Veículos que fazem parte da imprensa, formando a terceira parte da troika do poder.
T#15	O Globo, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, site Consultor Jurídico, GloboNews.	Apresentação do enfoque dado pelos veículos ao noticiar o pacote anticorrupção do Ministério Público Federal.
T#16	O Globo, Época, Veja, Estadão, Folha de São Paulo, Jornal Nacional, Globo.	Veículos exemplificados como produtores de fraudes jornalísticas.
T#17	Jornal Nacional, Rede Globo.	Apresenta uma entrevista da advogada de um delator que passou a sofrer ameaças veladas.
T#18	Não cita um veículo específico.	O texto é voltado diretamente para a imprensa no geral, que deve ir atrás das causas da corrupção.

Quadro 10 - Veículos da imprensa citados no *corpus* e função no texto

(conclusão)

IMPRENSA		
T#19	The New York Times, Le Monde, Clarín, Folha de São Paulo, UOL, O Globo, Veja, TV Foco, Editora Abril.	Veículos citados para ilustrar a forma como apresentam informações políticas.
T#20	Rede Globo.	Citada como exemplo de moralismo despolitizado e defesa de interesses privados na imprensa.

Fonte: (Elaborado pela autora).

Percebe-se, como exposto no Quadro 10, que, os textos, com exceção de dois (T#7 e T#18) fazem referência a veículos específicos de comunicação para a construção dos textos. Exemplos dessas referências de vozes externas podem ser verificados nos excertos (45) e (46) seguir:

45	Na Folha de S. Paulo de segunda-feira (10/11), primeiro caderno e não página de polícia, sucedem-se manifestações nesse sentido.	T#10
----	---	------

46	O Estado de S. Paulo , mais contido, evita assumir que o recibo se referia ao pagamento de propina, dizendo que um dos executivos presos declarou ter entregue dinheiro a um intermediário, mesmo depois de iniciado o inquérito do caso, e mostrou um comprovante de pagamento.	T#11
----	---	------

Os dois textos que não apresentam uma fonte midiática específica, fazem referência à imprensa no geral ao longo do texto, sendo ela o tema principal. Essa referência é ilustrada nos exemplos 47 e 48:

47	A imprensa não precisa mais se preocupar com falta de manchetes de primeira página	T#7
----	---	-----

48	Se a função da imprensa é investigar, verificar, organizar e contextualizar dados, fatos e eventos para que o leitor possa entendê-los, estamos então diante de um desafio inédito na história dos jornais, revistas e telejornais brasileiros .	T#18
----	--	------

A partir do exposto, percebe-se que os textos possuem ligação direta com a mídia, pois, ou citam fontes externas como parte de sua argumentação, ou

organizam o texto em torno de fatos da imprensa. Nesse sentido, percebe-se que os textos constituintes do *corpus* estão de acordo com o propósito da página que estão veiculados: argumentar sobre fatos da mídia.

No que se refere à variável relações, que dá conta dos participantes envolvidos na interação, a análise ocorreu em três sentidos: identificação dos participantes da interação (interacional), identificação dos participantes internos do texto (interativos) que realizavam alguma ação apresentada pelo escritor, ou seja, identificação dos participantes da interação do evento de fala e os participantes da transitividade da oração (THOMPSON; THETELA, 1995), e, por fim, foi realizada identificação das marcas de interlocução nos textos. A análise da presença dos participantes nos dois tipos investigados encontra-se sumarizada no Quadro 11.

Quadro 11 - Análise da variável relações

(continua)

RELAÇÕES	
T#1	<u>Participantes da interação</u> : Escritor (Carlos Castilho) e leitor. <u>Participantes internos</u> : Michel Temer, Dilma Rouseff, Lula, Marco Feliciano, Folha de São Paulo, MP, PF.
T#2	<u>Participantes da interação</u> : Escritor (Rolf Kuntz) e leitor. <u>Participantes internos</u> : Michel Temer, João Vaccari Neto, Dilma Rouseff, escritores Sérgio Lazzarini e Aldo Musacchio.
T#3	<u>Participantes da interação</u> : Escritor (Lúcio Flávio Pinto) e leitor. <u>Participantes internos</u> : Jader Barbalho, Paulo Roberto Costa, Jorge Luz, Lula, Álvaro Jucá, Romero Jucá, Renan Calheiros, Cândido Vazzareza, Edison Lobão, Eduardo Campos, Simão Jatene, Carlos Santos, Abreu e Lima, Paulo Francis, Alberto Youseff, Carlos Alberto Pereira da Costa, José Janene, Humberto Pires, Pereira Costa, Almir Gabriel, Helder Barbalho.
T#4	<u>Participantes da interação</u> : Escritor (Luciano Martins Costa) e leitor. <u>Participantes internos</u> : Nelma Kodama, Alberto Youseff. Hugo Motta, Sergio Moro, Walter Maierovitch.
T#5	<u>Participantes da interação</u> : Escritor (Venício A. de Lima) e leitor. <u>Participantes internos</u> : Miguel de Unamuno, Sérgio Fernando Moro.
T#6	<u>Participantes da interação</u> : Escritor (Carlos Castilho) e leitor. <u>Participantes internos</u> : Getúlio, Jânio, Collor, japonês da Federal, Dilma Rouseff.
T#7	<u>Participantes da interação</u> : Escritor (Carlos Castilho) e leitor. <u>Participantes internos</u> : Dilma Rouseff.
T#8	<u>Participantes da interação</u> : Escritor (Carlos Castilho) e leitor. <u>Participantes internos</u> : Collor de Mello.
T#9	<u>Participantes da interação</u> : Escritor (Luiz Cláudio Cunha) e leitor. <u>Participantes internos</u> : Dilma Rouseff, Ricardo Pessoa, José Eduardo Cardoso, Edinho Silva, Aloísio Mercadante, Giles Azevedo, Natuza Nery, Marina Dias, Teori Zavascki, Barack Obama, Henry Kissinger, Nixon, Ford, Emílio Garrastazú Médici, Fernando Henrique Cardoso, Mário Magalhães,

Quadro 11 - Análise da variável relações

(continuação)

RELAÇÕES	
	Carlos Marighella, Jair Krischke, João Vicente Goulart, Gleisi Hoffmam, Ideli Salvatti, Maria do Rosário, Fernando Pimentel, Joaquim Silvério dos Reis, Joaquim da Silva Xavier – Tiradentes, Visconde de Barbacena, Ricardo Pessoa, Alberto Youseff, Paulo Roberto Costa, Francisco Hayashi, Collor, Lula, Fernando Pimentel, Judas Iscariotes, Cristo, Vidkun Quisling, Hitler, Efiates de Trachis, Xerxes I, Leônidas, Benedict Arnold, George Canning Hill, Benjamin Franklin, José Anselmo dos Santos, João Goulart, Soledad Barret Viedma, Silvério, Tommaso Buscetta, Giovanni Falcone, Sérgio Moro, Daniel Ellsberg, Richard Nixon, William Mark Felt, Bob Woodward, Carl Bernstein, Edward Snowden, Sarah Harrison, WikiLeaks, Hervé Daniel Marcel Falciani,
	Paulo Roberto Costa, Renato Duque, Nestor Cerveró, Eduardo Cunha, Renan Calheiros, Pedro Barusco, Vargas, Jango, Samuel Wainer, Mônica Bergamo, Mário Engler, Paulo Roberto Galvão de Carvalho, Marcelo Odebrecht, Sérgio Fleury, Tomás de Torquemada, Carlos Mrighella, José Dirceu, Hélio Bicudo, Juca Kfoury, Carlos Alberto Brilhante Ustra, Adyr Fiúza de Castro, Freddie Perdigão Pereira, Vladimir Herzog, Ednardo D'Ávila Mello, Manoel Fiel Filho, Karl Marx.
T#10	<u>Participantes da interação:</u> Escritor (Mauro Malin) e leitor. <u>Participantes internos:</u> Shakespeare, Charles Morazé, Fernando Haddad, Paulo Maluf, Alckimin, Augusto Nardes, Fernando Henrique Cardoso, Ricardo Melo, Nestor Cerveró, Roberto Romano, Roberto Müller, Sérgio Machado, Renan, André Vargas, Alberto Yousseff, Dilma Rouseff, Lula, José Mentor, Nelson Pelegrino, João Paulo Lima, José Guimarães, Décio Lima, Francisco Chagas, Geraldo Simões, Emiliano José, Joaquim Barbosa, José Roberto de Toledo, Leonardo Quintão, Marcos Montes, Rodrigo de Castro, Gabriel Guimarães, Virgílio Guimarães, Marcos Valério Fernandes de Souza, Eduardo Azeredo, José Jorge, Luís Inácio Adams, Mônica Bergamo.
T#11	<u>Participantes da interação:</u> Escritor (Luciano Martins Costa) e leitor. <u>Participantes internos:</u> não há.
T#12	<u>Participantes da interação:</u> Escritor (Samuel Lima) e leitor. <u>Participantes internos:</u> Sergio Moro, Mauro Cesar Carvalho, Rubens Valente, Márcio Faria, Rogério Araújo, Gerson Almada, Sérgio Mendes, Erton Fonseca, Ildelfonso Colares Filho, João Auler, Eduardo Leite, Renato Duque, Dilma Rouseff, Ricardo Brandt, Fausto Macedo, Paulo Roberto Costa, Alberto Youseff, Lula, Aécio Neves, Fernão Lara Mesquita.
T#13	<u>Participantes da interação:</u> Escritor (José Isaías Venera) e leitor. <u>Participantes internos:</u> Nelson Traquina, Renata Lo Prete, Dilma Rouseff, Gerson Camerotti, Luiz Inácio Lula da Silva, Vladimir Safatle, Delcídio Amaral, Eugênio Bucci, Marco Aurélio Mello, Franz Kafka, João Paulo II, Marco Aurélio Mello, Sérgio Moro, Eduardo Cunha, Cristo, Aécio, Fernando Henrique Cardoso, Lacan, Marx, Freud, Ricardo Noblat, Walter Benjamin, Giorgio Agamben, Suzanne Hommel, Lacan, Conrado Ramos, Jandira Feghali, Hans, Reinaldo Azevedo.

Quadro 11 - Análise da variável relações

(conclusão)

RELAÇÕES	
T#14	<u>Participantes da interação</u> : Escritor (Carlos Castilho) e leitor. <u>Participantes internos</u> : Sérgio Moro, José Eduardo Cardozo, Newton Ishii, Dilma Rousseff, Eduardo Cunha
T#15	<u>Participantes da interação</u> : Escritora (Sylvia Debossan Moretzsohn) e leitor. <u>Participantes internos</u> : Deltan Dallagnol, Nicolao Dino Neto, Lenio Streck, Rubens Casara, Joaquim Barbosa, Sérgio Moro, Rodrigo Janot, Míriam Leitão.
T#16	<u>Participantes da interação</u> : Escritores (Jaime Alves e Raquel Souza) e leitor. <u>Participantes internos</u> : Lula da Silva, Dilma Rousseff, Ulisses Campbell, José Serra, Marcelo Odebrecht, William Bonner, Fernando Henrique Cardoso, Umberto Eco, Diogo Mainardi, Cristina Lobo, Merval Pereira, Aécio Neves.
T#17	<u>Participantes da interação</u> : Escritor (Rennan Martins) e leitor.
T#20	<u>Participantes da interação</u> : Escritor (Gustavo Henrique Freire Barbosa) e leitor. <u>Participantes internos</u> : Janot, Saad, Marinho, Rui Barbosa.

Fonte: (Elaborado pela autora).

Assim, quanto aos participantes da interação, verificou-se a presença de dois elementos: escritor e leitor. Nesse sentido, compreende-se que não há relação de proximidade entre os participantes envolvidos na interação, o que indica uma distância máxima entre eles, tendo em comum apenas o meio de divulgação, em que um publica e o outro tem acesso para leitura. Já quanto aos participantes internos, verificou-se uma heterogeneidade de participantes, que desempenham diferentes funções sociais. Isso decorre do fato de que cada texto possui um campo diferente, assim, os participantes internos envolvidos nos temas abordados diferem.

A terceira etapa dessa análise consistiu em identificar as marcas de interlocução nos textos, afim de identificar se os textos apresentavam indícios de envolvimento com o leitor ou não. A análise constatou que apenas três dos textos não apresentavam marcas interativas: T#2, T#3 e T#19. As marcas explícitas identificadas eram de primeira pessoa do plural e marcas de interação direta com o leitor, através de vocativos e desafio para que se recordem de fatos já ocorridos. Exemplos de marcas de interação nos textos encontram-se nos excertos 49 e 50:

49	Mas o problema mais grave é o crescimento da consciência de que, nós os cidadãos, estamos virando náufragos num mar de corrupção cujos limites desconhecemos e, de alguma forma, temos até medo de conhecer .	T#7
50	Eis um exercício interessante para os observadores críticos da imprensa brasileira: diga , de memória, os nomes de cinco acusados no escândalo da Petrobras e explique as suspeitas que pesam sobre cada um deles.	T#11

Percebe-se, no exemplo 49, que o autor faz uso de primeira pessoa do plural, ao manifestar sentimentos acerca do aumento de corrupção, incluindo, assim, o público leitor em seu texto. No exemplo 50, o autor realiza uma interação direta com o leitor, ao propor um desafio para que se recorde de casos da Operação Lava Jato. Essa interlocução inicial serve para introdução do tema a ser desenvolvido.

Quanto à variável modo, que dá conta da organização simbólica do texto, foi realizada uma análise acerca do modo de produção e veiculação dos textos.

Identificou-se que todos os textos foram divulgados em canal midiático (<http://observatoriodaimprensa.com.br/>) em versão *online* e o meio escrito, estando acessível a quem desejar ler os textos, com exceção do T#4, que passou por uma mudança de modo: primeiro fônico, depois escrito. Essa mudança de modo consiste no fato de que o texto era originalmente um comentário para o programa radiofônico do Observatório, sendo disponibilizado o link para escutá-lo na íntegra, mas passou por uma transformação de modo através de sua transcrição. Assim, a versão analisada aqui foi a versão escrita. Considera-se que o fato de todos os textos possuírem o mesmo modo de produção justifica-se por terem sido coletados no mesmo ambiente.

Apresentadas as variáveis situacionais que perpassam os textos, as seções seguintes destinam-se a apresentar a análise do sistema de transitividade, sistema de avaliatividade e atores sociais, a fim de identificar a representação de corrupção no contexto da Operação Lava Jato.

4.2. ANÁLISE DE REPRESENTAÇÃO DA CORRUPÇÃO

A realização da análise linguística para busca da representação do termo corrupção nos textos constituintes do *corpus* se deu em três passos: análise do sistema de transitividade, análise do sistema de avaliatividade e análise da representação dos atores sociais. Primeiramente, foi realizada a separação das orações com o termo corrupção que atendiam aos critérios delimitados, conforme exposto na seção de metodologia. Posteriormente, foi realizada a análise das três categorias nas orações, evidenciando identificar a função exercida por “corrupção”. Por fim, foi realizada uma categorização geral dos resultados obtidos, a fim de compreender como “corrupção” é representada no *corpus* de análise. As próximas seções destinam-se a apresentar os resultados obtidos.

4.2.1 Análise do sistema de transitividade

Com a análise de identificação da representação da “corrupção” pelas categorias do sistema de transitividade, que dá conta das representações de experiências no mundo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), verificou-se que esse termo é apresentado de duas maneiras: como núcleo e como periférico. Enquanto participante núcleo, o termo apresenta função própria, já enquanto participante periférico, “corrupção” aparece sempre em relação hipotática com algum outro termo. Exemplos de orações com o termo corrupção nos dois casos em que aparece são apresentados em 51 e 52⁴⁷.

51	Não para esclarecer a “corrupção”, mas para acobertá-la.	O#82
----	---	------

Em 51, “corrupção” configura-se como participante núcleo, pois não está ligada a outro termo, desempenhando, nessa oração, o papel de Fenômeno do processo mental “esclarecer”.

52	A imprensa também contribui para a “perpetuação da corrupção” como método de negociação política.	O#14
----	--	------

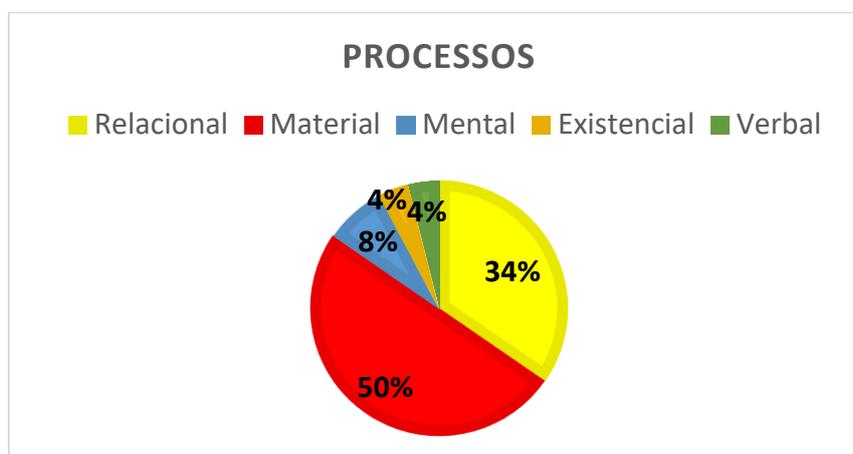
⁴⁷ Em todos os exemplos utilizados para ilustrar a análise do sistema de transitividade, o termo “corrupção”, ou expressão referente a ele, aparece destacado entre aspas e os processos relacionados a ele destacados em negrito.

Em 52, o termo foco de análise está integrado ao termo “perpetuação”, ou seja, ele não possui a função de participante núcleo, pois é termo periférico. O papel desempenhado por ele nessa oração é considerado parte do beneficiário do processo “contribui”, pois ele só se constitui como participante junto com o termo que acompanha.

Corrupção como participante núcleo, ou seja, participante principal, aparece em 26 orações (23,8%) e enquanto núcleo em 3 circunstâncias (2,7%), como participante periférico, ou seja, ligado a outro termo, aparece em 56 orações (51,3%) e como periférico em 24 circunstâncias (22,01%). A predominância de “corrupção” como termo hipotático indica que ela não tem função de destaque, uma vez que está ligada a outro termo que possui o papel principal na oração.

A análise dos processos das orações com o termo corrupção como participante núcleo e como participante periférico evidenciou os resultados ilustrados nas Figuras 11 e 12.

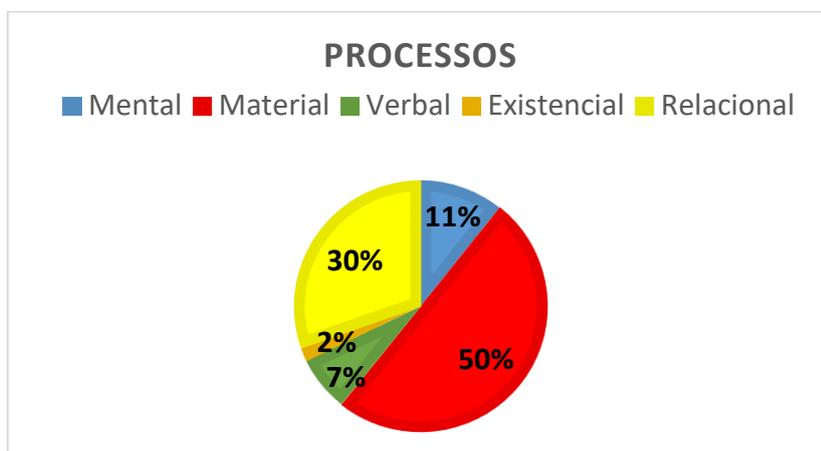
Figura 11 - Processos predominantes nas orações com “corrupção” como núcleo



Fonte: (Elaborado pela autora).

A frequência dos processos referentes à “corrupção” enquanto participante núcleo, nas 26 orações em que aparece, evidenciou, como exposto na Figura 11, que os materiais (59%) e os relacionais (34%) ganham destaque. Essa evidência indica que “corrupção” é representada predominantemente em orações que indicam identificação e caracterização e em orações que retratam ações e eventos, ou seja, é representada por meio de características ou por ações.

Figura 12 - Processos predominantes nas orações com “corrupção” como periférico



Fonte: (Elaborado pela autora).

Já no que concerne às orações com “corrupção” enquanto participante periférico, como expõe a Figura 12, nas 56 orações que aparece a predominância dos processos repete a das orações com “corrupção” como núcleo: materiais (50%) e relacionais (30%). Ou seja, são representados predominantemente do mesmo modo: por meio de características ou por ações, sofridas ou realizadas.

Quanto aos participantes identificados, os participantes desempenhados pelo termo “corrupção” como núcleo encontram-se elencados no Quadro 12.

Quadro 12 - Participantes desempenhados por “corrupção” como núcleo

PARTICIPANTE	ORAÇÕES	OCORRÊNCIAS
Portador	O#3, O#6, O#7, O#18, O#22, O#63, O#64, O#108	8
Ator	O#11, O#12, O#91	3
Meta	O#9, O#35, O#36, O#42, O#43, O#50 O#107	7
Beneficiário	O#49, O#74, O#84	3
Fenômeno	O#80, O#82	2
Existente	O#89	1
Identificado	O#97	1
Verbiagem	O#98	1
		Total = 23

Fonte: (Elaborado pela autora).

Já em relação ao termo “corrupção” como elemento periférico, os participantes identificados e sua predominância encontram-se expostos no Quadro 13.

Quadro 13 - Participantes desempenhados por “corrupção” como periférico

PARTE DE PARTICIPANTE	ORAÇÕES	OCORRÊNCIAS
Parte do Fenômeno	O#1, O#28, O#99, O#100, O#101	5
Parte da Meta	O#9, O#15, O#19, O#23, O#25, O#35, O#44, O#45, O#47, O#50, O#52, O#66, O#69, O#71, O#76, O#92, O#95, O#109	15
Parte do Escopo-processo	O#10	1
Parte da Verbiagem	O#13, O#62, O#72, O#102	4
Parte do Beneficiário	O#14, O#33, O#41	3
Parte do Existente	O#17	1
Parte do Experienciador	O#20	1
Parte do Ator	O#29, O#46, O#54, O#60, O#65, O#67, O#88, O#90, O#93	9
Parte do Atributo	O#31, O#37, O#55, O#61, O#68, O#79, O#81, O#106	8
Parte do Portador	O#32, O#34, O#39, O#53, O#56, O#78, O#83	7
Parte do Identificador	O#59	1
Parte do Identificado	O#105	1
		Total = 56

Fonte: (Elaborado pela autora).

Verifica-se que o participante predominantemente recorrente para “corrupção” como periférico é Meta (26,7%), referente ao processo material, identificado como processo predominante nessas orações (Figura 12).

Além de participante, “corrupção” também desempenha papel em circunstâncias. Enquanto elemento núcleo, corrupção está presente em três orações, conforme exposto no Quadro 14.

Quadro 14 - “Corrupção” como elemento núcleo em circunstâncias

TIPO DE CIRCUNSTÂNCIA	ORAÇÕES	OCORRÊNCIAS
Localização/Lugar	O#40 O#94	2
Modo/Meio	O#48	1
		Total = 3

Fonte: (Elaborado pela autora).

Verificou-se que “corrupção” como elemento núcleo representa circunstâncias de localização/lugar e de modo/meio. Devido ao número pequeno de ocorrências, “corrupção” como elemento núcleo em circunstância não é considerada significativa nesta análise.

O termo “corrupção” como elemento periférico também desempenha papel de parte de circunstâncias, em 24 casos, como exposto no Quadro 15.

Quadro 15 - “Corrupção” como elemento periférico em circunstâncias

TIPO DE CIRCUNSTÂNCIA	ORAÇÕES	OCORRÊNCIAS
Causa/Finalidade	O#2, O#24, O#87	3
Localização/Lugar	O#4, O#16, O#26, O#30, O#38, O#57, O#70, O#85, O#104	9
Modo/Grau	O#5, O#96	2
Ângulo/Fonte	O#8	1
Modo/Meio	O#21	1
Modo/Qualidade	O#27	1
Modo/Comparação	O#51, O#103	2
Assunto	O#56, O#86	2
Papel/Estilo	O#73	1
Causa/Razão	O#75	1
Contingência/Falta	O#77	1
		Total = 24

Fonte: (Elaborado pela autora).

A análise das circunstâncias evidenciou a predominância de “corrupção” como elemento periférico nas circunstâncias de localização/lugar (37,5%).

Considerando a frequência de participantes e circunstâncias desempenhadas por “corrupção” como núcleo ou como periférico, selecionou-se para a análise de representação as mais recorrentes. No que concerne à “corrupção” como elemento núcleo, foram selecionadas para análise as orações

em que ele desempenha papel de Portador (8) e de Meta (7). Já para “corrupção” como elemento periférico, foram selecionadas para análise as orações em que ele desempenha parte de Meta (15) e parte de Circunstância de localização/lugar (9).

A análise e categorização dos resultados do sistema de transitividade foi realizada separadamente, considerando essas duas categorias de participantes distintas. Em 4.2.1.1 apresentam-se as análises e discussões referentes às evidências de representação para “corrupção” como elemento núcleo, e, em 4.2.1.2, as análises e discussões acerca da representação para “corrupção” como elemento periférico.

4.2.1.1 Análise do termo corrupção enquanto elemento núcleo

As análises linguísticas do sistema de transitividade nas orações referentes ao termo “corrupção” como participante núcleo evidenciaram, como exposto na seção anterior (Quadro 12), a predominância de participantes Portador (30,7%) e participante Meta (26,9%). Considerando a expressividade da frequência desses dois participantes, eles foram selecionados para a análise com o intuito de verificar a representação para a “corrupção” enquanto participante núcleo nas orações.

Ao ser representada como Portador, “corrupção” funciona como uma entidade que tem uma característica definida (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Esse participante possui uma relação direta com outro, o Atributo, o qual se refere a características relacionadas ao Portador. Nesse sentido, “corrupção” é definida por meio da informação que segue. Os Atributos que caracterizam ao termo “corrupção” foram categorizados conforme o exposto no Quadro 16. No Apêndice A, estão apresentados os atributos na íntegra.

Quadro 16 - Categorização da “corrupção” como Portador

CATEGORIA	ORAÇÕES
Generalizada	(O#3)
Relacionada com público e privado	(O#6), (O#7)
Originada no PT	(O#18)
Ligada ao sistema	(O#22)
Pretextual	(O#63), (O#64)
De ordem moral	(O#108)

Fonte: (Elaborado pela autora).

A partir dessa categorização, é possível compreender algumas informações sobre o que significa a “corrupção”. Considerando que as categorias “relacionada com público e privado” e “pretextual” ocorrem em maior número, elas encontram-se ilustradas nos Exemplos 53 e 54⁴⁸.

53	<u>“A corrupção” é apenas um dos tipos de relações especiais entre ocupantes de funções públicas e grupos com interesses privados.</u>	O#6
----	--	-----

No exemplo 53, o processo “é” estabelece a relação entre o Portador, “a corrupção”, e o Atributo. Esse Atributo evidencia que a corrupção é um dos tipos de relação entre membros com função pública e membros com interesse privado. Nesse sentido, compreende-se que a corrupção seja uma característica que permeia esse tipo de relação.

54	Por fim, todos sabem que não é “a corrupção” que está na disputa	O#64
----	--	------

No exemplo 54, o Portador “a corrupção” é ligado ao Atributo Circunstancial “na disputa” pelos processos “é” e “está”. Esses processos configuram-se em uma negativa, que representa a corrupção como não estando na disputa, ou seja, o foco da disputa são outros participantes, e não ela. Retomando o contexto do texto que se insere, “corrupção” não está na disputa pois é um pretexto nas investigações.

A outra categoria de representação para a “corrupção” como participante núcleo no sistema de transitividade é Meta. Ao ser representada como Meta, significa que a “corrupção” é o participante que recebe o impacto de alguma ação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), ou seja, não é ela quem age, ela é afetada por outro participante. A categorização de representações para a “corrupção” como Meta pode ser observada no Quadro 17 e os casos de sua ocorrência no Apêndice B.

⁴⁸ Os atributos que caracterizam “corrupção” encontram-se sublinhados.

Quadro 17 - Categorização da “corrupção” como Meta

CATEGORIA	ORAÇÕES
Alvo de investigações e extermínio	O#9, O#36, O#43, O#107
Permitida pelo sistema	O#35
Necessária incorporação da anticorrupção pelos cidadãos	O#42
Usada para ataques por parte de jornalistas	O#50

Fonte: (Elaborado pela autora).

Por meio do Quadro 17, percebe-se que “corrupção” é representada como alvo de investigações e é permitida pelo sistema. Como anticorrupção deve ser incorporada pelos cidadãos e também é usada por jornalistas para ataques. Considerando que a representação “alvo de investigação e extermínio” é a mais recorrente, ela encontra-se exemplificada em 55 e 56.

55	Os jornais desta quarta-feira (13/05) tratam como comédia o depoimento da doleira Nelma Kodama, parceira de crimes e ex-mulher de Alberto Youssef, o principal protagonista na Operação Lava Jato, que investiga “a corrupção” dos últimos dez anos na Petrobras.	O#9
----	--	-----

No exemplo 55, o processo “investiga” ilustra a ação do Ator, “Operação Lava Jato”, sobre a Meta, “a corrupção”. Ou seja, “a corrupção” é afetada por outro participante, que realiza investigações sobre ela.

56	para acabar com “a corrupção” basta mudar as peças do tabuleiro	O#107
----	--	-------

O exemplo 56 traz o processo “acabar” representando a ação que pode ser realizada sobre a Meta “a corrupção”. Nesse sentido, compreende-se que outros participantes são responsáveis por mover forças para que a “corrupção” seja atingida, ou seja, acabada.

A partir do exposto, compreende-se que “corrupção” enquanto participante núcleo é representada através de características e por meio de ações que outros participantes realizam sobre ela. A seguir, apresenta-se a representação, pelo sistema de transitividade, do termo “corrupção” enquanto participante periférico.

4.2.1.2 Análise de corrupção enquanto elemento periférico

De acordo com o evidenciado na seção anterior (Quadros 13 e 15), a análise do sistema de transitividade nas orações em que o termo “corrupção” aparece como periférico indicou a predominância deste elemento como parte de Circunstância localização/lugar (37,5%) e como parte de Meta (26,7%). Considerando que “corrupção” é classificada como elemento periférico quando aparece ligada hipotaticamente a outra palavra ou expressão, apresenta-se, no Quadro 18, os casos em que ela aparece subordinada nas categorias predominantemente recorrentes, como exposto acima.

Quadro 18 - Corrupção como elemento periférico

Parte de circunstância Localização/Lugar	Parte de Meta
Casos de corrupção	Estruturas da corrupção
Combate à corrupção	Acusações de corrupção
Corrupção política	Problema da corrupção institucionalizada
Mar de corrupção	Consciência coletiva contrária à corrupção
Esquema de corrupção partidária	Vantagens indevidas da corrupção
Esquema de corrupção	Esquema de corrupção
Prática de corrupção	Atos de corrupção
DNA da corrupção	Investigação de corrupção
Tecla da corrupção	Expurgo da corrupção institucionalizada
	Conta da corrupção institucionalizada
	Crime hediondo para a corrupção
	Apelos anticorrupção
	Práticas como a corrupção institucionalizada
	Envolvimento histórico com a corrupção
	Verdadeiras raízes da corrupção

Fonte: (Elaborado pela autora).

Ao ser representada como Circunstância de Localização/Lugar, a expressão a qual corrupção faz parte indica que ela realiza uma localização espacial. Uma categorização para a representação de “corrupção” como elemento periférico nessa circunstância pode ser observada no Quadro 19 e as circunstâncias na íntegra encontram-se no Apêndice C.

Quadro 19 - Corrupção como circunstância de localização/lugar

CATEGORIA – Lugar	ORAÇÕES
Diante de	O#4, O#26, O#57
Em meio de	O#16
Onde	O#30
Até o ponto X	O#38, O#85, O#104
Em X	O#70

Fonte: (Elaborado pela autora).

Considerando que a categoria “diante de” e “até o ponto X” foram as mais recorrentes, os Exemplo 57 e 58 as ilustram⁴⁹.

57	<u>Diante dos “casos de corrupção”,</u> algumas seguradoras, segundo informou o Valor, já haviam elevado o preço das coberturas de responsabilidade civil contratadas pelas empresas para proteger executivos em casos de reclamações de terceiros.	O#4
----	---	-----

O exemplo 57 explicita a categoria “diante de”, indicando que, perante os casos de corrupção, seguradoras tomaram iniciativas, como elevar o preço das coberturas de responsabilidade civil. Ou seja, diante dos casos de corrupção, mudanças foram acarretadas.

58	Por isto, para que a Lava Jato não se transforme numa mera retaliação contra o PT, ela deve ir <u>até o fundo do “esquema de corrupção partidária institucionalizada” envolvendo todas as siglas que usaram a propina como forma de financiar campanhas eleitorais.</u>	O#38
----	---	------

No exemplo 58, verifica-se a categoria “até o ponto X”, na qual o autor salienta que para que a Lava Jato não seja voltada apenas para o PT, é necessário que ela seja voltada para investigações do esquema de corrupção de todos os partidos que fizeram uso de propina, e não apenas do Partido dos Trabalhadores, investigando até o fundo dos esquemas.

Além desse tipo de Circunstância, “corrupção” como elemento periférico também é representada como parte de Meta, como explicitado no Quadro 20. Ou

⁴⁹ As circunstâncias estão destacadas com sublinhado.

seja, a expressão a qual o termo corrupção está subordinado não possui papel ativo, ela sofre determinada ação de outros participantes. A categorização de corrupção como elemento periférico é exposta no Quadro 20 e é apresentada na íntegra no Apêndice D.

Quadro 20 - Corrupção como parte de Meta

CATEGORIA – Meta	ORAÇÕES
Objeto de combate	O#15, O#45, O#66, O#109
Punição por envolvimento	O#19, O#69, O#95
Problema não resolvido	O#23
Conscientização coletiva contra a corrupção	O#25
Vantagens indevidas	O#44
Atos localizados pela Lava Jato	O#47
Ênfase dada pela imprensa	O#52, O#71, O#76
Prática imune às leis	O#92

Fonte: (Elaborado pela autora).

Percebe-se que, dentre as categorias elencadas, “corrupção” como elemento periférico é representada recorrentemente pelas categorias “objeto de combate”, “punição por envolvimento” e ênfase dada pela imprensa. Essas categorias encontram-se ilustradas nos Exemplos 59, 60 e 61.

59	a PF desarticulou “um esquema de corrupção” e evasão de divisas na maior empresa do país, a Petrobrás	O#45
----	--	------

Em (59), o processo material “desarticulou” representa a ação que o participante Ator “a PF” realizou sobre a Meta “um esquema de corrupção”. Ou seja, o esquema, do qual o termo “corrupção” está subordinado, foi afetado por outro participante, que moveu forças para desfazê-lo, integrando-o, assim, à categoria “objeto de combate”.

60	Os partidos políticos pagaram o preço de seu “envolvimento histórico com a corrupção” e a Máfia.	O#95
----	---	------

Em (60), “pagaram” representa um processo material, que tem como Ator “os partidos políticos”, e como Meta “o preço de seu envolvimento histórico com a corrupção e a Máfia”. Aqui, enquadra-se na categoria “punição por envolvimento”,

que tem como Ator “os partidos políticos” que pagaram o preço por se envolverem com a corrupção e a Máfia.

61	os três principais jornais deram ênfase ao endurecimento das penas, “à classificação de crime hediondo para a corrupção que envolvesse altos valores”, à possibilidade de extinção de partidos políticos envolvidos em roubalheira.	O#71
----	--	------

Em (61), o processo material “deram ênfase” representa a ação do Ator “os três principais jornais” sobre a Meta. Dentro da Meta “ao endurecimento das penas, à classificação de crime hediondo para a corrupção que envolvesse altos valores, à possibilidade de extinção de partidos políticos envolvidos em roubalheira”, está o termo “corrupção” como elemento periférico em “crime hediondo para a corrupção”. Este exemplo enquadra-se na categoria “ênfase dada pela imprensa”, pois diz respeito ao foco dado pelos jornais.

A partir do exposto, percebe-se que “corrupção” representada como elemento periférico aparece em forma de parte de Circunstância ou em forma de parte de Meta, ou seja, a representação atribuída a ela não é de participante principal nas orações. A seguir, apresenta-se a análise do termo “corrupção” a partir do sistema de avaliatividade.

4.2.2 Análise do sistema de avaliatividade

A análise do sistema de avaliatividade voltou-se especificamente para a análise do subsistema atitude, que diz respeito ao mapeamento de sentimentos, englobando três regiões semânticas: afeto, julgamento e apreciação (MARTIN; WHITE, 2005). Nas análises, verificou-se que nem todas as orações realizavam avaliações nessa categoria, sendo apresentadas em apenas 64 das 109 orações.

Dentre as três regiões semânticas, a que possui maior ocorrência é apreciação (57,8%), seguida por julgamento (31,2%) e por afeto (10,9%). Esses resultados evidenciam que há maior avaliações sobre o fenômeno da corrupção, do que sobre o comportamento dos envolvidos e dos sentimentos que ela provoca. Considerando que o próprio termo “corrupção” supõe um desvio de comportamento social, pode-se dizer que ele próprio indique julgamento por

sanção social. Como o predomínio foi de avaliações por apreciação, pode-se dizer que esse caso consiste em um sistema avaliando outro.

Com a análise de identificação de avaliações por apreciação, que se refere à avaliações de fenômenos semióticos e naturais, evidenciou-se a presença das categorias expostas no Quadro 21.

Quadro 21 – Apreciação

CATEGORIA	ORAÇÕES	OCORRÊNCIAS
Composição	O#1, O#3, O#11, O#22, O#23, O#28, O#30, O#32, O#36, O#38, O#39, O#45, O#46, O#51, O#57, O#58, O#60, O#65, O#66, O# 67, O#69, O#70, O#79, O#85, O#86, O#89, O#92, O#94, O#105, O#108	30
Valoração	O#7, O#13, O#16, O#52, O#61, O#80, O#109	7
		Total = 37

Fonte: (Elaborado pela autora).

Verifica-se, pelo Quadro 21, que “corrupção” é avaliada predominantemente pela categoria de composição, que dá conta do equilíbrio e complexidade das “coisas” avaliadas (MARTIN, WHITE, 2005).

Quanto à análise das avaliações por julgamento, que diz respeito a avaliações relacionadas às pessoas e seus comportamentos (MARTIN; WHITE, 2005), evidenciou a presença das recorrências e categorias apresentadas no Quadro 22.

Quadro 22 – Julgamento

CATEGORIA	ORAÇÕES	OCORRÊNCIAS
Estima Social		
Capacidade	O#10	1
Sanção Social		
Propriedade	O#37, O#43, O#44, O#48, O#54, O#56, O#59, O#68, O#71, O#77, O#88, O#90, O#93, O#95, O#96, O#98, O#102, O#103	18
Veracidade	O#62	1
		Total = 20

Fonte: (Elaborado pela autora).

Verifica-se, no Quadro 22, o destaque da avaliações por sanção social propriedade (90%), o que indica avaliações de atitudes relacionadas a normas, julgando a ética dos envolvidos (MARTIN; WHITE, 2005).

Por fim, as avaliações por afeto, que dizem respeito a manifestação de sentimentos positivos ou negativos (MARTIN; WHITE, 2005), foram a menos recorrentes, e evidenciaram a presença das variáveis expostas no Quadro 23.

Quadro 23 – Afeto

CATEGORIA	ORAÇÕES	OCORRÊNCIAS
In/segurança	O#20, O#30, O#55	3
In/satisfação	O#81, O#83, O#99, O#100	4
		Total = 7

Fonte: Elaborado pela autora.

Como exposto no Quadro 23, as variáveis presentes foram in/satisfação (57,1%) e in/segurança (42,8%).

A partir dessas constatações gerais, as subseções que seguem apresentam os resultados das evidências linguísticas de cada uma das regiões semânticas do subsistema atitude, bem como a categorização semântica dos elementos recorrentes. As avaliações por apreciação são apresentadas em 4.2.3.1, as avaliações por julgamento em 4.2.3.2 e, por fim, as avaliações por afeto em 4.2.3.3.

4.2.2.1 Análise de avaliações por apreciação

As avaliações por apreciação, como evidenciado, foram as mais recorrentes nas orações com o termo “corrupção”, com o predomínio de avaliações por composição (Quadro 21). Assim, o predomínio é de “coisas” avaliadas em virtude de seu equilíbrio e complexidade (MARTIN; WHITE, 2005). A categorização semântica para as avaliações referentes a essa categoria encontram-se no Quadro 24 e as orações que aparecem no Apêndice E.

Quadro 24 - Avaliações por apreciação composição

CATEGORIA	ORAÇÕES
Contaminadora	O#1, O#32, O#39, O#79
Generalizada	O#3
Responsável pelo movimento do Brasil	O#11
Entranhada no aparelho estatal e no sistema político	O#22
Problemática	O#23
Escancarada	O#28
Abrangente	O#30, O#67
Institucionalizada	O#36, O#66, O#69, O#70, O#85, O#89, O#92, O#94
Esquemática	O#38, O#45, O#46, O#57, O#58, O#105
Combatível	O#51
Endêmica	O#60
Escandalosa	O#65
Corrupta na estrutura	O#86
Moral	O#108

Fonte: (Elaborado pela autora).

Verifica-se, pelo exposto no Quadro 24, que as avaliações dizem respeito a características do fenômeno corrupção, sendo predominante as avaliações de caráter negativo. As avaliações por apreciação composição predominantemente recorrentes nas orações foram da categoria “institucionalizada” (8 ocorrências). Essa categorização é ilustrada no Exemplos 62⁵⁰.

62	o expurgo da “corrupção” institucionalizada será desinflado quando for definida a luta pela presidência da República.	O#66
----	--	------

Percebe-se, em (62), que institucionalizada funciona como epíteto, avaliando a corrupção. Nesse sentido, compreende-se que o caráter da corrupção é voltado para as instituições, e não para as pessoas que a praticam.

As avaliações por apreciação composição resultam na apresentação de características do fenômeno “corrupção”, relacionadas a definições de seu caráter, evidenciando o seu lado negativo, como “problemática”, “endêmica” e “escandalosa”. Na sequência, apresenta-se os resultados das análises de avaliações por julgamento.

⁵⁰ Nos exemplos referente às categorias de avaliatividade, os termos avaliativos encontram-se destacados em negrito.

4.2.2.2 Análise de avaliações por julgamento

Como exposto no Quadro 22, a predominância de avaliações por julgamento é de sanção social propriedade, ou seja, as avaliações ocorrem em torno de comportamentos dos envolvidos em relação à sua ética frente às normas (MARTIN; WHITE, 2005). A categorização semântica das avaliações desse tipo encontram-se dispostas no Quadro 25 e as orações em que aparecem encontram-se no Apêndice F.

Quadro 25 – Avaliações por julgamento, sanção social propriedade

CATEGORIA	ORAÇÕES
Acusados de corrupção	O#37
Colaborador com a lei	O#43
Afrontam a lei	O#44
Movimentos de dinheiro	O#48
Envenena o setor público	O#54
Denúncias	O#56
Punição de corruptos	O#59
Suspeitos	O#68
Crime hediondo	O#68
Roubalheira	O#71
Governo mais corrupto da história	O#77
Superfaturamento, propina e contabilidade informal	O#88
Origem na Câmara e Senado	O#90
“Jeitinho”	O#93
Envolvimento histórico com a corrupção	O#95
Alto grau de corrupção dos partidos e políticos	O#96
Críticos e adversários são corruptos	O#98, O#102
Oposicionistas em esquemas	O#103

Fonte: (Elaborado pela autora).

Com exceção de uma categoria, “colaborador com a lei”, todas as outras são do campo semântico negativo. A que é apresentada positivamente diz respeito ao comportamento que envolvidos passaram a ter após as investigações, colaborando com a justiça por meio de delação premiada. A categoria com mais ocorrências é a “críticos e adversários são corruptos”, ilustrada no Exemplo 63.

63	E é esta mesma mídia que gosta de apontar o dedo em riste e chamar adversários de “ corruptos ” que não noticia que o mensalão tucano está prestes a completar 10 anos	O#102
----	---	-------

	e legalmente caducar, sem que ninguém tenha sido julgado ou condenado.	
--	--	--

Em (63), o próprio termo foco de análise funciona como palavra avaliativa. Seu funcionamento é de epíteto que julga comportamentos de críticos e adversários avaliados pela mídia.

Verificou-se, pela categorização de julgamento por sanção social propriedade, algumas definições do comportamento corrupto, como “crime hediondo” e de “alto grau nos partidos políticos”, além de algumas ações relacionadas a ele, como “roubalheira” e “afronta à lei”, assim como informações sobre sua origem, diretamente ligada à esfera política, pois passa “pela Câmara e pelo Senado”. Na sequência, apresenta-se os resultados das avaliações por afeto.

4.2.2.3 Análise de avaliações por afeto

Como já evidenciado, as avaliações por afeto foram as menos recorrentes nas orações com o termo “corrupção”, ou seja, as avaliações de sentimento não receberam destaque. A predominância de avaliações nessa categoria foi de in/satisfação e de in/segurança (Quadro 23), categorizadas nos Quadros 26 e 27 e expostas na íntegra nos Apêndice G e H.

Quadro 26 – Avaliações por afeto in/satisfação

CATEGORIA	ORAÇÕES
Indignação	O#81, O#83
Desejo pelo seu fim	O#99
Não concorda com a relação da corrupção e PT	O#100

Fonte: (Elaborado pela autora).

Quadro 27 – Avaliações por afeto in/segurança

CATEGORIA	ORAÇÕES
Amedronta	O#20, O#30
Vitimiza	O#55

Fonte: (Elaborado pela autora).

Verifica-se, pelo Quadro 26, que as avaliações de afeto por in/satisfação, que diz respeito aos sentimentos de satisfação ou frustração dos participantes (MARTIN; WHITE, 2005), ocorre em maior frequência na categoria “indignação”, como ilustrado no Exemplo 64.

64	A executiva Carla Zambelli – umas das líderes da juventude opositora e “ indignada ” com a “corrupção” – disse que pouparia Eduardo Cunha nas manifestações do próximo dia 16 por conta de sua utilidade, acrescentando que ele deveria encaminhar de vez o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, para demonstrar de que lado está.	O#81
----	--	------

O exemplo 64 evidencia o sentimento de frustração que uma executiva expressa em relação ao fenômeno da corrupção.

O Quadro 27 expõe que as avaliações por afeto in/segurança, que reflete sentimentos de paz ou ansiedade ao nosso redor (MARTIN; WHITE, 2005), possuem predominância na categoria “amedronta”, ilustrada no Exemplo 65.

65	nós, os cidadãos, estamos virando náufragos num “mar de corrupção” cujos limites desconhecemos e, de alguma forma, temos até medo de conhecer.	O#30
----	---	------

O Exemplo 65, com a expressão “estamos virando náufragos”, avalia a sensação de atemorização que os cidadãos apresentam frente aos diversos casos de corrupção existentes, vitimizando os cidadãos.

A análise de avaliações de afeto evidenciou que os sentimentos expressos nas orações são em relação ao grau de insatisfação e desejo pelo seu fim que provoca nos indivíduos, e à sensação de medo e vitimização que provoca. Dessa forma, “corrupção” é representada como um fenômeno que provoca sentimentos negativos.

Em suma, a partir da análise do sistema de avaliabilidade, evidenciou-se que corrupção é representada predominantemente por avaliações acerca de seu equilíbrio e complexidade, por avaliações acerca da ética dos envolvidos e por avaliações relacionadas às sensações que provoca nos indivíduos. Salienta-se que essas avaliações são predominantemente do campo negativo, o que vai ao encontro do tema “corrupção”, que significa um desvio de conduta.

Identificadas as avaliações presentes nas orações delimitadas para análise, a seção que segue destina-se a apresentar a análise de identificação dos atores sociais representados.

4.2.3 Análise da representação dos atores sociais

A última etapa de análise da identificação da representação de corrupção consistiu na identificação dos atores sociais que se relacionam diretamente ao termo “corrupção”. A análise linguística referente a esta etapa baseou-se nos preceitos teóricos das categorias de inclusão e exclusão da representação dos atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997).

Nesse sentido, a identificação dos atores sociais que agem ou são afetados pela “corrupção” no *corpus* em questão se deu com a busca de três categorias de envolvidos: “quem corrompe?”, “quem é afetado pela corrupção?” e quem “age sobre a corrupção?”, que se encontram explicitadas nas seções que seguem.

4.2.3.1 Identificação de quem corrompe

A análise de identificação de quais atores sociais são responsáveis pela ação de corromper evidenciou a presença das categorias que encontram-se expostas nos Quadros 28 e 29.

Quadro 28 - Classificação dos atores sociais “que corrompem” pela categoria exclusão

CATEGORIA	ORAÇÕES	OCORRÊNCIAS
Supressão	O#4, O#10, O#11, O#12, O#13, O#23, O#24, O#25, O#27, O#28, O#29, O#30, O#33, O#34, O#35, O#41, O#42, O#44, O#51, O#53, O#55, O#61, O#62, O#63, O#64, O#71, O#72, O#73, O#76, O#77, O#79, O#80, O#81, O#82, O#83, O#84, O#87, O#88, O#89, O#91, O#92, O#93, O#94, O#97, O#99, O#104, O#107, O#108, O#109	49
Encobrimento	O#8, O#15, O#16, O#17, O#20, O#32, O#40, O#43, O#46, O#47, O#52, O#59, O#60, O#74, O#85	15
		Total = 64

Fonte: (elaborado pela autora).

Quadro 29 - Classificação dos atores sociais que corrompem pela categoria inclusão

CATEGORIA	ORAÇÕES	OCORRÊNCIAS
Ativação – nominalização	O#1, O#5, O#19, O#26, O#38, O#66, O#68, O#69, O#103	9
Ativação-circunstancialização	O#2, O#3, O#6, O#7, O#9, O#18, O#22, O#31, O#36, O#39, O#45, O#57, O#65, O#67, O#70, O#75, O#90, O#96, O#101, O#105	20
Ativação – Participação	O#14, O#37, O#48, O#54, O#56, O#58, O#78, O#86, O#95, O#98, O#100, O#102, O#106	13
Ativação – Possessivação	O#21	1
Ativação – Pós-modificação	O#49, O#50	2
		Total = 45

Fonte: (elaborado pela autora).

Percebe-se a predominância de ocorrências de representações dos atores sociais que corrompem pelas categorias de exclusão (58,7%) em relação às categorias de inclusão (41,3%). Ao representar os envolvidos em atos corruptos predominantemente por exclusão, os autores omitem os responsáveis pelos atos, ou seja, a atividade de corromper é apresentada, mas os envolvidos na ação encontram-se ocultos.

Dentre os casos de exclusão, a categoria supressão foi a mais recorrente (80,3%). Essa categoria, de acordo com van Leeuwen (1997), não faz qualquer referência aos atores sociais em qualquer parte do texto. Uma ocorrência desse caso encontra-se ilustrada no exemplo 66.

66	Os agentes “corruptos” e corruptores sempre acabam dando um jeitinho e tudo continua como antes.	O#93
----	--	------

No exemplo 66, percebe-se que o termo delimitado para análise, destacado entre aspas, não explicita quem é o corrupto que age. Ou seja, trata-se de uma estratégia de nominalização que suprime o ator social envolvido, o qual não pode ser retomado através do texto. Desse modo, ao representar predominantemente por exclusão, especificamente pela categoria supressão, os autores fazem uso do recurso que os exime da responsabilidade pela definição, ou seja, eles

apresentam os fatos, mas não nomeiam quem está por trás do processo de corromper.

Além da exclusão, há também a presença, em menor número, de casos em que os atores sociais corruptos são incluídos no discurso, como exposto no Quadro 29. Dentre os casos de inclusão, as categorias em que os atores sociais corruptos são predominantemente representados por ativação são circunstancialização (44,4%) e participação (28,8%).

Os atores sociais representados de forma ativa por meio de circunstancialização encontram-se categorizados no Quadro 30 e as orações em que ocorrem estão no Apêndice I.

Quadro 30 - Atores sociais corruptos representados por circunstancialização

ATOR SOCIAL	ORAÇÕES
Petrobras	O#2, O#9, O#45, O#57, O#105
Sistema Político/Estado/Governo	O#3, O#22, O#36, O#65, O#70, O#75, O#101
Público e Privado	O#6, O#7
Imprensa	O#31
Partidos (PT, PSDB)	O#18
Políticos	O#67, O#96
Ricos	O#39
Câmara e Senado	O#90

Fonte: (Elaborado pela autora).

Percebe-se, pelo Quadro 30, que os atores sociais envolvidos nas práticas de corrupção, representados através de circunstancialização, estão ligados ao meio político e empresarial, além da imprensa e daqueles que possuem maior acúmulo de dinheiro. Nota-se que os agentes corruptos não aparecem nomeados, a representação é realizada de forma generalizada em relação às instituições a que pertencem (âmbito político, âmbito empresarial, etc.). O exemplo 67 ilustra a representação de um ator social referente ao sistema político.

67	A população pode começar a dar-se conta de que a “corrupção” é tão generalizada que só uma eleição geral pode acenar com a possibilidade de uma limpeza geral num sistema político que passa a ser visto, cada vez mais, como uma instituição que cuida apenas dos seus interesses eleitorais.	O#3
----	---	-----

Em 67, o ator social que é responsável pela corrupção encontra-se representado por meio da circunstancialização “num sistema político”, ou seja, a corrupção é representada como generalizada, e ocorre no sistema político.

No que concerne às representações ativas por meio de participação, os atores sociais identificados encontram-se no Quadro 31 e as orações no Apêndice J.

Quadro 31 - Atores sociais corruptos representados por participação

ATOR SOCIAL	ORAÇÕES
Imprensa	O#14
Partidos (PT, todos)	O#86, O#95, O#100
Políticos (Collor, Lula)	O#37, O#78
Odebrecht	O#48
Empresários	O#54
Petrobras	O#56
Delatores e operadores	O#58
Críticos e adversários	O#98, O#102
Público e privado	O#106

Fonte: (Elaborado pela autora).

Percebe-se, pelo Quadro 31, que os atores sociais representados permanecem no âmbito político e empresarial, e alguns são semelhantes aos representados por circunstancialização. Nesse caso, poucos são os atores sociais que participam que são nomeados, apenas os políticos Collor e Lula e o partido PT, os outros participantes são citados de forma generalizada de acordo com a instituição a que pertencem. Toma-se como exemplo a O#48, em que o ator social representado é a Odebrecht. Fica evidente que os empresários envolvidos no ato corrupto não são nomeados, pois o autor atribui a representação de corrupção para a empresa – um nome que indica uma instituição, como pode ser evidenciado no exemplo 68.

68	Só a Odebrecht , diz a Lava Jato, movimentou R\$ 389 milhões em “corrupção” e R\$ 1,06 bilhão em lavagem de dinheiro.	O#48
----	--	------

Em 68, o participante Ator Odebrecht é representado como o ator social que movimentou dinheiro em corrupção, ou seja, é representado pela categoria participação como o responsável pelo ato corrupto.

A partir da análise da identificação dos atores sociais responsáveis pela corrupção, evidenciou-se que as representações são realizadas predominantemente por exclusão, pela categoria supressão, o que indica que não há comprometimento dos autores em nomear os envolvidos. Nos casos em que as representações se dão por inclusão, evidenciou-se a predominância de representações por circunstancialização e por participação, mas que, mesmo incluídos, poucos são os casos em que os participantes aparecem nomeados. As representações dos atores sociais voltam-se para o âmbito institucional a que os envolvidos pertencem: política, empresas ou imprensa.

A seguir, apresenta-se a análise de identificação dos atores sociais que são afetados pelo processo de corromper.

4.2.3.2 Identificação de quem é afetado pelo ato de corromper

Após a identificação dos atores sociais responsáveis pela corrupção, foi realizada a busca pelos atores sociais atingidos por esse processo, ou seja, aqueles que são afetados pelo ato de corromper. A análise desses atores sociais evidenciou a recorrência predominantemente de representações de atores sociais por exclusão, pela categoria supressão (88,9%), enquanto as ocorrências de representações por inclusão ocupam um discretíssimo segundo plano (11,1%). As categorias de inclusão verificadas encontram-se no Quadro 32.

Quadro 32 - Classificação dos atores sociais que são afetados – inclusão

CATEGORIA	ORAÇÕES	OCORRÊNCIAS
Sujeição – possessivação	O#1, O#32, O#39	3
Sujeição – participação	O#11, O#12, O#30, O#54, O#55, O#79, O#88, O#97	8
Sujeição - circunstancialização	O#80	1
		Total = 12

Fonte: (Elaborado pela autora).

As demais 97 orações que não aparecem no Quadro 32 são referentes às representações por exclusão. Nesse sentido, nota-se que, nos textos analisados, as representações dos atores sociais que sofrem com o processo de corromper não possuem como foco o participante afetado. Ao excluir o ator social atingido, por meio de supressão, os autores não dão destaque para quem é prejudicado com esses atos. Essa situação pode ser verificada no exemplo 69.

69	A investigação de denúncias de “corrupção” envolvendo a Petrobras, batizada de Operação Lava Jato pela Polícia Federal, que começou em março deste ano, entra em sua sétima fase (“Juízo Final?)[...]	O#56
----	---	------

O exemplo 69 evidencia o ator social envolvido no processo de corromper, a Petrobras, mas não apresenta quais foram os atores sociais afetados pelo ato de corrupção dessa empresa.

Nos raros casos em que o ator social atingido é incluído no discurso, verificou-se, como exposto no Quadro 32, a predominância de representações por passivação, sujeição, participação. A classificação por passivação justifica-se pelo fato de o ator social ter sofrido uma ação, tendo sido corrompido, e não por ter agido. Já a categoria participação indica que os atores sociais são participantes sujeitos a outros. Os atores sociais representados por essa categoria encontram-se no Quadro 33 e as orações na íntegra estão no Apêndice K.

Quadro 33 - Atores sociais que são afetados pelo processo de corromper – participação

ATOR SOCIAL	ORAÇÕES
Brasil	O#11, O#12, O#79
Cidadãos	O#30
Setor Público	O#54
Empreiteiras	O#55
População	O#88
Contribuintes	O#97

Fonte: (Elaborado pela autora).

Percebe-se, pelo exposto no Quadro 33, que os atores sociais representados como afetados pela corrupção não aparecem nomeados. Eles dizem respeito ao país, à população em geral e que contribui com o governo, às

empreiteiras e ao setor público. Um exemplo dessas ocorrências é apresentado em 70.

70	O ator-jornalista William Bonner aparece agora mais cordial e mais consternado com a praga da “corrupção” que assola o país.	O#79
----	--	------

Em 70, verifica-se que a “corrupção” é uma praga, e o processo material “assola” evidencia que o participante “o país” é afetado pela corrupção. Ou seja, nesse exemplo, o ator social que corrompe está excluído, mas é destacado o ator social que sofre com essa ação (“o país”).

A busca pelos atores sociais que sofrem com o ato de corromper evidenciou que os autores dos textos não dão destaque para esses envolvidos, tendo em vista que predominantemente são realizadas representações por meio de exclusão. Ou seja, o foco não está em quem sofre com o processo, pois são poucos os casos em que o ator social atingido é apresentado.

Na sequência, apresenta-se a identificação de atores sociais que realizam alguma ação sobre a corrupção.

4.2.3.3 Identificação de quem age sobre a corrupção

A última etapa da análise de identificação dos atores sociais consistiu na identificação de quais atores sociais realizavam alguma atividade sobre o ato de corrupção. Essa etapa consistiu, primeiramente, na leitura das orações, a fim de verificar quais casos apresentavam atores sociais que não corrompiam nem que eram corrompidos, mas sim que agiam sobre a corrupção. Posteriormente, foi realizada a identificação desses participantes e selecionados apenas os casos que apresentavam esse tipo de ator social. Das 109 orações analisadas, identificou-se a presença desse participante em 15 orações, classificadas como exposto no Quadro 34.

Os atores sociais identificados como aqueles que realizam alguma ação sobre a corrupção foram identificados como incluídos, vistos que foram selecionados apenas os casos em que eles apareciam explicitamente, e pela categoria de ativação, tendo em vista que a ação era realizada por eles, ou seja, eram agentes.

Quadro 34 - Classificação dos atores sociais que agem sobre a corrupção – inclusão

CATEGORIA	ORAÇÕES	OCORRÊNCIAS
Ativação – participação	O#15, O#42, O#43, O#45, O#48, O#72, O#81, O#82, O#83, O#87, O#99, O#100	12
Ativação – nominalização	O#16	1
Ativação – circunstancialização	O#62, O#73	2
		Total = 15

Fonte: (Elaborado pela autora).

Nota-se, pelo Quadro 34, que a predominância das ocorrências nesses casos foi por participação, e os atores sociais identificados são apresentados no Quadro 35 e as orações no Apêndice L.

Quadro 35 - Atores sociais que agem sobre a corrupção – participação

ATOR SOCIAL	ORAÇÕES
Justiça (corta)	O#15
Cidadãos (incorporam anticorrupção/ clamam contra)	O#42, O#73
Lei (combate)	O#43
PF (desarticula)	O#45
Lava Jato (localiza)	O#48
Líder de juventude oposicionista (indigna-se)	O#81
Bancada de Cunha (acoberta)	O#82
Aliados do Congresso Nacional (indignam-se)	O#83
Imprensa (foca/ associa a partidos)	O#87, O#100
Sociedade brasileira (quer seu fim)	O#99

Fonte: (Elaborado pela autora).

O Quadro 35 apresenta os atores sociais que agem/sentem sobre a “corrupção” e entre parênteses encontra-se o processo realizado por eles. Um exemplo desses casos encontra-se em 71.

71	A sociedade brasileira quer o fim da “corrupção”.	O#99.
----	---	-------

Em 71, o processo mental “quer” evidencia o desejo que o Experienciador “a sociedade brasileira” possui sobre o fenômeno da corrupção, ou seja, o ator social representado objetiva que a corrupção termine.

A identificação e análise dos atores sociais que realizam alguma atividade ou sentimento sobre o fenômeno da corrupção evidenciou que os atores sociais representados relacionam-se com instituições que objetivam seu fim, com imprensa que a tem como foco, com participantes que indignam-se, com políticos que a acobertam e com a população que deseja seu fim.

Após a apresentação dos resultados e categorização semântica das análises do sistema de transitividade, das representações dos atores sociais e do sistema de avaliatividade, apresenta-se, na seção seguinte, uma síntese de todos os resultados obtidos.

4.2.4 Categorização dos resultados obtidos

Após a análise de identificação da representação do termo “corrupção” nas 109 orações selecionadas, a partir das três categorias delimitadas: sistema de transitividade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), sistema de avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005) e representação dos atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997), foi realizada uma categorização semântica envolvendo todas as representações identificadas nas três categorias de análise, a fim de sistematizar os resultados obtidos e identificar as representações atribuídas ao fenômeno da corrupção no âmbito da Operação Lava Jato, nos textos veiculados no *Observatório da Imprensa*.

Dentre todas as representações localizadas, foram identificadas 10 regiões semânticas que englobam o termo “corrupção”: definições por características que ela possui, definições através de ações, consequências que acarreta, quem são os envolvidos, quem são os afetados pelas suas ações, sua origem, as sensações que provoca, ações que recaem sobre ela, meios para seu fim e o motivo de sua prática.

Cada uma dessas regiões semânticas localizadas possui categorias específicas, que contribuem para a construção da representação. O Quadro 36 apresenta a categorização final da representação da “corrupção”, nos textos e orações selecionadas para análise, de acordo com as categorias linguísticas investigadas.

Quadro 36 - Categorização final

(continua)

CATEGORIA	DEFINIÇÕES
Ela é	Generalizada; Sistêmica; Moral; Motivo de acusações; Contaminadora; Crime; Problemática; Institucionalizada; Esquemática e escandalizada; “Jeitinho”; Pretextual; Escancarada; Endêmica; Combatível; Imune às leis; Abrangente.
Ações relacionadas a ela	Afronta à lei; Movimento de dinheiro; Roubalheira; Superfaturamento, propina e contabilidade informal.
Consequências	O movimento do Brasil; Envenenamento do setor público; Acusações/ Denúncias; Suspeitos; Punições; Acarretou em colaboradores com a lei (delatores).
Envolvidos	Petrobras; Sistema Político; Estado/Governo; Público e Privado; Imprensa; Partidos (PT, PSBD e outros); Ricos; Odebrecht; Empresários; Câmara e Senado; Delatores e opositoristas; Críticos e adversários.
Afetados	Brasil; População; Setor público; Empreiteiras; Contribuintes.
Origem	Com partidos e instituições do sistema político (Câmara e Senado); Não é recente.
Sensações que causa	Desejo de combate e extermínio pela população; Indignação/ Contrariedade a ela em indivíduos políticos; Atemorização e vitimização.

Quadro 36 - Categorização final

(conclusão)

CATEGORIA	DEFINIÇÕES
Ações acarretadas sobre ela	Localização de seus atos pela Lava Jato; Denúncias e Investigações; Combate; Ataques; Desarticulação pela PF; Punição; Acobertamento por interessados; Usada por jornalistas para ataques; Enfatizada e perpetuada pela imprensa.
Atitudes para seu fim	Conscientização de anticorrupção pela população; Combate pela lei e corte pela justiça; Punição dos envolvidos.
Motivo	Vantagens indevidas.

Fonte: (Elaborado pela autora).

A seguir, apresenta-se uma descrição acerca de cada uma dessas regiões semânticas.

4.2.4.1 Ela é

As definições que recaem sobre o que é a “corrupção” dão as informações de que ela é um esquema e um escândalo, considerada como um problema que contamina. Está relacionada ao “jeitinho” que os agentes dão para se beneficiar, sendo compreendida como um motivo para acusações. É uma endemia, e está escancarada. Além disso, é definida como crime, de ordem moral, de caráter geral, sistêmico e institucionalizado. Há representações que indicam que é imune as leis, mas há representações indicando ser combatível. É abrangente e em alguns momentos é pretexto.

4.2.4.2 Ações relacionadas a ela

As ações que são representadas relacionadas à corrupção são do campo negativo, e dizem respeito à afronta à lei, roubalheira e movimento de dinheiro, envolvendo superfaturamento, propina e contabilidade informal.

4.2.4.3 Consequências

Conforme identificado pelas representações, corrupção acarreta o andamento do Brasil e envenenamento do setor público. Suas práticas acarretaram em acusações, denúncias e punições. Positivamente, para os envolvidos arrependidos, acarretou em contribuição para a justiça com os casos de delação premiada.

4.2.4.4 Envolvidos

Percebe-se que os participantes representados como envolvidos com a corrupção são referentes a instituições: ao setor público e privado, ao aparelho estatal, ao sistema político, a empresas e também à imprensa. Além disso, são considerados corruptos críticos e políticos adversários.

4.2.4.5 Afetados

Os participantes afetados são aqueles que recebem o impacto da ação de corromper, sendo eles: o país, a população, o setor público e empreiteiras.

4.2.4.6 Origem

A origem, de acordo com o identificado, é representada como sendo antiga, que não teve início apenas agora; além disso, salienta-se que ela tenha surgido com partidos e instituições do sistema político.

4.2.4.7 Sensações que causa

As sensações que o fenômeno da corrupção causa são representadas como negativas: indignação, atemorização, vitimização, além do desejo de exterminá-la.

4.2.4.8 Ações acarretadas sobre ela

A corrupção é representada como tendo seus atos localizados, teve um ambiente favorável a ela criado e é alvo de denúncias, investigações e ataques. Além disso, sobre ela recam ações de combate, desarticulação, desinflação e punição.

Quanto à relação com a imprensa, as representações evidenciaram que ela é um recurso para a mídia realizar ataques, além de enfatizá-la em determinados momentos.

4.2.4.9 Atitudes para seu fim

Para que ela acabe, as representações evidenciam que dois fatores são necessários: cidadãos e justiça. Para os cidadãos, cabe a criação de uma consciência anticorrupção no seu dia a dia, e para a justiça cabe a responsabilidade de combate e extermínio, com a punição de envolvidos.

4.2.4.10 Motivo

As representações evidenciaram um único motivo para a realização da prática da corrupção: busca por vantagens indevidas.

Após a apresentação da categorização semântica das representações ao termo “corrupção”, evidenciadas com a análise do sistema de transitividade, representação dos atores sociais e sistema de avaliatividade, apresenta-se, na seção seguinte, as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou identificar as representações para o termo “corrupção” na mídia, no contexto da Operação Lava Jato. Para tanto, tomou-se por base os preceitos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional, especificamente a concepção de contexto (HALLIDAY; HASAN, 1985), o sistema de transitividade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), o sistema de avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005) e a representação dos atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997).

O *corpus* desta pesquisa foi constituído por 20 textos, veiculados na página *Observatório da Imprensa*, publicados entre março de 2014 a agosto de 2016. A seleção dos textos constituintes do *corpus* se deu da seguinte maneira: busca, na página *Observatório da Imprensa*, pelos termos “Operação Lava Jato” e seleção de exibição dos textos por ordem de relevância. Posteriormente, foi realizada uma busca nos textos pelo termo “corrupção”, selecionando-se os que o apresentavam ao menos quatro vezes.

O caráter dos textos é argumentativo, visto que a página *Observatório da Imprensa* configura-se como um fórum de opiniões, em que autores enviam seus textos posicionando-se acerca de fatos divulgados na mídia. Além disso, devido a temática dos textos, Operação Lava Jato, salienta-se que os textos possuam cunho político. Nesse sentido, de acordo com os estudos realizados, os textos encaixam-se na definição de discurso político. Como exposto na seção 1.3, discursos da mídia sobre política são considerados discursos políticos intermediários, na medida em que são mediadores de informações e posicionamentos políticos entre instituições e a população.

Definido o caráter dos textos e o percurso metodológico a ser adotado na pesquisa, passou-se para a análise contextual. Primeiramente, foi realizada a análise do contexto de cultura, a fim de compreender o ambiente geral em que os textos e a temática do *corpus* se inserem. Nesse sentido, evidenciou-se que o contexto dá conta da situação política do Brasil, em que escândalos de corrupção estão frequentemente vindo à tona e, contra isso, operações são criadas com o intuito de buscar e punir os envolvidos. Nesse cenário, a Operação Lava Jato ganha destaque, que iniciou com o intuito de desmembrar um esquema de

lavagem de dinheiro envolvendo um posto de gasolina e tomou grandes proporções, tornando-se uma grande operação contra crimes de corrupção envolvendo políticos e empresários.

A Operação Lava Jato ganhou ampla divulgação na imprensa, e, na análise do contexto de cultura, salientou-se, também, o ambiente em que se inserem os textos do *corpus*. A página em que os textos estão veiculados é o *Observatório da Imprensa* e, nessa página, os autores publicam textos argumentativos posicionando-se frente algum tema divulgado na mídia, ressaltando, assim, o caráter argumentativo que os textos possuem.

Após a análise do contexto de cultura, passou-se para a análise situacional, em que foram verificadas as variáveis campo, relações e modo. No que concerne à variável campo, que dá conta do que está acontecendo no momento, a análise ocorreu na busca de duas informações: “o quê?”, a fim de identificar o assunto a tratado, e “qual a relação com a Lava Jato?”, com o intuito de constatar como a operação era abordada nos textos, se tinha ou não o foco principal.

Os resultados dessa variável evidenciaram que a estrutura de organização dos textos consiste em: contextualização da temática, exposição de informações e emissão de posicionamentos. As informações abordadas são de cunho político ou relacionadas à imprensa. Apesar de a Operação Lava Jato ser tema presente em todos os textos, cada um tem como foco temas diferentes relacionados a fatos dessa operação ou a outros fatos políticos, o que indica que os campos variam em todos os textos. Além disso, a Operação Lava Jato não é tema principal de sete dos 20 textos constituintes do *corpus*.

A variável campo identificada nos textos está relacionada ao propósito da página em que estão veiculados, visto que o objetivo do *Observatório da Imprensa* é publicar artigos que tenham como temática assuntos já apresentados em outros veículos com o posicionamento dos autores. Assim, ficou evidenciado na análise que os textos possuem ligação direta com a mídia, pois, ou citam fontes externas para embasar a argumentação, ou organizam o texto em torno de fatos da imprensa.

Quanto à análise da variável relações, que dá conta dos participantes envolvidos na interação, ela foi desenvolvida em três etapas: identificação dos participantes da interação, identificação dos participantes internos do texto e identificação das marcas linguísticas de interação. Quanto aos participantes da

interação, em todos os textos permeia uma única relação: escritor e leitor, considerada de distância máxima, tendo como ponto em comum apenas a página *Observatório da Imprensa*, em que um publica e o outro lê. Em relação aos participantes internos, evidenciou-se uma heterogeneidade de participantes, o que está relacionado à variável campo, visto que os textos tratam de temas diferentes. Já quanto às marcas de interlocução, constatou-se que apenas três textos não apresentam marcas dialógicas explícitas.

Por fim, na análise da variável modo, relacionada à organização simbólica do texto, foi realizada uma busca acerca do modo de produção dos textos. Os resultados ressaltaram que todos os textos foram divulgados em canal midiático, *online* e escrito, com exceção de um, que sofreu uma mudança de modo, pois primeiramente era um comentário de um programa radiofônico, e depois passou para o meio escrito para ser publicado na página em que foi coletado. Os textos apresentam o mesmo modo em virtude de terem sido publicados no mesmo ambiente.

Concluída à análise de descrição contextual dos textos, passou-se para a análise linguística a fim de identificação da representação. Primeiramente, foi realizada análise do sistema de transitividade, que dá conta das representações de experiências no mundo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Nessa análise, verificou-se que o termo corrupção era apresentado de duas formas: como elemento núcleo e como elemento que acompanhava outros termos, designado como periférico, pois não ocupava o papel principal. Nesse sentido, a análise foi realizada considerando esses dois elementos separadamente.

A análise de “corrupção” como elemento núcleo evidenciou que esse termo era representado predominantemente como Portador e como Meta, ou seja, os resultados evidenciaram que a representação para “corrupção” se dava através de características e por meio de ações que outros participantes realizam sobre ela. Já a análise de “corrupção” como elemento periférico evidenciou a representação desse termo predominantemente como parte de circunstância de localização/lugar e como parte de Meta. Essa representação significa que “corrupção” como elemento periférico aparece sob forma de parte de um elemento que contextualiza e parte de um elemento que sofre a ação de outros participantes.

A análise de “corrupção” pelo sistema de transitividade evidenciou que, ao ser representada como Portador, Meta, parte de circunstância e parte de Meta, é atribuído um caráter passivo à corrupção. Isso ocorre tendo em vista o fato de não serem participantes ou elementos que agem, eles são representados como sofrendo ação de outro participante, como apenas descritos ou como circunstância que apenas contextualiza.

O próximo passo de identificação da representação para a “corrupção” consistiu na análise do sistema de avaliatividade, nas três categorias do subsistema atitude: afeto, julgamento e apreciação. A análise indicou a predominância de avaliações por composição na categoria apreciação, sansão social propriedade na categoria julgamento e in/segurança e in/satisfação na categoria afeto.

A análise do sistema de avaliatividade evidenciou que “corrupção” é representada através da apresentação de características relacionadas a definições de seu caráter, a julgamentos do comportamento dos envolvidos e às sensações que causa nos cidadãos e envolvidos. Ressalta-se que a predominância dessas avaliações foram do campo negativo.

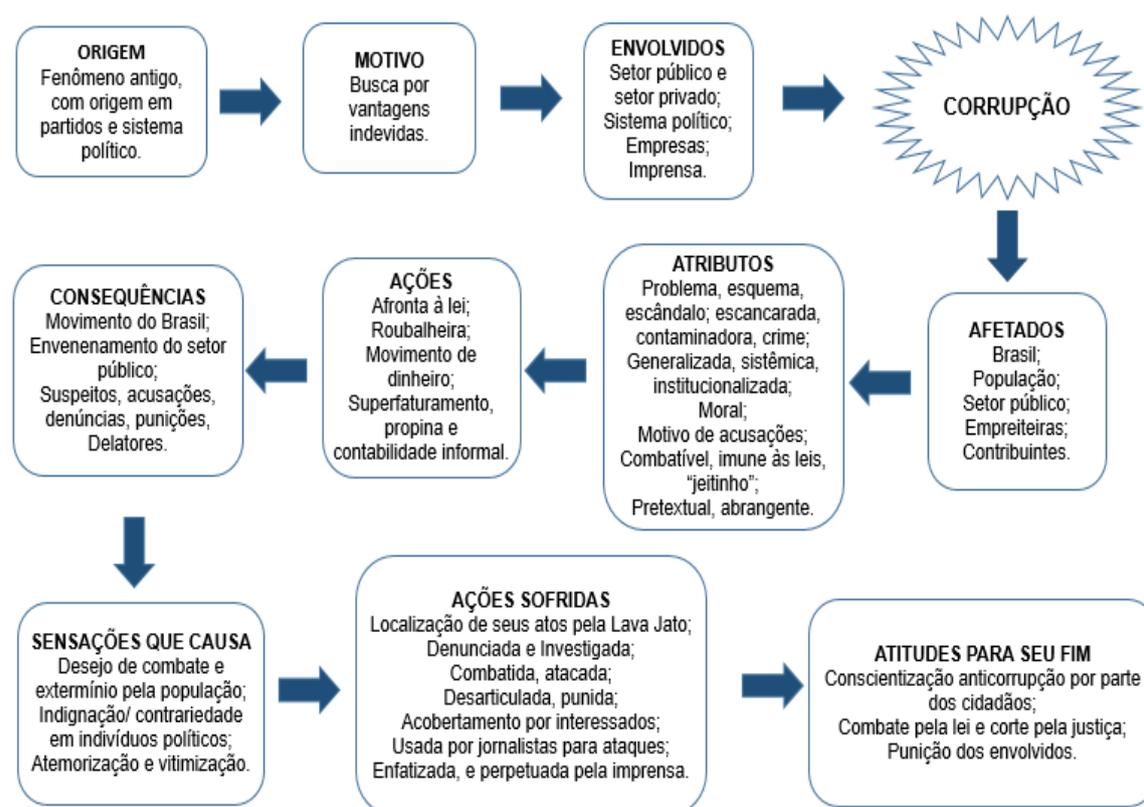
Por fim, o último passo consistiu na análise de representação dos atores sociais, pelas categorias de inclusão e exclusão, objetivando encontrar os atores sociais de três categorias distintas: quem corrompe, quem é afetado pela corrupção e quem age sobre a corrupção. Quanto à análise de quem corrompe, os resultados evidenciaram a predominância de representações por exclusão (58,7%), com a categoria supressão como mais recorrente. Isso ressalta que não há comprometimento dos autores em nomear os envolvidos, visto que, mesmo nos casos em que estão incluídos (41,3%), eles não aparecem nomeados, sendo representados como do âmbito institucional: política, empresas e imprensa.

A análise dos atores sociais que são afetados pelo processo de corromper evidenciou que esses participantes são predominantemente excluídos do discurso (88,9%) e, nos raros casos em que aparecem (11,1%), os participantes atingidos dizem respeito à população, ao país, às empreiteiras e ao setor público. Por fim, a busca pelos participantes que agem sobre a corrupção indicou que eles são evidenciados em apenas 15 ocorrências, categorizados do seguinte modo: instituições que objetivam seu fim, imprensa que a tem como foco, participantes que se indignam e a população que deseja seu fim. Nota-se, pela análise das

representações dos atores sociais, a predominância de representações por exclusão, o que indica que a apresentação dos envolvidos no processo não é foco dos autores dos textos.

A análise linguística permitiu uma categorização semântica dos resultados obtidos, relacionados às representações atribuídas ao fenômeno da “corrupção”, que foi organizada em 10 categorias: “ela é”, “ações relacionadas a ela”, “consequências”, “envolvidos”, “afetados”, “origem”, “sensações que causa”, “ações acarretadas sobre ela”, “atitudes para seu fim” e “motivo”. Essa categorização encontra-se esquematizada na Figura 13.

Figura 13 - Esquema final de categorização da corrupção



Fonte: (Elaborado pela autora).

Como evidenciado na Figura 13, a origem para a “corrupção” é representada como sendo antiga e com origem no sistema político. Quanto ao fenômeno ser considerando antigo, vai ao encontro do exposto por Morel (2012), que afirma que a corrupção sempre existiu, mas não possuindo uma forma única,

pois ela varia em cada época. Além disso, Avritzer e Filgueiras (2011) consideram que as raízes da corrupção no Brasil estejam centradas na colonização portuguesa.

Quanto ao motivo, as representações evidenciaram uma única razão: busca por vantagens indevidas. A solicitação ou recebimento de vantagens indevidas é considerada crime contra a administração pública no Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1988).

Em relação aos envolvidos, as representações identificadas ilustraram que os praticantes estão no setor público e no setor privado, no sistema político, nas empresas e na imprensa, salientando, assim, a predominância de realização em setores institucionais. De acordo com Amundsen (1999), a corrupção privada é aquela em que o ator corrupto obtém benefícios para si e para pessoas próximas, e a corrupção do sistema político é aquela em que governantes fazem uso de seu poder em benefício pessoal. Kurer (2005) salienta que as corrupções no setor público afetam diretamente os interesses do público em geral.

Quanto aos que são afetados pelo ato da corrupção, evidenciou-se que os participantes atingidos são o país, a população, o setor público, as empresas e os contribuintes.

Sobre os atributos para a corrupção, verificou-se que ela é representada no campo negativo. Em resumo, é compreendida como um problema que contamina, definida como crime. Além disso, é vista como **sistêmica, institucionalizada e de ordem moral**, em que alguns compreendem que seja combatível e outros que seja imune às leis. Além disso, é vista como um fenômeno que não é esclarecido, nem resolvido.

A definição de crime está de acordo com o Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1988), que regulamenta punições para ações desse tipo. Brei (1996b) aborda a corrupção institucionalizada como um dos tipos de corrupção, salientando que há autores que consideram os desvios institucionais ou sistêmicos os mais importantes. Já em relação a ser considerada fenômeno moral, Filgueiras (2008) considera que ela é derivada dos juízos morais dos atores, no momento em que julgam ordem política em virtude de consensos normativos sobre um comportamento regido por regras. Por fim, referente a não ser esclarecida, Brei (1996a) salienta que há falta de consenso em relação ao que seja uma ação corrupta.

Sobre as ações relacionadas ao ato corrupto, as representações evidenciaram que é uma afronta à lei, movimento de dinheiro e roubo, especificada como suborno, propina e contabilidade informal. Ou seja, está relacionada ao descumprimento de normas pré-estabelecidas, que envolve especificamente roubo de dinheiro. Entretanto, as definições de pesquisadores do tema para corrupção evidenciam que ela é compreendida como quase tudo, englobando, além de atos que envolvem práticas econômicas, trocas de favores individuais (AMUNDSEN, 1999).

As representações para as consequências da corrupção evidenciaram que ela é responsável pelo movimento do Brasil, ela afeta o setor público, apresenta suspeitos e origina acusações, denúncias e punições. A única consequência positiva representada para a corrupção é que ela permitiu a existência de delatores, que contribuem com a justiça ao apresentar informações sobre esquemas de corrupção. De acordo com Brei (1996a), a corrupção representa uma ameaça à solidariedade social, ou seja, as consequências do ato corrupto são negativas.

Quanto às sensações que causa, elas estão relacionadas ao desejo de combater e exterminar por parte da população, sensação de indignação em indivíduos políticos e de atemorização e vitimização. Desse modo, como exposto anteriormente, corrupção é uma ameaça à solidariedade social (BREI, 1996a), dessa forma, as sensações que causa na população são negativas.

No que concerne às ações que a corrupção sofre, as representações evidenciaram que os interessados a acobertam, além de ser localizada, denunciada, investigada, combatida, atacada, desarticulada, punida e usada como recurso para a imprensa. Ou seja, ela é afetada em virtude de buscas de seus atos e de atitudes para seu fim, assim como serve de recurso para a imprensa utilizar em favor de seus interesses políticos.

Por fim, as representações relacionadas às atitudes para seu fim dizem respeito ao envolvimento de dois participantes: cidadãos e lei. Quanto aos cidadãos, cabe a necessidade de incorporação de uma consciência anticorrupção, e quanto à lei, é necessário que ela combata e aplique punições. Em relação aos cidadãos, essa prática depende de cada um e, em relação às leis, salienta-se que o Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1988) prevê a corrupção como crime, sendo necessária a aplicação das leis por parte dos órgãos competentes.

Os resultados da identificação da representação evidenciaram que, ao contrário do defendido por Cortella e Barros Filho (2014), que consideram que o problema da corrupção não está no sistema, e sim nas pessoas que possuem a liberdade de escolher realizar um ato corrupto ou não, a corrupção é representada aqui sem relação com o individual. Além disso, não foi evidenciada uma generalização do fenômeno da corrupção, como sendo realizada por toda a sociedade, ou seja, ela não é representada como problema integrante de toda a população.

A corrupção é representada aqui em virtude de sua ocorrência no sistema político, evidenciando as características, motivos, envolvidos, afetados, origem, ações, consequências, ações que sofrem, sentimentos que causam e possibilidades para seu fim dentro da esfera institucional. Isso se dá pelo fato de o tema ser relacionado a essa prática no âmbito político, dentro da Operação Lava Jato. Entretanto, compreende-se que a corrupção seja um fenômeno multifacetado, que envolve desvios de conduta em diversas situações sociais, mas, no caso da pesquisa em questão, a corrupção é representada com definições atribuídas em relação a esfera política, em virtude do contexto de análise.

Por fim, a questão norteadora do trabalho, elaborada em virtude de hipóteses, é respondida com outra alternativa, que não havia sido prevista, mas foi evidenciada por meio das análises linguísticas do sistema de transitividade, representação dos atores sociais e sistema de avaliatividade. Corrupção: desvio individual ou mal social? Nem um, nem outro. Em textos midiáticos, de cunho argumentativo, sobre o tema Operação Lava Jato, a representação é outra: o caráter da corrupção é **institucional**.

Ressalta-se, com este trabalho, a relevância de identificar a representação do fenômeno corrupção no contexto político atual, especificamente relacionado à Operação Lava Jato. Considerando o estereótipo de que o brasileiro é corrupto, citado na introdução desta dissertação, compreende-se que, ao enfatizar que a corrupção é um **problema institucional**, a mídia propaga a concepção de que ela está enraizada no nosso sistema político. Desse modo, a representação para a corrupção, como identificada nesta pesquisa, difunde o estereótipo de que as instituições brasileiras, principalmente no que concerne ao sistema político, estão contaminadas com esse vírus que envenena e traz prejuízos.

A propagação desse estereótipo ressalta que a corrupção institucionalizada faz parte da cultura do país. Isso vai ao encontro do evidenciado por Avritzer e Filgueiras (2011), que salientam que a persistência do fenômeno da corrupção no Brasil está relacionada com um conjunto de práticas e instituições existentes no país. Além disso, os autores ressaltam que os responsáveis pela corrupção como forte fenômeno no Brasil são a organização do sistema político, a organização do Estado e a organização das formas de controle sobre o sistema administrativo estatal.

Desse modo, percebe-se que as informações representadas pela mídia continuam difundindo o estereótipo evidenciado em estudos sociológicos. Ressalta-se que os estudos de identificação da representação da corrupção não devem se esgotar com esta pesquisa, tendo em vista que, aqui, foi focalizado apenas um contexto: o político, relacionado à Operação Lava Jato. Corrupção é um tema abrangente e envolve muitos outros contextos sociais, os quais devem ser estudados, a fim de identificar como essa problemática é representada, para compreender os estereótipos propagados nos discursos.

Além disso, sugerem-se estudos futuros sobre o tema corrupção no âmbito da Linguística Sistêmico-Funcional, como, por exemplo, no contexto interpessoal, é necessário realizar uma pesquisa sobre os participantes internos do texto. Neste trabalho, eles foram apenas identificados, o que evidenciou um grande número de participantes, mas seria de grande relevância dar um novo enfoque, para identificar e compreender as relações entre eles e funções que desempenham.

Além disso, no *corpus* de análise evidenciou-se muitos casos de nominalizações, o que merece um olhar mais detalhado em estudos futuros, a fim de constatar a sua relevância nos textos. Outro ponto interessante a ser investigado sobre o *corpus* de análise, no âmbito da Linguística Sistêmico-Funcional, diz respeito ao gênero ou gêneros que os textos instanciam. Seguindo a perspectiva sistêmico-funcional de gênero, compreende-se, pelo propósito da página e por algumas informações evidenciadas nas análises, que os textos instanciam gêneros da família dos argumentos, mas um estudo detalhado referente à identificação do gênero, suas etapas e fases, é de grande importância.

Salienta-se que tanto o tema quanto os textos abrem espaço para diversos estudos futuros. Por fim, espera-se que este trabalho possa contribuir com novas pesquisas, no que concerne ao estudo de representações linguísticas, com o uso

do sistema de transitividade, representação dos atores sociais e sistema de avaliatividade, e também no que se refere à análise de contextos, tanto de cultura quanto de situação.

Além de contribuições referentes à análise de representações e de contexto, este trabalho abre espaço para contribuições pedagógicas no que concerne ao ensino da linguagem, pois análises dos textos argumentativos que constituem o *corpus* permitem compreender, entre outras coisas, como representações são atribuídas por meio de escolhas linguísticas, bem como entender quais recursos são utilizados pelo escritor para não se comprometer ao argumentar sobre fatos sociais. Desse modo, as contribuições referem-se ao ensino de leitura e escrita. Além disso, também referente ao ensino, a temática de análise – representações para a corrupção - refere-se a um tema de grande relevância atualmente, que deve ser discutido em sala de aula como forma de identificar como fatos sociais de nosso país são compreendidos e representados em discursos.

REFERÊNCIAS

- AMUNDSEN, I. **Political Corruption: An Introduction to the Issues**. Chr. Michelsen Institute, 1999.
- ARISTÓTELES. **A política**. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1252].
- _____. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed., revista. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005 [1354]. (Coleção Biblioteca de autores Clássicos).
- AVRITZER, L; FILGUEIRAS, F. **Corrupção e controles democráticos no Brasil**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório do Brasil/IPEA, 2011.
- BASILIO, A. Os maiores escândalos de corrupção do Brasil. **Revista Época Negócios**, 2015. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2015/03/os-maiores-escandalos-de-corrupcao-do-brasil.html>>. Acesso em: 30 out. 2017.
- BAYLEY, P. **Analysing Language and Politics, Mediazione**: Rivista online di studi interdisciplinari su lingue e culture. 2008. Disponível em: <http://www.mediazioni.sitlec.unibo.it/images/stories/PDF_folder/document-pdf/2005/articoli2005/4%20bayley.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.
- BLOOR, T.; BLOOR, M. **The functional analysis of English: a Hallidayan Approach**. New York: Oxford University Press, 1995.
- BOCHETT, A. C. **Modalidade em discursos ambientalistas: jogos de máscaras em gêneros que compõem as audiências públicas**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2015.
- BOCHETT, A. C.; CALLEGARO, E. K.; FREITAS, J. C.; CABRAL, S. R. S. **Concepções de discurso político: caminhos para uma discussão teórica**. 2017 (no prelo).
- BRASIL. **Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento**, Lei nº 1.079, 10 de abril de 1950. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1079-10-abril-1950-363423-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 01/07/2016.
- _____. [Código (1998)]. **Código Penal Brasil**: Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Vade mecum**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- _____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011,

pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BREI, Z. A. Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. V. 30, jan./fev., 1996a, p. 64-77.

_____. A corrupção: causas, consequências e soluções para o problema. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. V. 31, mai./jun., 1996b, p. 103-115.

BUTT, D. et al. **Using Functional Grammar An Explorer's Guide**. 2. ed. Sydney: Macquarie University, 2000

CABRAL, S. R. S. **A mídia e o presidente** : um julgamento com base na teoria da valoração. . Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, RS, 2007.

_____. **Mídia, Discurso Político e Gramática Sistêmico-Funcional**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. Gabinete de Projetos de Pesquisa: GAP/CAL 034712. Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2016

_____. **Núcleo de estudos em Língua Portuguesa (NELP): Fase II**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. Gabinete de Projetos de Pesquisa: GAP/CAL 044631. Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2016

CABRAL, S. R. S.; BARBARA, L. Processos comportamentais na perspectiva da LSF: uma investigação inicial. **Revista Letras**, UFSM. Santa Maria, jun., 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/20210>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

CALLEGARO, E. K. **Discurso político de Lula: o papel do marcador político “não” na construção da persona textual**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2015.

CATTONI DE OLIVEIRA, M. A. A democracia constitucional no Estado Democrático de Direito. In: **Empório do Direito**, 2016. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/democracia-constitucional/>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

COELHO, C. Políticos e empresários: uma relação na corda bamba. **Gazeta do Povo**, 2017. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwidzYGw1ZrXAhVIhJAKHZjiCfgQFggsMAE&url=https://www.gazetadopovo.com.br/economia/politicos-e->>

empresariosuma-relacao-na-corda-bamba-9kyaol733x5gbppyq2y1z6n11&usg=AOvVaw2SSsOM45umZGmulKPGFe1f>. Acesso em: 30 out. 2017.

CORTELLA, M, S; BARROS FILHO, C. **Ética e vergonha na cara!** Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2014.

DENZIN, N, K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Norman K. Denzin, Yvonna S. Lincoln. Trad. Sandra Regina Nentz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FAIRCLOUGH, I; FAIRCLOUGH, N. **Political Discourse Analysis: a method for advanced students.** Nova York: Routledge, 2012.

FARENCENA, G. S. **Artigo de opinião como magrogênero: relações lógico-semânticas na perspectiva Sistêmico-Funcional.** Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, RS, 2016.

FERREIRA FILHO, M. G. A corrupção como fenômeno social e político. In: **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, jul./set., 1991.

_____. Corrupção e democracia. In: **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, out./dez., 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/47241/44651>>. Acesso em: 29 out. 2017.

FETZER, A; LAUERBACH, G. E. **Political discourse in the media: cross-cultural perspectives.** Editado por Anita Fetzer e Gerda Eva Lauerbach. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007.

FILGUEIRAS, F. **Corrupção, democracia e legitimidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre práticas morais e prática social. In: **Opinião Pública**, v. 15, n. 2, Campinas, nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200005>. Acesso em: 28 mar. 2017.

FONTAINE, L. **Analysing English Grammar: A systemic Functional Introduction.** New York: Cambridge University Press, 2013.

FREITAS, J. C. **Corrupção: desvio individual ou mal social? uma análise das representações na perspectiva da LSF.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. Gabinete de Projetos de Pesquisa: GAP/CAL 042682. Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2016.

FUZER, C. **Linguagem e representação nos autos de um processo penal: como operadores do direito representam atores sociais em um sistema de**

gênero. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, RS, 2008.

FUZER, C.; CABRAL, S.R.S. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

GASTIL, J. Undemocratic discourse: a review of theory and research on political discourse. **Discourse & Society**, 1992, 3 (4), 469-500.

GHIO, E; FERNÁNDEZ, M. D. **Linguística Sistêmico Funcional: aplicaciones a la lengua española**. Santa Fe: Universidad Nacional Del Litoral, Waldhuter Editores, 2008.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

HALLIDAY, M.A.K. e MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.

_____. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. New York / London: Routledge, 2014.

JANINE, R. Pode existir ética na relação entre políticos e empresários? **Jornal da USP**, 2017. Disponível em: <<http://jornal.usp.br/atualidades/pode-existir-etica-na-relacao-entre-politicos-e-empresarios/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

KURER, O. Definitions of corruption. In: **Routledge Handbook of Political Corruption**. 2015. Disponível em <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/RoutledgeHandbooks-9781315739175-chapter2.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

LIMA, L. R. **Processos existenciais em reportagens de capa da revista Superinteressante**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, RS, 2013.

LIMA, L. O. de. **Espelho, espelho meu, existe alguém mais doida ou santa do que eu?** representações para a mulher em crônicas de Martha Medeiros. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2015.

MAFRA, F. A Constituição e a Democracia Participativa: plebiscito, referendo e iniciativa popular. In: **Âmbito Jurídico**, n. 29, ano IX, maio, 2006. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1155> . Acesso em: 23 mar. 2017.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. **The language of evaluation: appraisal in English**. 2005

MATTHIESSEN, C.; BARBARA, L. **Projeto SAL – Sistêmica Através de línguas: O português do Brasil**. Projeto de Pesquisa. Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento - CNPq. 2010.

MENEGUELLO, R. O lugar da corrupção no mapa de referências dos brasileiros: aspectos da relação entre corrupção e democracia. In: AVRITZER, L.; FILGUEIRAS, F. (Org.). **Corrupção e Sistema Político no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record/Civilização Brasileira, 2011, v. 1, p. 63-82.

MIGUEL, L. F. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. In: **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 59, 1º semestre de 2005.

MOREL, M. **Corrupção, mostra a sua cara**. Rio de Janeiro, RJ: Casa da Palavra, 2012.

MORO, S. F. **Jurisdição constitucional como democracia**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, PR, 2002.

NETTO, V. **Lava Jato: o juiz Sérgio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil**. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

POLÍCIA FEDERAL MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Fases da Operação Lava Jato**. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato/fases-da-operacao-lava-jato-1>>. Acesso em: 30 out. 2017.

RODRIGUES-JR., A. S. **A representação de personagens gays na coletânea de contos Stud e em sua tradução As Aventuras de um Garoto de Programa**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, RS, 2006.

ROSSI, A. M. **Diferentes vozes, diferentes olhares: representações para as mulheres na perspectiva sistêmico-funcional nos evangelhos**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2015.

SANTANA, R. C. **Discurso e mídia: uma convergência no campo da linguagem**. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, RJ, 2007.

SANTOS, L. T. O Estado Democrático de Direito instaurado na democracia brasileira com a Constituição Federal de 1988 (CF/88): estado de direito e de justiça social. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 07 set. 2013. Disponível em:

<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.45045&seo=1>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

SCHEYER, D.; SIQUEIRA, S. O Brasil pelo olhar do outro: representações de estrangeiros sobre os brasileiros de hoje. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 2, v. 47, jul./dez. 2008.

SILVA, J. A. da. O Estado democrático de direito. In: **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, jul./set., 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/45920/44126>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

TELES, B.R L. **Corrupção no Brasil e a relação entre o público e o privado: o caso Lava Jato**. Monografia - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, DF, 2016.

THOMPSON, G. **Introducing functional Grammar**. New York: Oxford University Press, 2004.

THOMPSON, G; THETELA, P. **The sound of one hand clapping: the management of interaction in written discourse**. *Text*, 15 (1), 1995, 103-127.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed., tradução do grupo de estudos sobre ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em 30 out. 2017.

VAN LEEUWEN. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, E.R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-222

VIAN Jr., O. O sistema de avaliabilidade e os recursos para Gradação em língua portuguesa: questões Terminológicas e de instanciação. **Delta**, 25:1, 99-129, 2009.

VIAN, Jr. O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. A. S. D. P. (Org.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa: estudos sistêmico-funcionais com base no sistema de avaliabilidade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 230p.

VIEIRA, F. M. Cultura brasileira e corrupção. In: **Revista da Controladoria Geral da União**. Ano III, n. 4, jun., 2008. Brasília: CGU, 2008.

WHITE, P. Valoração: a linguagem da avaliação e da perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 178-205, 2004.

WODAK, R. **Introduction**: Discourse Studies – Important Concepts and Terms. In WODAK, R; KRZYZANNOWSKI, M. **Qualitative Discourse Analysis in the Social Sciences**. Inglaterra: Palgrave, 2008.

_____. **The Discourse of Politics in Action**: Politics as Usual. Inglaterra: Palgrave, 2009.

_____. **Politics as Usual**: Investigating political discourse in action. In GEE, J. P; HANDFORD, M. **The Routledge Handbook of Discourse Analysis**. Nova York: Routledge, 2012.

REFERÊNCIAS DOS TEXTOS ANALISADOS

ALVES, J.; SOUZA, R de. **A grande mídia e o ódio ao PT**. Observatório da Imprensa, 2015. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-grande-midia-e-o-odio-ao-pt/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

BARBOSA, G. H. F. **Quando o moralismo afeta a democracia**. Observatório da Imprensa, 2015. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed843_quando_o_moralismo_afeta_a_democracia/>. Acesso em: 23 ago. 2016.

CARRATO, A. **A mídia é o golpe**. Observatório da Imprensa, 2015. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed843_a_midia_e_o_golpe/>. Acesso em: 23 ago. 2016.

CASTILHO, C. **A guerra da informação na luta pelo poder**. Observatório da Imprensa, 2016. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-guerra-da-informacao-na-luta-pelo-poder/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. **A hora da verdade para a Lava Jato**. Observatório da Imprensa, 2016. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/o-processo-do-impeachment/a-hora-da-verdade-para-a-lava-jato/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. **A imprensa e o DNA da corrupção institucionalizada**. Observatório da Imprensa, 2016. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/lava-jato/a-imprensa-e-o-dna-da-corrupcao-institucionalizada/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. **Investigação cria núcleo informal de poder no país**. Observatório da Imprensa, 2015. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/investigacao-cria-nucleo-informal-de-poder-no-pais/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. **Lava Jato, uma armadilha para o governo Temer.** Observatório da Imprensa, 2016. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/lava-jato-uma-armadilha-para-o-governo-temer/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. **O país das tornozeleiras eletrônicas.** Observatório da Imprensa, 2016. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/corruptao/o-pais-das-tornozeleiras-eletronicas/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

COSTA, L. M. **Ao som do Roberto Carlos.** Observatório da Imprensa, 2015. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/ao-som-de-roberto-carlos/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. **Excesso de informação desinforma.** Observatório da Imprensa, 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/excesso_de_informacao_desinforma/>. Acesso em: 23 ago. 2016.

CUNHA, L. C. **Dilma, Kissinger, os delatores e o bate-boca.** Observatório da Imprensa, 2015. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/conjuntura-nacional/dilma-kissinger-os-delatores-e-o-bate-boca/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

KUNTZ, R. **A Lava Jato na pauta de cada dia.** Observatório da Imprensa, 2015. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-lava-jato-na-pauta-de-cada-dia/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

LIMA, S. **Fatos, ilações e militância política.** Observatório da Imprensa, 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed825_fatos_ilacoes_e_militancia_politica/>. Acesso em: 23 ago. 2016.

LIMA, V. A. de. **Há limites para a ação da imprensa?** Observatório da Imprensa, 2016. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/lava-jato/ha-limites-para-a-acao-da-imprensa/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

MALIN, M. **Cenário inédito.** Observatório da Imprensa, 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/cenario_inedito/>. Acesso em: 23 ago. 2016.

MARTINS, R. **A “desidratação” do presidente da Câmara de Deputados.** Observatório da Imprensa, 2015. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/conjuntura-nacional/a-desidracao-do-presidente-da-camara-de-deputados/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

MORETZSOHN, S. D. **O custo, o benefício e o fascismo.** Observatório da Imprensa, 2015. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed843_o_custo_o_beneficio_e_o_fascismo/>. Acesso em: 23 ago. 2016.

PINTO, L. F. **Agora é guerra**. Observatório da Imprensa, 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed817_agora_e_guerra/>. Acesso em: 23 ago. 2016.

VENERA, J. S. **Vão-se os dedos, ficam os anéis**. Observatório da Imprensa, 2016. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/vao-se-os-dedos-ficam-os-aneis/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

APÊNDICE A – ATRIBUTOS PARA CORRUPÇÃO

(O#3) Tão generalizada

(O#6) Apenas um dos tipos de relações especiais entre ocupantes de funções públicas e grupos com interesses privados.

(O#7) Um componente importante desse tipo de relação [público e privado]

(O#18) Prática que tem suas origens nos governos liderados pelo Partido dos trabalhadores

(O#22) Entranhada no aparelho estatal e no sistema político da maioria dos países latino americanos

(O#63) Um pretexto.

(O#64) Não está na disputa.

(O#108) Um problema moral.

APÊNDICE B – CORRUPÇÃO COMO META

(O#9) Que investiga a corrupção dos últimos dez anos da Petrobras.

(O#35) Tocar no sistema que permitiu a corrupção.

(O#36) Órgãos encarregados de investigar e reprimir a corrupção institucionalizada.

(O#42) Para que o cidadão incorpore a anticorrupção no seu dia a dia.

(O#50) Jornalistas de amores petistas atacam a corrupção tucana.

(O#107) Para acabar com a corrupção, basta mudar as peças do tabuleiro.

APÊNDICE C – CORRUPÇÃO COMO PARTE DE CIRCUNSTÂNCIA

- (O#2) Na busca das ramificações da corrupção
- (O#4) Diante dos casos de corrupção
- (O#5) Muito mais que um caso de corrupção numa grande empresa
- (O#8) conforme os casos de corrupção e desvio de dinheiro público têm demonstrado
- (O#16) Em torno da justa causa do combate à corrupção
- (O#21) Com denúncias de corrupção tanto institucional como pessoal, de políticos, ministros, governantes e dirigentes de empresas estatais e privadas
- (O#24) Na punição de corruptos e corruptores
- (O#26) diante da corrupção política e da impunidade
- (O#27) sob a égide da luta contra a corrupção
- (O#30) num mar de corrupção
- (O#38) até o fundo do esquema de corrupção partidária institucionalizada envolvendo todas as siglas que usaram a propina como forma de financiar campanhas eleitorais
- (O#51) como o duro combate à corrupção
- (O#57) Diante das surpreendentes proporções do esquema de corrupção
- (O#58) no “disse-me-disse”, tipicamente declaratório, falas dos delatores e supostos operadores do esquema de corrupção
- (O#70) na prática da corrupção
- (O#73) chefe da Câmara de combate à corrupção
- (O#75) a partir da corrupção do sistema de direitos e garantias fundamentais
- (O#77) e não como um trunfo da transparência no combate à corrupção
- (O#85) no DNA de nossa corrupção institucionalizada
- (O#86) sobre a existência de uma estrutura corrupta e corruptora
- (O#87) na identificação do DNA da corrupção
- (O#96) tal o grau de corrupção da estrutura partidária e dos políticos deste país
- (O#103) como na Operação Lava Jato
- (O#104) Ao martelar na tecla da corrupção

APÊNDICE D – CORRUPÇÃO COMO PARTE DE META

- (O#9) Investiga a corrupção dos últimos dez anos da Petrobras.
- (O#15) corte com profundidade as estruturas da corrupção.
- (O#19) enfrenta acusações de corrupção
- (O#23) não resolve o problema da corrupção institucionalizada.
- (O#25) criar uma consciência coletiva contrária à corrupção.
- (O#35) permitiu a corrupção.
- (O#44) afrontam a lei pelas vantagens indevidas da corrupção.
- (O#45) desarticulou um esquema de corrupção e evasão de divisas
- (O#47) localizou 56 atos de corrupção e 136 de lavagem de dinheiro.
- (O#50) atacam a corrupção Tucana.
- (O#52) desqualificar, pelo deboche e pelo escracho, a mais ampla, a mais consistente e a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil.
- (O#66) o expurgo da corrupção institucionalizada será desinflado.
- (O#69) acabou pagando parte da conta da corrupção institucionalizada.
- (O#71) deram ênfase ao endurecimento das penas, à classificação de crime hediondo para a corrupção que envolvesse altos valores, à possibilidade de extinção de partidos políticos envolvidos na rouboalheira.
- (O#76) Pautou-se pela exaltação aos apelos anticorrupção
- (O#92) exorcizar práticas como a corrupção institucionalizada.
- (O#95) pagaram o preço de seu envolvimento histórico com a corrupção e a máfia.
- (O#109) politizar o combate às verdadeiras raízes da corrupção

APÊNDICE E – AVALIAÇÕES DE APRECIÇÃO COMPOSIÇÃO

- (O#1) vírus da corrupção
- (O#3) corrupção é tão generalizada
- (O#11) O Brasil é movido a corrupção
- (O#15) que a justiça corte com profundidade as estruturas da corrupção.
- (O#22) A corrupção está entranhada no aparelho estatal e no sistema político
- (O#23) problema da corrupção institucionalizada
- (O#28) casos de corrupção escancarados para a opinião pública.
- (O#30) mar de corrupção
- (O#31) cúmplice da corrupção
- (O#32) vírus da corrupção
- (O#34) são cada vez mais evidentes os vínculos entre desigualdade e corrupção
- (O#36) investigar e reprimir a corrupção institucionalizada
- (O#38) deve ir até o fundo do esquema de corrupção
- (O#39) a real gravidade do fenômeno da corrupção não está no fato dela ter contaminado
- (O#45) um esquema de corrupção e evasão de divisas
- (O#46) o esquema de corrupção se ampliou
- (O#51) brincar com coisa séria, como o duro combate à corrupção
- (O#57) surpreendentes proporções do esquema de corrupção
- (O#58) falas dos delatores e supostos operadores do esquema de corrupção
- (O#60) que alimenta a endemia da corrupção
- (O#65) por uma sucessão de escândalos de corrupção
- (O#66) o expurgo da corrupção institucionalizada
- (O#67) mar de denúncias e suspeitas de corrupção
- (O#69) acabou pagando parte da conta da corrupção institucionalizada
- (O#70) mexeu na prática da corrupção, algo institucionalizado
- (O#79) “praga da corrupção” que assola o país.
- (O#85) mergulho no DNA de nossa corrupção institucionalizada.
- (O#86) existência de uma estrutura corrupta
- (O#89) a corrupção institucionalizada existe
- (O#92) exorcizar práticas como a corrupção institucionalizada.

(O#94) mergulho a fundo na corrupção institucionalizada

(O#97) corrupção equivale a roubar dinheiro do contribuinte

(O#101) ignorando a corrupção existente em outros níveis de governo

(O#103) a presença de opositoristas em esquemas de corrupção como na Operação Lava Jato, continuou sendo escondida ou minimizada

(O#105) esquemas de corrupção, tais quais os que envolvem os contratos da Petrobras, são problemas de ordem moral, ao invés de sistêmicos e estruturais.

(O#108) a corrupção é um problema moral.

APÊNDICE F – AVALIAÇÕES DE JULGAMENTO POR SANÇÃO SOCIAL PROPRIEDADE

- (O#37) e novamente acusado de corrupção
- (O#43) seu presente de colaborador com a lei que combate a corrupção
- (O#44) todos os que afrontam a lei
- (O#48) movimento R\$ 389 milhões em corrupção e R\$ 1,06 bilhão em lavagem de dinheiro.
- (O#54) sistema da corrupção que envenena o setor público
- (O#56) A investigação de denúncias de corrupção
- (O#59) com punição de corruptos e corruptores
- (O#68) é grande o número de parlamentares sob suspeita de corrupção
- (O#71) à classificação de crime hediondo para a corrupção que envolvesse altos valores, à possibilidade de extinção de partidos políticos envolvidos na roubalheira.
- (O#77) ações contra o governo “mais corrupto da história” e não como um trunfo da transparência no combate à corrupção.
- (O#88) A corrupção institucionalizada no superfaturamento de obras públicas, na distribuição de propinas e na contabilidade informal das campanhas eleitorais.
- (O#90) O DNA da corrupção passa inevitavelmente pela Câmara e pelo Senado
- (O#93) Os agentes corruptos e corruptores sempre acabam dando um “jeitinho”
- (O#95) pagaram o preço pelo seu envolvimento histórico com a corrupção e a máfia
- (O#96) tal o grau de corrupção da estrutura partidária e dos políticos deste país.
- (O#98) tachando seus críticos e adversários de corruptos.
- (O#102) chamar adversários de corruptos
- (O#103) A presença de oposicionistas em esquemas de corrupção

APÊNDICE G- AVALIAÇÕES POR AFETO IN/SEGURANÇA

(O#20) Atemorizar suspeitos de corrupção

(O#30) estamos virando náufragos num mar de corrupção

(O#55) grandes empreiteiras são vítimas do sistema de corrupção

APÊNDICE H – AVALIAÇÕES POR AFETO IN/SATISFAÇÃO

(O#81) “indignada” com a corrupção

(O#83) “indignados” com a corrupção

APÊNDICE I – ATORES QUE CORROMPEM REPRESENTADOS POR CIRCUNSTANCIALIZAÇÃO

(O#2) Se os investigadores forem fundo na busca das ramificações da corrupção em instituições com a Petrobras [...]

(O#3) a corrupção é tão generalizada que só uma eleição geral pode acenar com a possibilidade de uma limpeza geral num sistema político que passa a ser visto, cada vez mais, como uma instituição que cuida apenas dos seus interesses eleitorais

(O#6) A corrupção é apenas um dos tipos de relações especiais entre ocupantes de funções públicas e grupos com interesses privados

(O#7) Mas no Brasil a corrupção tem sido, com frequência, um componente importante desse tipo de relação (público e privado).

(O#9) [...] o principal protagonista da Operação Lava Jato, que investiga a corrupção dos últimos dez anos na Petrobras.

(O#18) de fazer parecer que a corrupção no Brasil é prática que tem suas origens nos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores

(O#22) A corrupção está entranhada no aparelho estatal e no sistema político da maioria dos países latino-americanos

(O#31) a imprensa também acaba sob suspeita e por conta disto, enquadrada pela opinião público como cúmplice da corrupção.

(O#36) a corrupção institucionalizada nas estruturas legislativas, executivas e até em órgãos do poder judiciário

(O#39) A real gravidade do fenômeno da corrupção não está no fato dele ter contaminado as estruturas de países periféricos, mas de ter se instalado no âmago do clube formado pelo 1% da humanidade que usufrui das benesses de um sistema financeiro

(O#45) A PF desarticulou um esquema de corrupção e evasão de divisa na maior empresa do País, a Petrobras

(O#57) Diante das surpreendentes proporções do esquema de corrupção armado dentro da maior estatal brasileira

(O#65) uma sucessão de escândalos de corrupção em que a opinião pública foi levada, a ora acreditar que se tratava da longamente esperada operação limpeza no aparelho estatal

(O#67) o desorientado mundo político-partidário de Brasília, encurralado por um mar de denúncias e suspeitas de corrupção

(O#70) porque mexeu na prática da corrupção, algo institucionalizado na esfera governamental, desde a era colonial

(O#75) a partir da corrupção do sistema de direitos e garantias fundamentais

(O#90) O DNA da corrupção passa inevitavelmente pela Câmara e pelo Senado

(O#96) tal o grau de corrupção da estrutura partidária e dos políticos deste país.

(O#101) ignorando a corrupção existente em outros níveis de governo, em outros poderes e em outros partidos.

(O#105) esquemas de corrupção tais quais os que envolvem os contratos da Petrobras são problemas de ordem moral, ao invés de sistêmicos e estruturais

APÊNDICE J – ATORES SOCIAIS QUE CORROMPEM REPRESENTADOS POR PARTICIPAÇÃO

(O#14) a imprensa também contribui para a perpetuação da corrupção como método de negociação política.

(O#37) Collor foi absolvido pelo STF e oito anos após a cassação dos seus direitos políticos voltou à política, hoje é senador e novamente acusado de corrupção

(O#48) Só a Odebrecht, diz a Lava Jato, movimentou R\$ 389 milhões em corrupção e R\$ 1,06 bilhão em lavagem de dinheiro.

(O#54) o esforço que fazem os advogados dos empresários presos para convencer a sociedade e, por extensão, as autoridades, de que seus clientes são apenas vítimas do sistema da corrupção que envenena o setor público

(O#56) A investigação de denúncias de corrupção envolvendo a Petrobras, batizada de Operação Lava Jato pela Polícia Federa

(O#58) falas dos delatores e supostos operadores do esquema de corrupção

(O#78) para que termos como “crime”, “corrupção” e “corrupto” sejam incessantemente associados ao Partido dos Trabalhadores e ao seu líder máximo

(O#86) uma estrutura corrupta e corruptora, vigente há décadas, que não foi criada por um partido, mas por todos eles

(O#95) quando os partidos políticos pagaram o preço de seu envolvimento histórico com a corrupção e a Máfia

(O#98) tachando seus críticos e adversários de “corruptos”

(O#100) Mas é inaceitável, como tem feito a mídia, desde 2003, identificar a corrupção ao PT e a uns poucos partidos políticos, sempre da base aliada

(O#102) E é esta mesma mídia que gosta de apontar o dedo em riste e chamar adversários de corruptos

(O#106) denuncia outro mito que a mídia comercial costuma difundir no senso comum: o de que a iniciativa privada está a salvo da corrupção, restrita exclusivamente à esfera pública

APÊNDICE K - ATORES SOCIAIS AFETADOS PELO PROCESSO DE CORROMPER REPRESENTADOS POR PARTICIPAÇÃO

(O#11) O Brasil é movido a corrupção

(O#12) Uma vez que parou a corrupção, parou o Brasil

(O#30) nós os cidadãos, estamos virando náufragos num mar de corrupção

(O#54) do sistema da corrupção que envenena o setor público

(O#55) a imprensa reforça a tese de que as grandes empreiteiras são vítimas do sistema da corrupção

(O#79) “praga da corrupção” que assola o país

(O#88) A corrupção institucionalizada no superfaturamento de obras públicas, na distribuição de propinas e na contabilidade informal das campanhas eleitorais causa prejuízos bilionários e históricos ao conjunto da população

(O#97) a corrupção equivale a roubar dinheiro do contribuinte

APÊNDICE L - ATORES SOCIAIS QUE AGEM SOBRE A CORRUPÇÃO REPRESENTADOS POR PARTICIPAÇÃO

- (O#15) a doleira tocou na questão que pode fazer com que a Justiça corte com profundidade as estruturas da corrupção
- (O#42) para que o cidadão incorpore a anticorrupção no seu dia a dia
- (O#43) colaborador com a lei que combate a corrupção
- (O#45) a PF desarticulou um esquema de corrupção e evasão de divisas na maior empresa do país, a Petrobrás
- (O#48) Só a Odebrecht, diz a Lava Jato, movimentou R\$ 389 milhões em corrupção e R\$ 1,06 bilhão em lavagem de dinheiro
- (O#73) chefe da Câmara de Combate à Corrupção
- (O#81) A executiva Carla Zambelli – uma das líderes da juventude oposicionista e “indignada” com a corrupção
- (O#82) Não para esclarecer a corrupção, mas para acobertá-la.
- (O#83) os “indignados com a corrupção” são aliados dos que trabalham no Congresso Nacional para blindar certas figuras de rabo preso.
- (O#87) Se a imprensa quer ser coerente com seu discurso corporativo deve focar agora na identificação do DNA da corrupção
- (O#99) A sociedade brasileira quer o fim da corrupção.
- (O#100) Mas é inaceitável, como tem feito a mídia, desde 2003, identificar a corrupção ao PT e a uns poucos partidos políticos, sempre da base aliada.